

Introdução

A temática da reestruturação bancária e da redefinição da rede urbana aguçou nossa curiosidade por articular os conceitos de Geografia Urbana e de Geografia Econômica, como o estudo da territorialidade e da (re)territorialização dos agentes econômicos - no caso, a rede bancária.

A evolução da temática relativa à modificação da rede bancária despertou primeiramente um maior interesse nos pesquisadores das ciências econômicas (FONTENLA, 1965; FRANCO, 1984; LAGO 1983) e das ciências sociais (LE GOFF, 1991; CHESNAIS, 1996). Alguns estudos sobre a temática em pauta no âmbito da Geografia são recentes, como, por exemplo, a contribuição de Roberto Lobato Corrêa (1989, 2006), Leila Christina Dias (1995, 2005, 2006), Amália Inês G. de Lemos (2004), Fabio Contel (2006, 2007), Sandra Lucia Videira (2006) e outros.

A relevância desta temática está no fato de que os bancos são agentes financeiros bastante seletivos espacialmente. Tal seletividade revela a diferente inserção das localidades na dinâmica econômica atual, ao mesmo tempo em que se reforçam as desigualdades socioespaciais, entanto nesse processo de seleção para instalação de suas atividades os bancos acabam privilegiando alguns núcleos urbanos em detrimento de outros. É certo que a teoria das localidades centrais, desenvolvida inicialmente por Christaller, já constatara essa diferenciação entre os vários núcleos urbanos, entretanto fazemos referência nesse trabalho a uma acentuação maior dessa diferença na distribuição das atividades, alterando a configuração da rede urbana e dos papéis das várias localidades que dela fazem parte.

Desta forma observamos que em algumas cidades da região não há oferta de serviços bancários a seus cidadãos na forma tradicional – ou seja, pela presença das agências bancárias. Por outro lado, estas instituições financeiras têm adotado estratégias para estar presentes em todo o território ou encontram formas de alcançar segmentos da sociedade que delas possam ou precisem usufruir.

De qualquer modo, problematizar esta seletividade é importante, pelas razões expostas a seguir.

1) A seletividade revela como o capital se distribui de forma diferente no território. Este fato está relacionado aos vínculos das dinâmicas econômicas locais e regionais com o capital, porém, numa problematização na perspectiva social, mostra o alcance do poder financeiro e a ausência dele ou de consumo do conjunto de pessoas que vivem nas localidades.

2) De modo geral, praticamente todas as pessoas no mundo atual precisam dos serviços bancários, pois os bancos têm sido mediadores inclusive das políticas sociais - como o bolsa-família, o PIS, o seguro-desemprego e outros; portanto não são apenas os agentes de maior poder financeiro que demandam esses serviços.

É preciso, então, pensar também no papel social das agências bancárias, já que, por serem os bancos mediadores das políticas sociais, atualmente a cidadania passa por essa financeirização, o que faz surgir novas formas de suprir esses serviços ou provocam deslocamentos da população que deles precisam. Do ponto de vista espacial isso é significativo, na perspectiva da rede urbana, por mostrar o reforço à tendência de perda de centralidade de algumas pequenas localidades.

Por isso, é relevante estudar como esta necessidade tem sido suprida, em especial nos municípios onde a forma tradicional de prover os serviços bancários já não se faz presente. Então, procuramos observar como num momento de extrema financeirização das relações (concomitante à reestruturação bancária, que visa reduzir os custos bancários) aparecem outras maneiras para estas instituições estarem presentes no território. É neste contexto que se inserem as novas topologias bancárias.

Vivemos em um momento do capitalismo em que há uma financeirização das relações humanas e muito se fala da creditização do território. Entende-se por creditização do território todo processo de espacialização dos serviços bancários, bem como a facilidade de acesso ao crédito. É comum observarmos no dia-a-dia das cidades a presença frequente de indivíduos que oferecem crédito para o

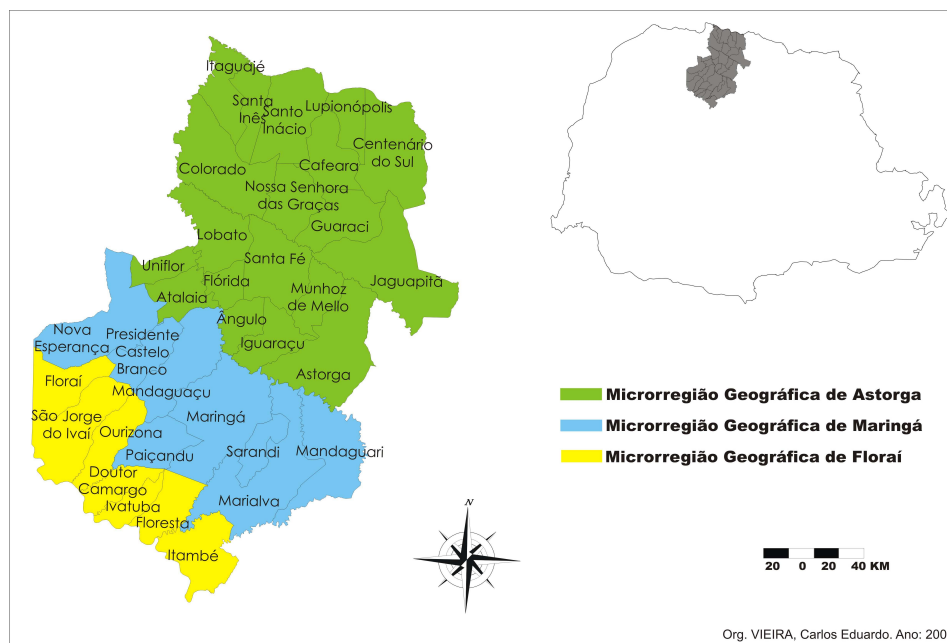
consumo. Segundo Santos e Silveira (2001), é desta forma que se dá a creditização do território:

“...as formas de creditização aperfeiçoam-se e coexistem na sociedade brasileira. De formas menos intermediadas, como o cheque pré-datado, até formas que envolvem diversos atores, como o crediário, o cartão de crédito e o cartão de crédito popular, o intuito dos agentes hegemônicos é atingir camadas mais amplas da população. As sociedades de crédito, financiamento e investimento, mediante de letras de câmbio, são responsáveis pelo crédito ao consumidor (crediário), que financia bens de consumo duráveis.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.74)

Retomaremos essa questão da creditização do território na terceira parte do trabalho. A relevância das instituições bancárias aparece no trabalho de Videira (2006) quando argumenta que “os bancos, objetos recentes de estudo na Geografia, são de suma importância como agente organizador do espaço, principalmente quando pensamos no papel das finanças na economia capitalista.”

Os recortes e os procedimentos metodológicos

O Norte do Paraná foi considerado, desde o início da proposta de pesquisa, a referência espacial concreta para estudar as mudanças econômicas amplas e entender, num contexto regional, as questões sinalizadas pelo trabalho. Faltava, contudo, estabelecer um recorte territorial exato da pesquisa. Este deveria conter um número de municípios que permitisse apreender as modificações num contexto regional e na perspectiva da rede; por outro lado, o recorte não deveria ser muito extenso para que a pesquisa fosse viável. Escolhemos um conjunto de municípios que acabou sendo definido dentro do Norte Central Paranaense e envolve as microrregiões de Astorga, Floraí e Maringá (Cartograma 1).



Cartograma 1 – Área de Estudo

Partimos do entendimento de que as modificações ocorridas em âmbito regional poderiam ter a sua explicação em dois pontos principais, os quais ajudaram a estruturar o trabalho. O primeiro se refere a mudanças na própria dinâmica da região; o segundo diz respeito a um amplo processo de reestruturação setorial vivenciado pelo setor bancário, mas concomitantemente a uma dinâmica mais ampla, que provocou outras mudanças no âmbito econômico mundial. Não obstante, é fundamental assinalar que as mudanças setoriais são também pautadas pela dinâmica regional, portanto a acentuação da centralidade, ou não, de determinadas localidades consiste em um processo estritamente vinculado ao desempenho da economia local.

É preciso ainda observar que, se tomarmos como referência o âmbito territorial brasileiro, a região em estudo não constitui a parte do território onde estas mudanças sejam mais evidentes, especialmente no que se refere à disponibilidade de atendimento para a população. De forma geral, é possível observar que no Brasil tem sido frequente o fechamento de agências bancárias, fato que pode ser interpretado como inexistência, nas localidades onde isto ocorreu de uma parcela da sociedade com poder aquisitivo suficiente para manter essas atividades. Isso foi agravado com o processo de privatização e “saneamento” dos bancos (ENDLICH, 2006).

Ainda considerando-se outras áreas do país, ficou conhecida no Estado de Minas Gerais uma polêmica pelo fechamento de agências nas pequenas cidades interioranas depois da compra do Banco do Estado de Minas Gerais pelo Banco Itaú. Por causa do rendimento modesto das agências de pequenas localidades, diferente do seu padrão médio de lucro, o Banco Itaú pretendia fechar 58 agências, afetando o atendimento a aproximadamente trezentos mil habitantes. Para manter as agências abertas, aquela instituição exigia das prefeituras o pagamento de valores entre 7 e 15 mil reais (ENDLICH, 2006).

No Paraná, o antigo Banco do Estado (Banestado) também foi adquirido pelo Itaú e existe a mesma intenção de fechar agências nas cidades menores. Contudo, neste Estado várias agências de novas instituições financeiras de capital cooperativo vêm se instalando nas pequenas cidades, suprimindo pelo menos algumas lacunas deixadas pelos bancos que se foram. O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) já possui mais de duzentas agências, a maioria em pequenas cidades (Op.cit.).

No cenário brasileiro, muitos municípios não possuem atendimento bancário. De um total de 5.507 municípios em 2000, aproximadamente 1.600 não possuem nenhum tipo de atendimento, outros 1.397 possuem apenas uma agência e 670, apenas um posto de atendimento. Em suma, aproximadamente 67% dos municípios brasileiros possuem, no máximo, uma agência bancária ou um posto de atendimento (Op.cit.).

Na região em estudo também existem municípios sem agências, mas o problema não se apresenta com a mesma intensidade sinalizada pelos dados anteriormente mencionados, que indicam a realidade de muitos municípios brasileiros.

Quanto ao recorte temporal, o período envolvido na pesquisa vai de 1970 até 2007. Este período abrange tanto a fase de formação da rede urbana na região com a instalação das primeiras instituições referentes à rede bancária, e ainda o processo de redefinição vivenciado por ambas – a rede bancária e a rede urbana. Porém para contar a história da formação da rede de localidades é preciso voltar a anos pretéritos a 1970.

Para mostrar as transformações ocorridas na região, referentes ao período pretérito e ao mais recente, foram utilizados dados recebidos do Banco Central do Brasil sobre as instituições financeiras na área em análise. Foram também analisadas outras fontes de dados sobre a quantidade de agências bancárias instaladas nos municípios em questão, como, por exemplo, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Foram realizadas também atividades de campo como verificação *in loco* dos municípios que não tinham nenhuma agência bancária. Nestas viagens observamos, conversamos com a população em geral e levantamos algumas informações primárias junto aos habitantes das cidades de Guaraci, Munhoz de Melo e Ângulo. A escolha destes municípios não se deu por acaso, ela decorreu de uma análise dos dados sobre a rede bancária, especialmente do Ipardes, para o ano de 2006, tais dados permitiram identificar as cidades que não tinham agências bancárias. Como nossa problematização estava vinculada às modificações ocorridas no setor e na região e às suas implicações no cotidiano das pessoas, escolhemos algumas dessas cidades que não possuem nenhuma agência bancária para verificar como os moradores resolvem a questão do acesso aos serviços vinculados às instituições que compõem a rede bancária. Durante estas visitas observamos e registramos por meio de fotografias, alguns aspectos da dinâmica econômica dessas localidades.

A temática do trabalho e a Geografia das Redes

Entre os temas discutidos pela Geografia destacam-se os conceitos de rede, território e cidade, os quais têm uma estrita relação com o encaminhamento da pesquisa proposta.

O estudo de redes não é recente na Geografia e áreas afins. As redes que aparecem com grande relevância neste momento sempre estiveram presentes na história humana. Como observa Moraes (2005, p. 2), “As redes geográficas sempre fizeram parte da história humana. Estiveram presentes na organização espacial das tribos primitivas bem como na organização comercial dos centros do mundo mediterrâneo.”. Já no século XII era possível encontrar estudos sobre a

temática. No livro “Redes, Sociedade e Territórios” encontramos a contribuição de Dias (2005) sobre a origem do termo rede. A autora informa que “a palavra rede provém do latim *retis* e apareceu no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós.”. A autora assim se refere à associação entre a rede e o corpo humano:

A associação entre a rede e o organismo atravessa toda a história das representações de rede, para designar tanto o corpo na sua totalidade – como organizador de fluxos ou de tecidos – quanto uma parte sua, notadamente o cérebro. A metáfora do cérebro-rede atravessa séculos, sendo recorrentemente reativada. (DIAS, 2005, p.14)

Ainda segundo Dias (op.cit.), “a grande ruptura que introduz um novo conceito de rede acontece na segunda metade do século XVIII e se caracteriza pela sua saída do corpo. Assim as representações geométricas do território se multiplicam graças à triangulação do espaço em rede”. A autora considera que “desde então, a rede não é mais somente observada sob o corpo humano – como malha ou tecido, ou no seu interior. Ela pode ser objetivada através da matriz técnico-infraestrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo.” (Op.cit, p. 15).

A partir de então, o conceito de rede passa a designar a infraestrutura rodoviária, ferroviária, telegráfica, entre outras. Com o surgimento da rede mundial de computadores a representação de rede tem uma mudança.

Com a explosão das técnicas reticuladas especialmente as redes de comunicação como a Internet, a rede é representada como organismo planetário e parece desenhar a infraestrutura invisível de uma sociedade, ela mesma pensada como rede (...) (DIAS, 2005, p. 18).

Em estudo sobre a mesma temática, Santos (1996) argumenta que as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. O mesmo autor observa ainda que, além das redes e apesar das redes, existe o espaço banal, o espaço de todos, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

Como exemplo de redes geográficas podemos citar as agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, a rede ferroviária, as

inforvias, ou ainda as ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa com seu centro de pesquisas, depósitos e filiais de venda, espalhadas pelo território (CORRÊA, 2006, p. 30). Hoje os atores nacionais e mundiais do “jogo” capitalista estão em frequente e ágil comunicação, em função do surgimento, aperfeiçoamento e adensamento dos objetos técnicos, a exemplo das telecomunicações. Assim, o território torna-se mais fluido, acelerando as trocas e dando instantaneidade às ações: “A rede telefônica instalada nos territórios permite uma leitura mais precisa dos sistemas de produção e de ação naqueles lugares e permite também avaliar o fluxo criado por esses sistemas e como estes se reproduzem nos lugares (BENADUCE, 2003, p. 197).” A organização de uma sociedade em rede adquiriu grande importância, sendo esta agora compreendida como uma construção social:

A rede como qualquer outra invenção humana, é construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais (DIAS, 2005, p. 23).

Atualmente fazemos uso diário das mais diversas formas de rede, as rede estão presentes na vida do homem contemporâneo. A organização da vida cotidiana envolve o uso permanente das redes de acesso ou de conexões: rede elétrica, urbana, de comunicação e de informação, portanto uma inserção de malhas e redes que se sobrepõem no planeta inteiro (UEDA, 2005). A rede não-material, como a informação e sua estruturação, impôs ao processo brasileiro de urbanização uma reatualização, gestada pelos agentes políticos, econômicos e sociais, passando a desempenhar novos papéis.

A rede bancária é uma estrutura criada, semelhante a outras construções sociais resultantes das modificações de determinadas condições inerentes ao dinamismo de outras redes. Assim, a sociedade em redes é possibilitada pelos avanços tecnológicos.

A cidade passa por uma mudança de papel onde ela passou a ser vista “não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto e controle da reprodução da

sociedade capitalista em termos da força de trabalho. (SOJA, 1993, p. 118)

Neste sentido, a cidade cumpre várias funções, entre elas a financeira, que também está classificada na categoria de funções de enriquecimento, conforme Beaujeu-Garnier (1980, p. 57). O seu objetivo imediato não é, como nos casos precedentes, acumular massa monetária para a transformação ou exploração de bens materiais, mas sim, centralizar e multiplicar os recursos. A cidade é o lugar onde se instalam os estabelecimentos bancários ou organismos financeiros que promovem a drenagem da riqueza regional para o acúmulo de capital na escala global, ou de onde partem investimentos que permitem melhorar os equipamentos urbanos.

Assim, o capital financeiro para realizar-se hoje, o faz através do espaço, isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Mas esse movimento se realiza aprofundando contradições: o processo de reprodução continuada do espaço metropolitano coloca em questão o plano do local, figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial – um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político. (CARLOS, 2005, p. 32)

Na produção do espaço da cidade capitalista (CARLOS, 2001, p. 47) o uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de formas diferenciadas, gerando conflitos entre indivíduos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. A ação do Estado é marcada por conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses dos segmentos da classe dominante, que a cada momento está no poder. A atuação estatal é destinada a criar condições para a mais-valia (MOREIRA, 1994).

A atuação do Estado, fundamentalmente e em última análise, visa criar condições de reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que

viabilizem o processo de acumulação e da reprodução das classes sociais e suas frações. Com a vigência do modo de produção capitalista o processo de diferenciação das cidades e a hierarquização se acentuam. Um dos temas envolvidos em nossa análise é o processo de diferenciação entre os diversos núcleos urbanos, com especial foco no setor bancário.

No atual momento do capitalismo ocorrem transformações na rede urbana que vêm redefinindo e alterando os papéis urbanos nos vários tipos de localidade. Uma expressão dessas mudanças é a concentração cada vez maior da população e dos papéis urbanos nas cidades médias, enquanto as pequenas cidades perdem parcialmente sua centralidade. Dissertando sobre as pequenas cidades do Noroeste do Paraná e o papel desempenhado por elas em anos anteriores, Endlich (2006, p.81) explica que:

As pequenas cidades possuíam significativa estrutura bancária e comercial (varejista e atacadista). Quase todas dispunham de profissionais da área de saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos) para o atendimento da população. Da mesma forma, havia uma estrutura de ensino primário e de ensino extraprimário (ginásio e curso normal). Algumas cidades já constavam, também, com um mínimo de instituições do poder judiciário. Estas atividades conferiam centralidade a estes núcleos urbanos.

Segundo Luz e Videira (2004, p. 2), o surgimento do sistema financeiro no Brasil tem origem no século XIII.

O sistema financeiro, aí inserido os sistema bancário, veio passando por constantes mudanças ao longo do longo da história, a fim de se adaptar as exigências de seu tempo. No Brasil, os primeiros bancos, surgiram no século XIII, da necessidade de financiar a economia do país, mas é somente no século XX, entre 1919 e 1930, que o Governo Federal se empenha em implantar algumas medidas, a fim de normatizar o sistema bancário.

Em convergência com os autores citados anteriormente, Braga (2004) assinala que a partir da década de 1930 (no governo de Getúlio Vargas) o Brasil conheceu uma modernização nas estruturas do seu território, ocorrendo uma integração física entre alguns pontos do país, com o objetivo de obedecer a uma nova dinâmica, trazendo uma lógica de organização. Atualmente, o uso e a

regulamentação do território são incentivados por políticas de abertura econômica e de instalação de empresas multinacionais.

No ano de 1940 ocorreu uma grande transformação no sistema bancário brasileiro, devido à ação dos vários agentes políticos e econômicos que necessitavam de uma estrutura bancária para atender ao crescente processo de industrialização no país (Videira, 2004).

Desde a década de 1970 vem ocorrendo no Brasil uma concentração bancária quanto ao aspecto patrimonial, pois os pequenos bancos estão sendo vendidos aos grandes. Assim, juntamente como processo de modificação da rede bancária, que pode ser entendido pelo contexto de alterações econômicas regionais, vem-se verificando um processo de reestruturação setorial dos bancos brasileiros.

Estas mudanças também tiveram reflexos no Norte do Paraná, onde a distribuição dos bancos tende a ocorrer de forma desigual dentro da região, privilegiando algumas cidades e excluindo outras, o que expressa seu caráter seletivo.

No que se refere às alterações qualitativas, observa-se, por exemplo, que no Estado do Paraná em anos anteriores existia o banco estatal denominado Banestado (Banco do Estado do Paraná). Ele foi privatizado e comprado pelo Banco Itaú, que, segundo informações de um gerente de banco da cidade de Maringá, deverá fechar várias agências nas cidades da região. Desta forma, é possível que muitas cidades da área de estudo fiquem ainda mais desassistidas neste aspecto e ocorra uma maior concentração espacial em relação a esse tipo de serviço. Em decorrência deste fato, poderá ocorrer um maior fluxo de pessoas que terão que se deslocar para cidades mais próximas, mesmo que nestas existam apenas postos de atendimento bancário ou similar, que não oferecem alguns dos serviços ofertados por uma agência bancária.

O trabalho está estruturado em três partes, descritas a seguir.

Na primeira parte discutimos a formação da rede urbana regional, a centralidade das localidades e a rede bancária. Com o objetivo de seguir uma

lógica no raciocínio, esta parte está dividida em quatro itens. No primeiro abordamos o histórico da formação da rede urbana regional, no segundo tratamos dos papéis urbanos e no terceiro são discutidos os aspectos da rede bancária do passado. Para finalizar, o último item desta parte contemplou os aspectos das transformações recentes na rede bancária, destacando o desprovimento de algumas localidades da presença de agências bancárias.

Na segunda parte são sinalizadas as mudanças setoriais, abrangendo as mudanças patrimoniais, as transformações na rede bancária pública e o surgimento da informatização e mudanças na estrutura de atendimento ao usuário. Para concluir esta parte, realizamos uma análise sobre as agências e as novas topologias bancárias, como o surgimento dos correspondentes bancários, o uso cada vez mais freqüente do *internet banking* e outras topologias.

A terceira parte foi estruturada de maneira a articular as questões discutidas na primeira e segunda parte, iniciando com as mudanças na região, a centralidade das cidades e a rede bancária. Assim se questiona: será que as mudanças na rede de cidades encerraram na reestruturação da rede bancária? Ou as alterações na rede bancária são reflexos de uma perda de dinamismo econômico da região? Para responder a estas questões a parte final está dividida em quatro itens. No primeiro destes consideramos as transformações econômicas na região; no segundo são discutidos os papéis urbanos e a centralidade dos municípios em análise; no terceiro abordamos a rede bancária atual na região e suas principais modificações; e para concluir esta parte, enfocamos as pequenas localidades e os serviços bancários nelas oferecidos.

Parte 1

*FORMAÇÃO DA REDE URBANA REGIONAL,
CENTRALIDADE URBANA E REDE BANCÁRIA.*

Nesta parte desenvolvemos um estudo sistematizado sobre a região do Norte Central Paranaense, identificando a formação da rede urbana regional, desde a constituição dos pequenos núcleos urbanos e demais cidades planejadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para exercerem maior centralidade na oferta de um consumo mais sofisticado. Procuramos mostrar como se compunham os papéis urbanos no período inicial para, posteriormente, assinalar as transformações.

1.1 – Histórico da formação da rede urbana regional

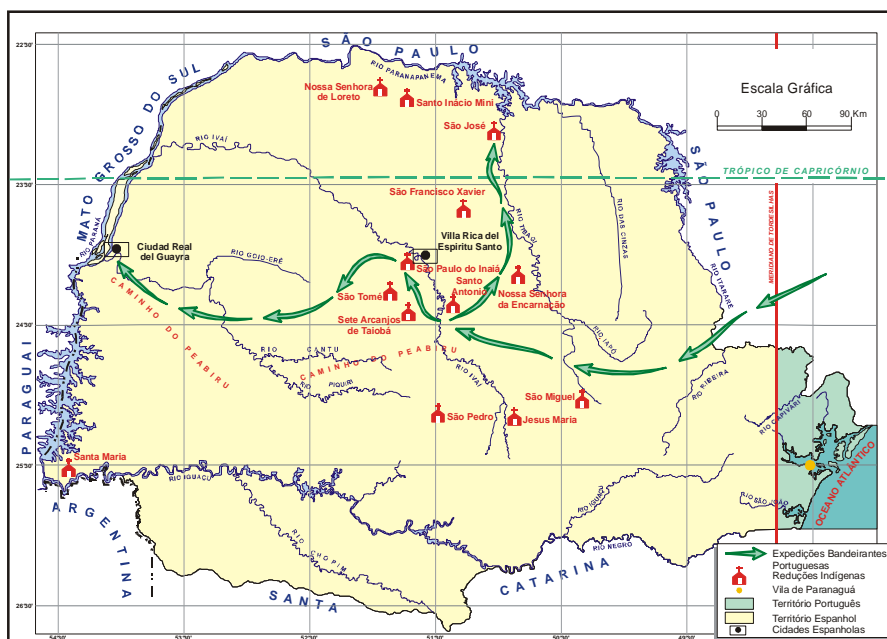
O objetivo principal deste item é desenvolver reflexões sobre o histórico da formação da rede urbana regional. A referência ao regional neste trabalho está circunscrita, conforme já assinalado na introdução, ao recorte estabelecido para o trabalho, ou seja, as microrregiões geográficas de Astorga, Floraí e Maringá. Espera-se que esta discussão permita estabelecer a correlação da formação das cidades com o processo de metamorfose pelo qual passou a rede bancária na região.

A temática da rede urbana regional foi estudada por diversos autores, como, por exemplo, Moro (1995, 2003), Fresca (2004) e Endlich (2003 e 2006). Contudo, por mais que já se tenha publicado sobre a região em questão, o tema precisa ser aqui considerado e julgamos necessário realizar um breve relato da formação regional da rede urbana.

É preciso lembrar que a presença humana no Norte do Paraná pode ser constatada antes mesmo da ocupação efetiva, ocorrida com maior intensidade nos anos de 1940. Não podemos deixar de lembrar que todo o território brasileiro, antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil, já era habitada pelos povos indígenas, que também estavam presentes nesta região, onde estudos identificaram a presença de missões jesuíticas. Assim, assinala Endlich (2006, p. 55) que a região transformada em cidades e cafezais "(...) não eram espaços vazios, disponíveis para serem incorporados ao capitalismo. Eram espaços ocupados por povos indígenas que foram dizimados ou expulsos. A parte que

permaneceu foi subordinada e tornada obediente.” A obediência dos indígenas não foi espontânea. Este processo ocasionou uma adaptação à imposição técnica, cultural e econômica.

Podemos observar, por meio do Cartograma 2, apresentado a seguir, que os espanhóis foram os primeiros europeus a ocupar a região central do Paraná, onde foram instaladas diversas reduções indígenas, totalizando treze, entre as quais se podem-se citar Santo Antônio, São Tomé e São Paulo do Inajá.



Cartograma 2 - Ocupação espanhola no Paraná.

Fonte: Cigolini, 1999

Passados alguns séculos, avançamos um pouco no espaço e no tempo, para analisar a história da ocupação capitalista efetiva no Estado do Paraná, que deixou como herança a atual rede de cidades. Esta etapa tem início com o ciclo do ouro. Com este processo, aos poucos “a cidade tornou-se o novo elemento que passou a ocupar o centro da organização do território, sendo muitas delas construídas em região montanhosa e de difícil acesso ao litoral, sendo palco de importantes alterações culturais e do surgimento de novas classes sociais” (VENÁ, 2007, p.3). Com a escassez de minerais no litoral, os mineradores ocuparam o Primeiro Planalto, contexto em que se formou a cidade que no futuro seria a capital do Estado, Curitiba.

A exploração do território continua com o esgotamento dos minerais preciosos neste espaço. Assim, os interesses econômicos voltam ao Segundo Planalto, onde se mesclaram as atividades de mineração, erva-mate e tropeirismo. Do tropeirismo resultaram vários núcleos urbanos, como Castro, Jaguariaíva, Irati e Ponta Grossa, locais de abastecimento e descanso destes viajantes. Aos poucos se foi constituindo uma rede de cidades no território paranaense.

Na região do Norte do Paraná iniciou a ocupação no começo do século XX, especialmente incrementada a partir da década de 1920. O ciclo econômico cafeeiro já passara por vários Estados. A história deste cultivo no Paraná está relacionada ao seu desenvolvimento no Estado de São Paulo, onde este produto já estava bastante difundido.

Neste contexto “o café, a partir da década de 1940, tornou o principal produto de exportação brasileira, e o Paraná era o seu principal produtor. Esta atividade econômica conectou o espaço em questão ao circuito capitalista mundial. (ENDLICH, 1999, p.4)”. Sobre a fundação de núcleos habitacionais no Setentrião Paranaense referem os primeiros registros que,:

“nesse processo de (re) ocupação efetiva no setentrião paranaense, consta no período imediatamente posterior à Emancipação Política do Paraná, na segunda metade do século XIX, com a Colônia Militar de Jataí e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo, com a finalidade de fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai.” (ENDLICH, 2007, p.41)

Com a chegada da Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês, incentivada pelo governo paranaense, ganha impulso a ocupação e ocorre a formação da rede urbana regional. Esta companhia, no período da Segunda Guerra Mundial, foi vendida para proprietários paulistas e rebatizada como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável pela instalação de núcleos urbanos planejados.

Para o Norte do Paraná é nesta época que começa a ocorrer uma maior conexão ao modo de produção capitalista. Em função disso foi preciso que se instalassem nos núcleos urbanos estabelecimentos para suprir as necessidades

econômicas da época. O adensamento técnico na região pode ser sinalizado, inicialmente, com a construção da estrada de ferro ligando as regiões produtoras do Estado ao litoral paranaense, concretizando desta forma o baixo custo de transporte da produção a fim de tornar o produto nacional competitivo no mercado internacional, gerador de demandas interurbanas e intrarregionais.

Para promover a circulação da riqueza paranaense, ou seja, o escoamento de toda a produção de café na década de 1970 havia o Porto de Paranaguá no Paraná e o Porto de Santos no Estado de São Paulo, além de, ainda, ter uma via principal de circulação que era a ligação ferroviária Ponta Grossa - Ourinhos (SP), que se conectava com a ferrovia que alcançava Maringá, no norte do Paraná. A ligação ferroviária entre Ponta Grossa e Apucarana, somente foi concluída no início da década de 1970. Dessa forma as cidades iam sendo formadas ao longo da ferrovia e a paisagem sendo modificada, alterado pela ação do homem, que até o momento transformava a paisagem "natural" para a prática da agricultura visando primeiramente o sustento de sua família e a comercialização dos produtos cultivados, como o café, o milho etc. (VENÁ, 2007, p.37)

Juntamente com a ferrovia, estabelece mais um suporte técnico capaz de escoar a produção cafeeira regional: a rodovia BR 369, que estava pavimentada de Cambará até Jandaia do Sul, antes mesmo da chegada da ferrovia, no ano de 1960. Como constatou Fresca, o escoamento da produção estava garantido por outras rodovias.

Entre Jandaia do Sul e Maringá, a rodovia transforma-se em BR 376, também pavimentada. A partir desta cidade, saem dois outros eixos de circulação: a continuidade da BR 376, com destino a Nova Londrina e Marilena, na porção noroeste da rede, e a PR 323 e atinge Guaíra. Após Maringá, na direção oeste, estas estradas não estavam pavimentadas. (FRESCA, 2004, p.62)

Com a constituição de todo este aparato técnico, foi possível dinamizar a economia regional, gerando ocupação da força de trabalho, tornando eficaz a distribuição da produção e agregando valor ao produto ao longo da cadeia de distribuição. Com isso, segundo Xavier (2007, p. 2),

A capacidade de fazer fluir bens e informação torna-se imperativa, uma condição de sobrevivência, mas também um diferencial competitivo na

medida em que a maior eficácia logística agrega valor aos bens ao longo das cadeias de distribuição. Valor medido pela disponibilidade do produto na quantidade, frequência e lugares desejados, ao menor custo. Pode-se incluir também a confiabilidade dos prazos de entrega, rápida reposição e garantia da integridade do produto.

Sob responsabilidade da Companhia de Terras Norte do Paraná, a construção destes meios de transporte e circulação gerou mais fluxos e conseqüentemente maior fluidez ao território, porém “esta companhia se diferenciou das demais colonizadoras porque não se restringiu a criar cidades isoladas, mas planejou um conjunto de cidades, bem como as devidas articulações entre os diversos núcleos urbanos e estabelecimentos rurais” (ENDLICH, 2007, p.52).

Também várias outras empresas colonizadoras atuaram na região, as quais foram as responsáveis por tornar densa a rede urbana regional. Destaca-se a contribuição de Endlich (1999, p.9) para a compreensão da rede urbana, ao dizer que a instalação de núcleos urbanos continha duplo interesse: “a comercialização de lotes urbanos e servir de apoio para a atividade agrícola, assistindo e abastecendo os produtores naqueles bens e serviços que não eram produzidos pelos mesmos.” Pelo planejamento inicial da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foram implantados pequenos núcleos urbanos, distantes uns dos outros aproximadamente quinze quilômetros, os quais tinham como finalidade suprir as necessidades básicas dos proprietários rurais.

A organização da rede urbana era do tipo hierárquico, ou seja, havia uma subordinação dos pequenos núcleos urbanos (aqueles localizados a aproximadamente cada quinze quilômetros) aos maiores localizados a aproximadamente cada cem quilômetros. Esta relação de subordinação ocorria através das relações comerciais, de serviços e administrativas. Nas cidades maiores, consideradas polos regionais, encontravam-se os atacadistas que abasteciam o comércio das cidades menores, alguns serviços especializados e atividades administrativas. (ENDLICH, 1999, p.19)

A referida companhia seguia três princípios básicos para a ocupação do Norte Paranaense, que estão expostos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Princípios básicos seguidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

1	A construção de um eixo rodoferroviário de penetração, com dupla finalidade de facilitar o acesso às novas áreas e permitir escoamento rápido e seguro à produção da região. Com base nesse eixo central, estendia-se uma rede rodoviária complementar, cuja função era canalizar para o eixo principal a produção, que seria destinada a São Paulo ou a Santos e ao exterior.
2	Na rota desse eixo rodoferroviário foram assentados os núcleos básicos de colonização, estabelecidos progressivamente a uma distância de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama - cidades previamente planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores, com a finalidade de servir como centro de estabelecimento de abastecimento da população.
3	A zona rural foi dividida segundo um módulo ajustado à produtividade do solo e à cultura cafeeira. Os lotes, de área média não superior a 14 alqueires, foram marcados de modo a incluir, todos eles, uma parte de baixada, servida por água corrente, e uma parte de espigão, limitada por estradas de rodagem. Na baixada, o colono geralmente construía sua casa, plantando e criando o necessário para sua subsistência; nos trechos mais elevados, menos sujeitos às geadas, estendia o cafezal, que constituiria a sua principal fonte de renda.

Fonte: Machado, 2004.

A ocupação da região passou por sucessivos períodos, sendo possível realizar uma divisão territorial (Quadro 2) utilizando-se como critério o processo de ocupação e expansão econômica regional. A primeira parte desse território consiste no Norte Velho, ocupado entre os anos de 1860 e 1925. Na segunda parte, denominada Norte Novo, a ocupação ocorreu a partir dos anos 1930, com as companhias colonizadoras. A parte de ocupação mais recente - por isto denominada Norte Novíssimo - ocorreu nos anos 1940.

Quadro 2: Divisão da Região Norte do Paraná em três sub-regiões.

	<i>Característica</i>
<i>Norte Velho</i>	Resulta do Período de 1860 – 1925, em que o Estado do Paraná começou a produzir café com expansão das lavouras paulistas. Neste primeiro momento, a ocupação ocorreu sem planejamento, de forma intensa e desordenada. Este fato preocupou as autoridades estaduais que tomaram providências quanto à regulamentação das vendas de terras devolutas.
<i>Norte Novo</i>	A partir de 1930 há uma ocupação organizada do setentrião paranaense, através de empresas privadas que obtiveram concessões por parte do governo paranaense.
<i>Norte Novíssimo</i>	Foi a mais recente ocupação, desde 1940, resultante, em parte, da atuação das empresas colonizadoras e, também, dos empreendimentos estatais inspirados nas estratégias das empresas privadas colonizadoras.

Adaptado: Endlich, 1999.

A área que atualmente corresponde a Maringá, núcleo polarizador do Norte Central Paranaense, começou a ser ocupada segundo esse processo de colonização privada por volta de 1938, com a venda de alguns loteamentos rurais a partir da década de 1940. A cidade começa a criar um dinamismo econômico e são construídas as primeiras edificações propriamente urbanas, que tinham como finalidade a comercialização de terras para os interessados. Ergueram também algumas edificações destinadas ao comércio varejista e à hospedagem dos recém-chegados.

Maringá ganhou sua primeira construção em fevereiro de 1942 o Hotel Maringá, que ficava no “Maringá Velho”. Este Hotel foi construído com o objetivo de hospedar os compradores de terras que aqui vinham, dos mais distantes estados brasileiros. O vertiginoso crescimento deste povoado, o qual não estava nos planos da colonizadora, ser o núcleo principal e definitivo, foi interrompido para que a cidade fosse projetada pelo urbanista Jorge Macedo de Vieira, a pedido da Companhia de Terras Norte do Paraná, assim que soube a localização exata da estação ferroviária, local mais adequado para a formação do centro da cidade. (MACHADO, 2004, p.54)

A partir do planejamento de Maringá, a Companhia lançou uma política de estímulo à ocupação territorial do município, convidando migrantes das mais diversas profissões e regiões. Com isto, a cidade sediou o comando do desenvolvimento da região. Inicialmente o novo núcleo urbano foi distrito de Mandaguari. Obteve emancipação política em 1951, mas somente no ano de 1952 ocorreu a instalação do município. O plano urbanístico da cidade, até meados dos anos 1970, seguiu o traçado feito pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mas a partir de então a conjuntura internacional e nacional passou por significativas mudanças, “alterando a velocidade e as características do crescimento urbano e, também, a dinâmica da estruturação da rede urbana, que não tinha mais o mesmo ritmo do período da marcha para o oeste, o que fez com que a própria estruturação interna fosse modificada.” (SILVA, 2006, p.59).

O processo de ocupação capitalista da região e o surgimento de vários pequenos núcleos urbanos foi muito rápido, resultando numa densa rede de localidades centrais. Parte da dinâmica regional pode ser observada no Quadro 3, que nos mostra tal processo por meio da formação de novos municípios, ocasionando desta maneira uma (re)definição territorial. Podemos destacar o município de Ângulo, último a se emancipar, desmembrado de Iguaraçu. Estes núcleos dentro da rede urbana tinham como principal papel funcionarem como localidades centrais, ou seja, atender às demandas mínimas de consumo de bens e serviços da densa população que se encontrava na região. O tema dos papéis urbanos será retomado no item seguinte.

Quadro 3: Microrregião geográfica de Astorga, Floraí e Maringá, Desmembramento e Ano de Instalação dos Municípios.

<i>Municípios</i>	<i>Desmembrado de</i>	<i>Ano de Instalação</i>
Ângulo	Iguaraçu	1993
Astorga	Arapongas	1952
Atalaia	Nova Esperança	1961
Cafeara	Lupionópolis	1955
Centenário do Sul	Jaguapitã	1952
Colorado	Jaguapitã	1955
Doutor Camargo	Ivatuba	1964
Floraí	Nova Esperança	1956
Floresta	Maringá	1961
Florida	Iguaraçu	1961
Guaraci	Jaguapitã	1955
Iguaraçu	Astorga	1956
Itaguajé	Santo Inácio	1955
Itambé	Bom Sucesso, Marialva e São Pedro do Ivaí	1961
Ivatuba	Maringá	1961
Jaguapitã	Sertanópolis	1947
Lobato	Astorga	1956
Lupionópolis	Jaguapitã	1952
Mandaguaçu	Mandaguari	1952
Mandaguari	Apucarana	1947
Marialva	Mandaguari	1952
Maringá	Mandaguari	1952
Munhoz de Melo	Astorga	1956
Nossa Senhora das Graças	Colorado e Guaraci	1961
Nova Esperança	Mandaguari	1952
Ourizona	Mandaguaçu	1961
Paiçandu	Maringá	1961
Presidente Castelo Branco	Atalaia, Floraí, Mandaguaçu, Nova Esperança e São Jorge do Ivaí	1965
Santa Fé	Astorga	1956
Santa Inês	Itaguajé	1961
Santo Inácio	Jaguapitã	1952
São Jorge do Ivaí	Mandaguaçu	1955
Sarandi	Marialva	1983
Uniflor	Nova Esperança	1961

Fonte: Iparides, 2008.

A partir da década de 1970 o café entra em decadência, afetado pela baixa demanda no mercado externo e principalmente pela geada ocorrida nessa época, conhecida como “geada negra” que devastou quase toda a lavoura da região. Voltaremos a tratar das transformações econômicas da região na última parte.

1.2 – Os papéis urbanos

Iniciamos nossa discussão com o fato de que, devido ao planejamento previamente elaborado pela então Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, cada cidade cumpria um papel na rede urbana regional. As pequenas cidades tinham como a principal função suprir as necessidades básicas dos agricultores e demais segmentos da densa população regional de então. Cidades como Londrina e Maringá eram reservado o papel de ofertar produtos e serviços mais “sofisticados”, assim eram as cidades que desde o início iriam polarizar a área, funcionando como centros regionais. De forma geral, as cidades que constituíam a rede urbana regional na década de 1960 desempenhavam a função de coleta, beneficiamento e comercialização da produção rural, parte da qual era direcionada ao uso agrícola, e outra era parcialmente destinada ao consumo regional, como é o caso dos alimentos, algodão e café (FRESCA, 2004). Verifica-se com esse processo a drenagem dos recursos gerados no campo para a cidade e das cidades menores para as maiores.

Pequena, média ou grande, cada cidade da rede urbana exerceu esse papel de fundamental importância, e as diferenças ocorrentes eram mais quantitativas do que qualitativas. Do ponto de vista do total dos estabelecimentos industriais presentes nas cidades da rede, à exceção das maiores cidades – do ponto de vista populacional, nos quais estavam o maior número de estabelecimentos industriais como Londrina, Maringá, Campo Mourão, Arapongas, Apucarana – as demais apresentavam um número relativamente baixo de estabelecimentos. (FRESCA, 2004, p.69)

Segundo a mesma autora, outra atividade também se desenvolvia nas cidades da rede urbana, como o comércio varejista, com a representação dos armazéns de secos e molhados, tão comuns na época, pois cumpriam a função dos atuais supermercados, e ainda os bazares, lojas de tecidos e confecções, lojas de imóveis, entre outras especialidades. Boa parte deste grande mercado consumidor se constituía da população rural, cuja participação representava cerca de 78% da população total. Corroborando esse fato, Endlich (2007, p. 46) diz que “os pequenos proprietários de trabalhadores rurais produziam quase tudo o que precisavam, além da produção agrícola com finalidades comerciais. Eles só compravam o que não conseguiam produzir”. Mesmo assim, segundo a autora,

em função da densidade demográfica da região no período, a demanda era grande. A população urbana era menor, mas a população atendida pelas cidades era muito maior. Para compreender a importância e relevância do setor de serviços para as pequenas cidades cumpre levar em consideração que o a cidade

Reunia papéis de centros distributivos de serviços, incluindo o beneficiamento e a comercialização da produção agrícola, atendimento de alguns serviços básicos oficiais e não oficiais, diversão, enfim, garantia o acesso ao consumo básico e organizava a produção no município, além de funcionar como centro administrativo, proporcionando o acesso a instituições essenciais. No transcurso da economia cafeeira, os papéis desempenhados pelas cidades locais estavam consoantes com a população dos espaços circundantes. O grau de urbanização da população era bem menor e a dinâmica urbana estava vinculada a atividades econômicas municipais e regionais que lhe asseguravam centralidade, ou seja, ainda que com pequena população intra-urbana, estas localidades possuíam papéis bem definidos. (ENDLICH, 2006, p.89)

Devido à crescente produção agrícola nos municípios da região e ao processo de agroindustrialização ganham destaque como agentes da organização da produção econômica regional as cooperativas, como, por exemplo, a Cocamar em Maringá, a Coamo em Campo Mourão, a Coral de Rolândia e outras.

Com a finalidade de mostrar as alterações ocorridas na região e quão dinâmicas eram as cidades em análise, segue o Quadro 4, no qual se pode verificar a existência do comércio e dos bancos, bem como as relações mantidas pelas cidades inseridas nas microrregiões analisadas com os grandes centros urbanos, como São Paulo-SP e Curitiba-PR, entre outras cidades.

Quadro 4: Municípios das microrregiões geográficas de Astorga, Florai e Maringá, comércio e bancos, na década de 1950

Municípios	Descrição
Astorga	35 estabelecimentos varejistas; 3 atacadistas, 6 agências bancárias. O comércio local mantém transação com as cidades de Arapongas e Londrina, no Paraná, e com a cidade de São Paulo, onde se abastece daquilo que necessita.
Colorado	54 estabelecimentos varejistas; 4 atacadistas, e uma agência bancária. A localidade mantém negócios principalmente com as seguintes cidades: Curitiba e Paranaguá, no Paraná; Presidente Prudente e Santos, no Estado de São Paulo.
Florai	81 estabelecimentos varejistas, 1 atacadista e uma agência bancária. Sua principal produção, o café é exportado através do porto de Paranaguá, no Paraná, mantém transação ainda com as praças de Maringá e Nova Esperança (PR) e São Paulo (SP).
Guaraci	85 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas e 2 agências bancárias. O comércio local mantém intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas com as localidades de Curitiba e Paranaguá, no Paraná, e Santos e São Paulo no Estado de mesmo nome.
Itaguajé	452 estabelecimentos comerciais varejistas e uma agência bancária. Mantém o comércio local e transação (comércio exportador e importador) com as praças de Maringá e Londrina, no Paraná; Presidente Prudente e Tupã, em São Paulo.
Jaguapitã	66 estabelecimentos varejistas, 11 atacadistas e 2 agências bancárias. Efetua um intercâmbio intenso de produtos agrícolas e mercadorias com as seguintes praças: Curitiba, Paranaguá e Londrina, no Paraná; São Paulo e Santos, no Estado de São Paulo.
Lupionópolis	12 estabelecimentos varejistas e 2 agências bancárias. Mantém intercâmbio comercial (importados e exportados) principalmente com as praças de Londrina, no Paraná, e Presidente Prudente, no Estado de São Paulo.
Mandaguaçu	17 estabelecimentos comerciais varejistas e 3 atacadistas e 6 agências bancárias. Mantém a comuna transação comercial com as praças de Nova Esperança, Londrina e Maringá, no Paraná, e com a capital do Estado de São Paulo.
Mandaguari	48 estabelecimentos varejistas e 5 atacadistas, 12 agências. Mantém intercâmbio de produtos agrícola e mercadorias em qual com as praças de Londrina e Curitiba, no Paraná; São Paulo, no Estado do mesmo nome.
Marialva	150 estabelecimentos comerciais varejistas, 4 atacadistas e 9 agências bancárias. Mantém transação comercial com as praças de Maringá, Londrina, Paranaguá e Curitiba, no Paraná, e São Paulo, no Estado do mesmo nome.
Maringá	49 estabelecimentos atacadistas e 1305 varejistas e 18 agências bancárias.
Munhoz de Melo	22 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária. Mantém Munhoz de Melo intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Astorga, Arapongas e Londrina.
Nova Esperança	36 estabelecimentos varejistas, 4 atacadistas e 9 agências bancárias. Mantém intercâmbio comercial com as praças de Maringá e Londrina, no Paraná, e São Paulo e Santos em São Paulo.
Santa Fé	6 estabelecimentos varejistas e 2 agências bancárias. A localidade mantém transação comercial com os municípios de Astorga, Arapongas, Londrina, Curitiba e São Paulo.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios (IBGE), 1960.

Estes dados mostram como eram expressivas essas localidades para a dinâmica regional nas décadas de 1940 até 1970, principalmente Itaguajé, pelo seu número de estabelecimentos comerciais. Quanto às localidades com número mais expressivo de agências bancárias, além de Maringá, destacam-se as sedes urbanas de: Mandaguari, com 48 estabelecimentos varejistas e cinco atacadistas e 12 agências bancárias. Segundo dados do Banco Central do Brasil, as

instituições que estavam presentes eram o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Banco Bamerindus, o Banco Sul Brasileiro e outros. Na época o município mantinha troca de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Londrina e Curitiba, no Paraná; e São Paulo, no Estado do mesmo nome. No que diz respeito à quantidade de agências bancárias em Mandaguari na atualidade, podemos verificar que estas se reduziram a cinco.

Em Marialva, no ano de 1960 havia 150 estabelecimentos comerciais varejistas, quatro atacadistas e nove agências bancárias, segundo dados do Banco Central do Brasil. As instituições bancárias que estavam ali presentes eram o Banco Sul Brasileiro, o Bradesco, o Itaú e outras. O município mantinha transação comercial com as praças de Maringá, Londrina, Paranaguá e Curitiba, no Paraná, e São Paulo, no Estado do mesmo nome. Atualmente existem nesta cidade cinco agências bancárias.

No caso do município de Nova Esperança, no ano de 1960 havia 36 estabelecimentos varejistas, quatro atacadistas e nove agências bancárias, entre elas as do Bamerindus, do Banco Mercantil e do Banestado, que não possuem agências no município. Aqueles estabelecimentos mantinham intercâmbio comercial com as praças de Maringá e Londrina, no Paraná, e São Paulo e Santos, em São Paulo.

Destacamos neste quadro os casos de Guaraci e Munhoz de Melo, municípios que visitamos e que atualmente não possuem mais agências bancárias. No ano de 1955 instalou-se no município de Guaraci o Banco Bamerindus, que encerrou suas atividades no ano de 1997. A partir desta data nenhuma outra instituição bancária abriu agência nesse município. Já no caso de Munhoz de Melo, no ano de 1975 entrou em atividade o Banco Unicard, o qual encerrou suas atividades em 1986. Outras instituições que atuaram no município foram o Banco Bamerindus, com início das suas atividades no ano de 1989 e encerramento em 1993. Também o Banestado instalou-se no espaço urbano do município no ano de 1989 e encerrou suas atividades em 2004.

1.3 – Transformações regionais

A dinâmica econômica regional que pode ser constatada aqui, abrangendo as várias localidades, estava relacionada à economia cafeeira. Todo este

dinamismo entrou em decadência com a crise que se abateu sobre esse setor, a ser detalhada posteriormente. Com a formação das cooperativas regionais, novos papéis aparecem na rede urbana. Sua chegada deve-se à inserção mais efetiva do Brasil no mercado internacional, cujas exigências se acentuaram, imprimindo no território novas espacialidades e novos fixos geográficos. A competição requer uma gama constante de inovações tecnológicas. As atividades urbanas aprimoram-se e intensificam-se. A região, gradualmente, insere-se em um meio onde a ciência e a tecnologia ditam o ritmo (MORO, 2003). Neste contexto a exigências impostas ao agricultor são grandes e este muda seus hábitos a fim de se adaptar ao novo paradigma.

Essa forma de agricultura substituiu sementes comuns por outras desenvolvidas cientificamente, capazes de alcançar altos níveis de produtividade, desde que associada a outros insumos, tais como fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas. Apesar de justificativas baseadas em objetivos humanitários, especificamente relacionados à ampliação da produção de alimentos, a agricultura moderna tem alto custo financeiro que não pode ser suportado por pequenos produtores. Portanto, a modernização da agricultura consiste em uma forma de produzir que acelera os processos naturais para incrementar os resultados, mas é também uma agricultura consumidora, cujos custos de produção convertem-na em uma atividade extremamente seletiva. (ENDLICH, 2006, p.95)

Isto ocorreu porque a economia brasileira sempre foi dependente do mercado internacional, o qual, como se sabe, é muito instável. Houve uma reestruturação produtiva na região, decorrente da substituição da cultura do café, por sua vez devida à grande crise por que passou o mercado internacional e a fatores internos à economia regional. Empresas multinacionais presentes no território nacional impuseram um pacote tecnológico denominado “revolução verde”, mudando desta forma o paradigma de produção no campo. Neste contexto se pode dizer que o espaço da produção de alimentos já não é o espaço rural, e sim, o espaço agrícola, em que a grande quantidade de aparatos tecnológicos cresce a cada ano.

A modernização agrícola se refere ao emprego de tratores nas tarefas agrícolas, máquinas para realizar o plantio e colheita tendo-se com isso

um aumento do consumo de óleo diesel. Outro fator dessa modernização é o aumento do consumo de energia elétrica nos estabelecimentos rurais, algo que só foi possível devido aos programas de eletrificação desenvolvidos pelo Estado. Também o emprego de técnicas de irrigação, como a inundação, a aspersão e a infiltração: foram os pivôs dessa modernização. E ainda um aumento do número de estabelecimentos que usavam fertilizantes e defensivos agrícolas. (VENÁ, 2007, p.39)

O pacote tecnológico supracitado marca a emergência de políticas públicas nacionais voltadas para o benefício do grande capital, entre as quais podemos citar o financiamento de produtos industrializados como os fertilizantes, os defensivos e máquinas agrícolas, com uma forte composição tecnológica. O que obteve com este pacote tecnológico foi o aumento da produção de alimentos, verificado principalmente no Brasil, que é hoje um dos principais produtores e reconhecido na escala internacional como celeiro mundial na produção de alimentos. Como contraposição a este grande salto tecnológico ocorrido no campo, ocorreu um grande endividamento financeiro dos produtores, para cuja redução o Governo Federal lançou mão de sérias medidas nos anos seguintes.

A agricultura passou a depender mais de relações mercantis e financeiras por causa do crédito agrícola e comercialização dos produtos. Assim, o produtor intensificou suas relações com os Bancos e com as Cooperativas Agropecuárias. Paradoxalmente, à medida que se reduziu a população rural, ampliaram-se as relações entre o campo e a cidade. Neste novo quadro, os agricultores passaram a provocar para a satisfação de suas necessidades, um aumento do consumo consumptivo e para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, o consumo produtivo rural. (ENDLICH, 2003, p.34)

É neste momento que o Brasil dá um salto na sua industrialização, processo que se inicia justamente no Norte Central Paranaense. Assim, concordamos com Silveira e Silva (2001) ao dizerem que as indústrias surgem no Brasil com o objetivo de atender à exportação, ao mercado interno e, principalmente, à transformação dos produtos importados e exportados, agregando valor à produção primária e dinamizando o comércio.

Com o processo de modernização iniciado pela indústria surgem novas demandas ao capitalismo, das quais é exemplo a instalação de equipamentos

modernos, como as redes de telecomunicações e de fibra ótica e a internet, capazes de conectar o usuário a qualquer parte do globo terrestre.

Neste contexto se insere a privatização das estradas estaduais, das telecomunicações, dos setores siderúrgico e elétrico e dos fertilizantes (Quadro 5), dentre outros.

Quadro 5: Brasil – Algumas empresas públicas incluídas no Plano Nacional de Desestatização, 1991

<i>Setor</i>	<i>Nome da Empresa</i>
Siderúrgico	Usiminas, Cosinor, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica Tubarão, Acesita, Companhia Siderurgia Nacional e Açominas;
Químico e Petroquímico	Petroflex, Copesul, Nitriflex, Polissul, Poliolefinas, Deten, Oxiteno, Copene, Salgema, Polipropileno, Álcalis, Pronor, Politeno, Nitrocarbono, Coperbo,
Elétrico	Light, Escelsa, Gerasul.
Fertilizantes	Arafertil, Ultrafertil, Goiásfertil, Fosfertil.
Mineração	Companhia Vale do Rio Doce, Caraíba.

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2008.

Com o discurso neoliberal (o Estado cumpre somente a função de regulação e a economia deve ser regida pelo humor do mercado), apoiado pela elite brasileira e principalmente pelos meios de comunicações, de que o Estado é ineficiente e improdutivo, o que se viu foi um verdadeiro desmantelamento do Estado Nacional. Em alguns setores da economia houve uma realmente sensível melhora na distribuição, mas em alguns outros, o que se observou foi uma queda na qualidade dos serviços. Algumas empresas foram vendidas para o capital privado a preços muito inferiores ao seu valor real de mercado, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce, que após um ano sob administração do capital privado obteve um lucro superior ao valor pago pela empresa ao Governo Federal.

Nestas breves considerações acerca do contexto nacional, especialmente sobre o processo das privatizações, são necessárias para nosso trabalho, pois foi neste cenário político-econômico que se inseriram as alterações ocorridas na rede bancária e na rede de cidades que serão explicitadas nos próximos capítulos da

dissertação. Levando em conta esses processos e revelando uma preocupação de natureza geográfica quanto às tendências por eles indicadas, Carlos (2005, p. 31) argumenta:

No momento atual de profundas transformações do setor industrial há um redirecionamento do setor de investimento apoiado em novas estratégias, revelando um novo momento do processo de reprodução que faz do espaço um elemento estratégico; isto porque há ausência de edifícios compatíveis ao desenvolvimento do novo setor de serviços modernos articulados ao setor financeiro internacional.

O território paranaense tem passado por diversas modificações, resultantes das várias fases pelas quais passou a economia capitalista. A acumulação e apropriação do espaço urbano ocorreram por meio de reguladores representados pelas forças antagônicas vigentes, as quais foram capazes de inserir o Estado em outro patamar de modernização e conseqüente desenvolvimento capitalista. Este processo ampliou as desigualdades territoriais e regionais, reestruturando as atividades urbanas e rurais nela concentradas.

Neste processo houve a articulação e participação dos órgãos governamentais alinhados com a lógica econômica, tendo como objetivo reduzir as rugosidades ou os ativos de velhos sistemas organizacionais, com destaque para a modernização dos equipamentos urbanos (de que se pode citar como exemplo local a criação do aeroporto internacional de Maringá), a implantação da rede de fibras óticas e o aprimoramento e expansão da telefonia celular. A implantação da oferta, distribuição e transmissão de energia elétrica e a criação da EADI viabilizam os fluxos, a circulação de mercadorias e o escoamento das safras.

O desenvolvimento tecnológico propiciado pelas inovações tem potencializado as tecnologias de informação e comunicação e transformado a oferta dos serviços de telecomunicações. Muito se deve à digitalização da comutação, os sistemas de transmissão de dados de alta velocidade, à telefonia celular e à revolução das radiocomunicações na criação de novos serviços de telecomunicações e no aumento da capacidade operacional dos serviços tradicionais de telefonia. Essas dinâmicas são acompanhadas por novos produtos e serviços –

introduzidos nas e pelas grandes empresas – e aumentam o potencial de mercado para serviços mais sofisticados. (BENADUCE, 2003, p.179)

Na região em análise observamos uma boa oferta de serviços de telecomunicações, do que citamos como exemplo a telefonia fixa, em que está presente a Brasil Telecom, a Global Village Telecom e, mais recentemente, a operadora Embratel. Com relação à telefonia móvel, observamos uma competição mais acirrada, com atuação das companhias Vivo, Tim, Claro e Brasil Telecom. Isto mostra quanto é vantajoso e atrativo para estas empresas estarem presentes no território e quão dinâmica é a economia regional. A autora anteriormente citada argumenta que a “lógica informacional possibilita fazer uma leitura dos bens materiais de um determinado lugar, os quais traduzem na distribuição dos equipamentos existentes em um território (Benaduce, 2003, p. 188)”, cabendo mencionar que as redes de informação, juntamente com equipamentos técnicos, vão permitir a integração territorial.

Todos estes objetos técnicos adensados na rede urbana regional tornam o território fluido e aceleram a transmissão de informações, gerando rapidez e instantaneidade nas ações e decisões. O que se vê na rede urbana regional é uma conexão cada vez maior com as demandas do capital - local, regional, nacional e internacional. Desta forma, pode-se considerar que são cada vez mais frequentes e dinâmicos os processos de transformação (levando-se em consideração o tempo das cidades) e as alterações nos papéis urbanos desempenhados por cada núcleo urbano.

1.4 – Aspectos da rede bancária pretérita

Neste item realizamos algumas considerações sobre os aspectos da rede bancária, de um passado recente, utilizando como principal referência os estudos de Dias (2005, 2006), Corrêa (1989, 2006a e 2006b, 2007), Videira (2006) e Contel (2006). Estes dois últimos geógrafos são interlocutores fundamentais para este trabalho, pois pesquisaram a temática específica em questão, ou seja, a rede bancária. Expomos também alguns resultados do nosso referencial empírico, como dados coletados junto ao Banco Central do Brasil.

Os temas relacionados à questão do capital financeiro e suas instituições parecem ganhar cada vez mais importância na atualidade. Observamos que dificilmente uma empresa inicia-se no mercado capitalista sem o uso dos produtos e serviços ofertados pelo setor bancário. Verificamos também que o crédito está disponível para uso tanto de uma grande empresa que atua na escala global quanto do Estado-Nação, e até mesmo de uma pessoa comum. É frequente, ao andarmos pelas ruas, observarmos funcionários de bancos e de empresas de crédito abordando pessoas com a oferta de crédito para o consumo. Conforme já mencionamos na introdução, este fenômeno foi estudado e analisado por Santos e Silveira (2005), que o chamaram de *creditização do território*.

Outro indicativo da importância da temática em questão é sua exposição cada vez mais frequente nos meios televisivos e nos meios de comunicação em geral. É recorrente a abordagem do tema mercado financeiro, com referências às oscilações das bolsas de valores mundiais, ao sobe-e desce das moedas como o dólar e o euro, às decisões dos bancos centrais de diversos países com relação às taxas de juros e outras questões.

O crescimento fenomenal do volume de transações, que acompanhou a mundialização, tem a ver tanto com as “inovações financeiras”, possibilitam pela eliminação das regulamentações e controles internacionais anteriormente existentes, quanto com os efeitos da abertura internacional como tal. O volume de transações reflete, em primeiro lugar, as amplitudes assumidas pelas cadeias de operações de longas e imbricadas, pela complexa e frágil pirâmide de créditos e débitos que ligam os principais operadores (bancos, fundos de pensão, fundos mútuos, instituições especializadas). (CHESNAIS, 1996, p.243)

O crescimento do setor bancário não é algo recente no Brasil, pois esse processo iniciou-se durante o regime ditatorial do governo Getúlio Vargas. Não obstante, foi a partir do término da Segunda Grande Guerra, na década de 1940, que se acelerou e consolidou o desenvolvimento do capitalismo no país (MEDEIROS; SPOSITO, 2005, p.123). O Estado Nacional teve uma grande importância na formação da rede bancária e desempenhou papel significativo no início desse processo de financeirização do território. Exerceu também o importante papel de alavancar a economia de regiões deprimidas

economicamente, como foi o caso do Banco de Crédito da Borracha na Região Norte do país.

Modernizar o sistema de concessão de crédito na Amazônia era o primeiro fator relacionado à criação de uma instituição financeira regional, voltada para os conteúdos específicos desta parcela importante do território nacional. Mas também um fator externo acabaria por ser uma das causas da criação do Banco de Crédito da Borracha. Desde o início da Segunda Guerra Mundial, a borracha começa a escassear no mercado mundial, principalmente para o mercado consumidor norte americano; daí a necessidade de estabelecer na Região Amazônica um Banco que viesse a dinamizar a produção local, para atender à demanda dos Estados Unidos. (CONTEL, 2006, p. 59-60)

Parece que o Governo Brasileiro despertou para o fato de que era necessário, assim como acontecia nas regiões dinâmicas economicamente, criar bancos estatais fortes e atuantes nas regiões cujas economias estavam deprimidas, com era o caso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Neste contexto a criação dos bancos federais foi uma resposta do poder público à falta de interesse do setor privado por estas regiões. Conforme Contel (2006) foi criado no ano de 1952 e entrou em funcionamento em 1954 o Banco do Nordeste. As fontes de financiamento do banco, segundo o autor, seriam eminentemente fiscais, como os depósitos do banco público, os lucros obtidos com as operações de financiamento do banco e a emissão de títulos do banco. O autor ainda explica o seguinte sobre esse papel do Estado:

Estas são as linhas gerais pelas quais são criadas importantes instituições financeiras federais, que permanecem até hoje em funcionamento no território, e que têm como função precípua a manutenção das densidades financeiras das regiões com menor dinamismo econômico do país. A existência de atores públicos em regiões menos desenvolvidas de qualquer território contribui para evitar a concentração dos capitais nas cidades e nas regiões mais dinâmicas destes mesmos espaços. (CONTEL, 2006, p.63)

É neste cenário que também é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que mais tarde passou a ser denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Este tinha como

objetivo financiar no território nacional um complexo produtivo capaz de atender às demandas das indústrias, bem como desonerar a balança comercial do Brasil e reduzir a dependência do país da importação de produtos do exterior, especialmente dos bens industriais.

Neste contexto registrava-se a presença de diversos bancos que atuavam nas escalas local e regional, entre os quais podemos citar, o Banco Bamerindus, que tinha sua sede na capital do Estado, Curitiba. Ao analisarmos os dados relativos a este banco e respectiva espacialidade, podemos identificar que ele estava presente em quase todos os municípios das microrregiões estudadas. Assim, tanto este banco como o estatal Banestado tiveram uma grande importância para a região em estudo. Desde esta época já é possível notar um processo lento e gradual de concentração bancária, com o início de incorporação e/ou fusão dos bancos que atuavam na escala local/regional.

É importante destacar que nesse movimento inaugurado nos anos de 1940, inicia-se um processo de concentração no setor bancário brasileiro pelo qual, progressivamente, vai ocorrendo uma diminuição do número de bancos associada a um aumento exponencial da quantidade de agências bancárias pelo país. (MEDEIROS; SPOSITO, 2005, p.123)

Segundo os mesmos autores, o processo de reestruturação bancária foi tão intenso que, passados quarenta e cinco anos, apenas 28 centros urbanos controlavam noventa bancos. Segundo os dados analisados por Medeiros e Sposito, São Paulo aparece com 29 bancos seguido do Rio de Janeiro, com oito bancos. Assim, cidades como Porto Alegre e Rio de Janeiro têm perdido importância quanto à centralidade da rede bancária, papel que desfrutavam no passado como sedes de instituições bancárias importantes. O mesmo ocorre com Belo Horizonte. Os autores supracitados comentam ainda que as cidades de Santos, Campinas, Londrina, Ribeirão Preto, Ponta Grossa, Blumenau, Itajaí, Campos, Uberlândia, Itabuna, Sobral, Crato e Parnaíba foram eliminadas do conjunto de centros de gestão da atividade bancária, aumentando cada vez mais a importância da cidade de São Paulo como gestora financeira do território brasileiro.

O Bradesco iniciou suas atividades no Interior Paulista, na cidade de Marília, mas com o avançar dos anos mudou sua sede para a capital do Estado, São Paulo. Este é um exemplo de como tendem a se alterar e concentrar os papéis relacionados às instituições financeiras.

A partir dos anos 1990, como imposição dos organismos financeiros internacionais, especialmente do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, começa a implantação do modelo econômico neoliberal. Este obrigou países que precisavam dos seus empréstimos a uma contrapartida, como a aplicação de medidas com a finalidade de estimular a ampliação do setor privado e diminuição da participação do setor público na economia, por ser tido como ineficiente e inibidor do crescimento econômico. Houve assim uma abertura econômica ao uso e abuso de empresas multinacionais para atuarem no Brasil sem restrições.

É este o contexto da globalização, que se iniciou nos anos 1980. Sobre este processo Schiffer (1996, p.117) escreve que é capaz de “incorporar países em estágios distintos de desenvolvimento, caracterizando relações de subordinação econômica ou mesmo política dos mais atrasados com relação àqueles que dispõem de tecnologia de ponta”, em benefício daqueles que detêm o poderio econômico mundial. Assim, verificou-se que o setor bancário nacional, principalmente o público, passou um processo de reestruturação, orientado pelas políticas neoliberais aplicadas pelo governo federal e estadual. Como consequência, o que se viu foi a quase total dizimação dos bancos estatais, como ocorreu com Banco do Estado de Rondônia S. A., o Banco do Estado de Roraima S. A., o Banco do Estado do Amapá S. A., o Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A., o Banco do Estado de Alagoas S. A., o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A., a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Caixa Econômica do Estado de Goiás, entre outros.

Nessa dinâmica econômica e política de desmonte do patrimônio bancário estatal, além das privatizações efetuadas, diversos outros bancos públicos saíram do sistema bancário através de cancelamentos de autorização para funcionar ou por processos de liquidação extrajudicial. Em ambos os casos, tais instituições passam a não mais a operar no sistema. (MEDEIROS; SPOSITO, 2005, p.128)

Os bancos estaduais públicos foram importantes, pois eram instrumentos de auxílio ao desenvolvimento regional, até 1997. Após uma década uma grande parte dos bancos públicos estaduais passou por um forte desequilíbrio financeiro e sucessivos déficits. Como este cenário, se prolongou por muitos anos, tornou-se consenso que os bancos eram ineficientes. Após muitos debates sobre a crise financeira dos bancos, adotou-se como diretriz para a solução das crises destas instituições financeiras públicas um mecanismo denominado Programa de Desestatização, de caráter privatizador, que visava transferir estas instituições financeiras do poder público para o privado.

O capital financeiro e o capital produtivo privado são seletivos na escolha do território onde irão se instalar. Não possuem as mesmas finalidades e objetivos que as instituições públicas, ainda que do mesmo setor. Estarão presentes nos lugares que se distinguem pela capacidade de ofertar lucro e rendimento aos investimentos aplicados. Tal rentabilidade pode variar de acordo com as normas de cada território e através das condições técnicas, como uma boa infraestrutura de infravias, rodoviária e portuária. Quando este capital verifica que não é rentável nem vantajoso permanecer em determinado território, ele encerra suas atividades, conforme se pode verificar com o movimento de fechamento de bancos no apêndice A.

Observamos no caso do município de Sarandi a grande maioria dos bancos fechou na década de 1980, este movimento é característico do setor e não da dinâmica da cidade. Já no caso de Uniflor os bancos Bamerindus (banco de capital privado estadual, com sede em Curitiba-PR) e Banestado (banco público de capital paranaense) fecharam suas agências nos anos 1990. Estes bancos já não existem na atualidade; o primeiro foi adquirido pelo banco holandês HSBC Amro Bank, já o segundo foi vendido pelo Governo Estadual do Paraná à iniciativa privada através de um processo de privatização, tendo sido comprado pelo Itaú, banco de capital nacional.

1.5– Transformações recentes na rede bancária

É preciso salientar que houve uma mudança econômica na região, a qual alterou as características anteriormente assinaladas. Verificamos também que uma mudança na rede bancária provavelmente pode ser explicada tanto pelo que ocorre na região quanto pelas mudanças setoriais.

A questão das finanças, em seus aspectos mais gerais, desde os tempos mais remotos pode ser considerada como um elemento constitutivo do espaço geográfico. O surgimento das primeiras moedas é um atributo eminentemente urbano, como nos lembra Braudel (1992; 2005). O surgimento da moeda permitiu à civilização realizar trocas comerciais, o que promoveu a acumulação de riquezas. Neste cenário é que no Continente Europeu emergiram as primeiras instituições bancárias, que iriam permitir o surgimento do crédito. Este tem fundamental importância no sistema capitalista, pois possibilita sua continuidade e reprodução.

O sistema de crédito possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma. A necessidade de anular o espaço pelo tempo pode, em parte, ser compensada pelo surgimento de um sistema de crédito. (HARVEY, 2005, p.51)

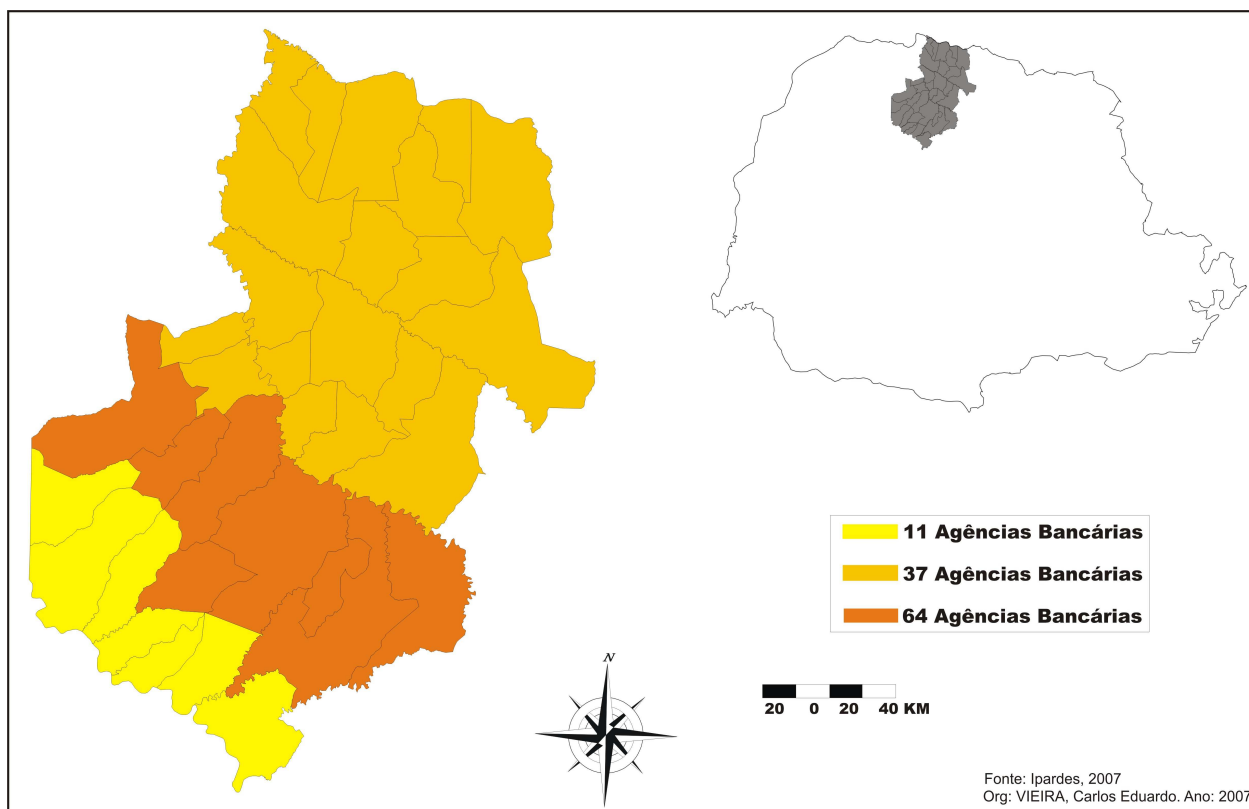
A configuração atual dos sistemas financeiro e bancário nacionais resultou de fatores históricos, geográficos, econômicos, organizacionais e políticos. As instituições bancárias reúnem capitais dos acionistas, que procuram fazer render seus depósitos. Franco (1984) argumenta que os bancos disponibilizam o capital aos empreendedores que dele precisam, o que constitui um meio de desenvolvimento da riqueza nacional. Ele complementa observando que os bancos exigem uma contrapartida, como meio de assegurar a recuperação do dinheiro emprestado adicionado de juros e correção monetária.

O banco sempre foi e sempre será um bom negócio para aqueles que detêm o seu controle, desde que bem administrado, pois, ao ofertar crédito a pessoas físicas ou jurídicas, estas instituições têm o seu dinheiro de volta acrescido de juros e correções. Sobre o processo de expansão capitalista, Segundo Harvey (2005, p.64), o processo de expansão capitalista é contraditório. O autor argumenta que

A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções).

Como se vê, o sistema capitalista tem como princípio a acumulação de capital. Algumas localidades urbanas da região em análise até o momento não possuem instituições financeiras, como é o caso de Ângulo. Um fato interessante que podemos notar na região em análise é o caso de Flórida. Este município é menor em população do que Ângulo, porém isto não impediu a instalação de agências bancárias naquela cidade. Diante destas considerações fica a seguinte questão: o que explica a permanência de uma instituição financeira em uma determinada cidade? Procuraremos refletir sobre esta pergunta nas partes subsequentes do trabalho.

No cartograma 3 pode-se verificar a espacialidade da rede bancária na região. A cor vermelha representa a microrregião geográfica de Maringá, com 64 agências bancárias; a cor laranja caracteriza a microrregião geográfica de Astorga, na qual, estavam presentes, no ano de 2006, 37 agências, e a cor amarela distingue a microrregião geográfica de Floraí, a região em que se encontra a menor quantidade de agências bancárias dentre as três em foco, com um total de 11 agências



Cartograma 3: Microrregiões geográficas de Astorga, Florai e Maringá: quantidades totais de agências bancárias.

Observamos uma clara diferença em relação a estas microrregiões quanto ao número de agências, obviamente relacionada aos centros urbanos mais consolidados e de maior centralidade.

Não podemos cair no erro de dizer que existem municípios da região que não estão usufruindo dos serviços da rede bancária, seja esta representada por estabelecimentos privados ou públicos. Ainda que alguns núcleos urbanos não possuam agências bancárias, o setor bancário criou outros mecanismos para ofertar os seus serviços, como os correspondentes bancários, casas lotéricas; farmácias, correios, postos de atendimento bancário, postos avançados de atendimento, caixas eletrônicos, ou até mesmo o uso do *internet banking*. Existe ainda o exemplo de uma parceria entre o público e o privado, como é o caso do Banco Postal (associação entre o banco Bradesco e os correios).

Assim pode ser entendida também a parceria da Caixa Econômica Federal com algumas lotéricas. São fenômenos recentes na economia brasileira, cuja proliferação ocorreu principalmente após os anos 1990. O fato teve grande

influência da estabilização da economia nacional. Estas novas topologias e novas formas e uso do território brasileiro serão tratadas mais detalhadamente na parte 2 da presente dissertação. Durante os anos de 1990, a partir do governo Fernando Collor de Melo (1990 – 1992) e principalmente durante do governo Itamar Franco (1992 – 1994), iniciou-se no Brasil a eliminação das restrições ao capital externo. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) viu-se no país um aprofundamento das reformas neoliberais, processo do qual um dos marcos importantes foi a Lei da Informática. Nas palavras de Videira (2006, p.79),

O fim da Lei da Informática em 1994, que impedia a entrada do capital estrangeiro nesse setor também foi marco importante para o processo de abertura. Em 1995, a revisão constitucional permitiu que vários setores econômicos (a exemplo do petróleo, indústria extrativa, navegação de cabotagem, telecomunicação e serviços) tivessem as barreiras ao capital estrangeiro, eliminadas ou flexibilizadas.

A partir destas alterações comentadas pela autora, o setor bancário internacional poderia atuar no país sem nenhuma restrição. É neste contexto que os bancos internacionais adquirem bancos nacionais, principalmente os estaduais. Durante esta época se inicia o processo de privatização e a consequente diminuição das agências bancárias públicas. Após vários processos de incorporação e aquisição, tivemos uma nova configuração da rede bancária privada na região.

Entre as mudanças ocorridas no setor bancário na região (Tabela 1), podemos claramente verificar uma maior quantidade de agências fechadas na cidade de Maringá, no total de 44. Entretanto, devemos lembrar que esse município abriga a maior quantidade de agências bancárias em relação aos demais da região em foco, e em contraposição ao fechamento, temos que na mesma cidade houve a abertura de 34 agências no período em análise. Já nas cidades de Doutor Camargo, Marialva e Nova Esperança, que merecem nosso destaque, houve o fechamento de quatro agências bancárias entre os anos de 1990 e 2007.

Tabela 1: Microrregião geográfica de Astorga, Florai e Maringá: reestruturação bancária entre 1990 e 2007.

<i>Municípios</i>	<i>Quantidade de agências fechadas</i>	<i>Quantidade de agências abertas.</i>
Ângulo	-	-
Astorga	2	2
Atalaia	2	-
Cafeara	3	-
Centenário do Sul	1	1
Colorado	3	1
Doutor Camargo	4	1
Floraí	1	1
Floresta	1	1
Florida	2	1
Guaraci	2	-
Iguaraçu	1	1
Itaguajé	1	1
Itambé	2	1
Ivatuba	3	-
Jaguapitã	2	2
Lobato	2	1
Lupionópolis	2	1
Mandaguaçu	2	2
Mandaguari	2	1
Marialva	4	2
Maringá	44	34
Munhoz de Melo	2	-
Nossa Senhora das Graças	1	-
Nova Esperança	4	2
Ourizona	2	-
Paiçandu	2	2
Presidente Castelo Branco	3	-
Santa Fé	2	2
Santa Inês	2	-
Santo Inácio	2	1
São Jorge do Ivaí	3	1
Sarandi	2	3
Uniflor	2	-

Fonte: Banco Central do Brasil, 2007.

Outro centro urbano a ser destacado é Sarandi, onde houve a abertura de três agências bancárias. Diante destas informações perguntamos: será que esta dinâmica de abertura e fechamento tem relação com a reestruturação econômica pela qual passaram alguns municípios? Ou será que este processo se deve à reestruturação setorial que ocorreu? Estas questões serão analisadas adiante.

Parte 2

*MUDANÇAS SETORIAIS: A
REESTRUTURAÇÃO DA REDE BANCÁRIA*

Nesta parte do trabalho iremos discutir as mudanças ocorridas no setor bancário, especialmente o processo de reestruturação da rede bancária. Para melhor organizar nossa discussão, separamos em quatro itens. No primeiro, tratamos das mudanças patrimoniais; no segundo abordamos especialmente as transformações na rede bancária pública, discutindo especificamente a privatização do Banestado e do Banespa, que passaram do controle público para o privado, fato ocorrido principalmente a partir dos anos 1990. No terceiro item discorreremos sobre o processo de informatização e mudança na estrutura de atendimento bancário, com o surgimento e expansão dos caixas eletrônicos, que substituíram a função do operador de caixa de uma agência bancária, tendo-se como uma das consequências a gradual demissão de funcionários. No quarto e último item desta parte tratamos das novas topologias bancárias, que consistem na emergência de novas formas de espacialização e uso da rede bancária, possibilitada, principalmente, pelo aperfeiçoamento das telecomunicações, especialmente com o advento da rede mundial de computadores, a *internet*, e dos correspondentes bancários, entre outros, que configuram a nova topologia bancária.

2.1 – As mudanças patrimoniais

Analisamos neste item as contribuições que consideramos relevantes em face das amplas modificações vivenciadas pelas atividades bancárias, que abrangeram as mudanças patrimoniais ocorridas no setor bancário. Nessa análise, em que focalizamos os municípios presentes na Microrregião Geográfica de Maringá, Astorga e Floraí, procuramos identificar as consequências destas alterações na área estudada.

As mudanças ocorridas neste setor, denominadas de modernização do sistema bancário, fizeram parte da política de integração nacional e crescimento industrial impulsionada desde a década de 1960, a qual demandava

uma rede de circulação monetária mais racionalizada e geograficamente mais articulada. [...] Deste modo, o projeto de integração territorial e

econômica do país sustentar-se-ia sobre uma nova espacialidade bancária, onde o raio de influência dos grandes bancos privados deveria transcender os limites regionais e abarcar todo o território nacional. (TAVARES, 1996, p.30)

Esta difusão do setor bancário está relacionada ao momento vivenciado pelo modo de produção capitalista, comandado pelo capital financeiro. Medeiros e Sposito (2005, p.122) expressam que “o capital financeiro liberalizado nos anos 1970 emerge como resposta à incapacidade do capital disponível naqueles períodos valorizar-se na esfera produtiva no contexto da chamada crise fordista”.

Para Corrêa (1989), a expansão do sistema bancário deve ao processo de concentração-dispersão, em que houve decréscimo no número de bancos e ao mesmo tempo registrou-se uma concentração setorial dos agentes que controlam este setor. Além da centralização patrimonial, Videira (2006) lembra que os bancos buscam a ampliação do capital, tendo por base não apenas a ampliação do seu mercado, mas também a diversificação dos investimentos. A autora continua:

Esgotadas as esferas intra Estado-Nação e a esfera regional, a escala mundial é a alternativa para a continuidade dessa acumulação. E ela vem no momento em que a tendência é lançar-se além-fronteiras para buscar novos mercados. Nesse sentido, no Pós-Guerra, quando ocorre a disseminação das multinacionais pelo globo, as do setor produtivo saíram na frente, mas se fizeram presentes também as do setor financeiro, embora em proporções bem reduzidas. (VIDEIRA, 2006, p.21)

Como resultado dessa ampliação da escala de atuação dos bancos, podemos fazer uma relação entre os bancos do passado e os do presente e verificar quanto foram expressivas as modificações, nesse caso de cunho patrimonial. Esta transformação setorial está vinculada a mudanças mais amplas nos âmbitos do modo de produção, dos seus agentes e das suas escalas de atuação.

Segundo Oliveira (2008), para entender o desenvolvimento do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, ocorrido nos anos 1940, temos que pensá-lo e articulá-lo com o processo de consolidação dos oligopólios internacionais. Estes

deram origem a empresas multinacionais que se conhecem hoje, como a Nestlé, a HSBC, a Santander, a Ford, a Nokia, a LG e outras, reunidas em conglomerados industriais ou financeiros.

Nesse período histórico deve-se considerar como sujeito principal o mundo multipolar, dominado pelos países do continente europeu, Japão e Estados Unidos, considerados potências econômicas, bem como devem ser lembradas as transformações internas ocorridas nas empresas destes países.

É neste contexto que Oliveira (2008, p. 243) argumenta que as multinacionais são a “expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho”, processo que, conforme coloca o autor, permitiu superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais.

Destacamos aqui as contribuições de Medeiros e Sposito (2005), ao argumentarem que no movimento inaugurado nos anos 1940 o setor bancário brasileiro dá início ao processo de concentração. Progressivamente ocorre uma diminuição do número de instituições financeiras, processo que prossegue até os dias de hoje e tem sido uma constante no processo de desenvolvimento capitalista. Observamos aqui que o fenômeno das finanças apresenta o mesmo comportamento que a indústria, encarada como atividade transnacional e objeto de competição entre os agentes financeiros no mercado mundial.

Em suma, a esfera financeira é um dos campos de valorização do capital, que deve gerar lucros como em qualquer outro setor. O problema, de ordem macroeconômica e também de ordem ético-social, é que, devido às características próprias da moeda, tais lucros formam-se sucessivamente, a transferências provenientes da esfera da produção, onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais (salários e lucros). (CHESNAIS, 1996, p.241)

Com o aprofundamento da globalização, elevou a capacidade das empresas, principalmente as financeiras, de gerar lucros cada vez maiores. Se a década de 1980 é convencionalmente descrita como a década perdida no que se refere ao crescimento da economia brasileira e dos demais países emergentes,

nos anos 1990 aparece nesses países a afirmação do ideário neoliberal. Tal assertiva, como comenta Anjos (2007), pode ser evidenciada quando realizada à luz de um inventário sobre a atuação recente do Banco Mundial em nações latino-americanas e demais países em desenvolvimento, no âmbito da formulação de políticas de apoio financeiro.

Segundo Silva (2002), o sistema bancário nacional vem sofrendo um intenso processo de reestruturação produtiva, principalmente após os anos 1980, com a abertura do mercado brasileiro, as políticas neoliberais e os sucessivos planos econômicos concebidos para conter a inflação, que chegou a superar a escala decimal de dois dígitos ao ano. Todas essas ações tiveram consequências sobre os bancos nacionais, obrigando-os a adotar novas estratégias para sobreviver nessa nova situação.

Em tal cenário - segundo a mesma autora, turbulento e globalizado - os bancos aceleram os investimentos em automação, terceirizam seus serviços e reorganizam o processo de trabalho. Entre os bancos públicos observamos duas tendências: a de privatização e a de permanecer como públicos mas ao mesmo tempo adotar cada vez mais práticas semelhantes aos bancos privados.

Neste contexto é que ocorreram as vendas do Banco do Estado do Paraná (Banestado) para o Banco Itaú e do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) para o Banco Santander, entre outras ocorrências de transferência de controle acionário verificadas no setor.

O espaço geográfico condiciona as próprias relações sociais e o exercício do poder, portanto o espaço e a dinâmica política são indissociáveis no tocante às relações instantâneas de poder existentes na sociedade. Foi o que se viu com as mudanças patrimoniais ocorridas no setor bancário nacional, em parte devidas ao fenômeno que Chesnais (1996) chama de *mundialização financeira*, no qual houve um processo de desnacionalização da economia e, conseqüentemente, do setor bancário.

Convém distinguir três elementos constitutivos no estabelecimento da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros

nacionais. De fato, existe uma interação e um profundo entrelaçamento entre esses três processos. O conceito de “globalização financeira” abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas e entre as diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes. (CHESNAIS, 1996, p.261)

Este processo de mudança patrimonial ocorreu à luz da crise fiscal do Estado, dos impactos da globalização, da transição regulatória ocorrida após os anos 1980 e devido ao novo regime de acumulação capitalista flexível, com influência ideológica do neoliberalismo. Segundo Souza (2007), houve um alívio em decorrência da estabilização do processo inflacionário, mantido até o momento em um patamar baixo. Após a implantação do Plano Real, continuou a precarização das relações de trabalho, o crescimento preocupante do desemprego e outras implicações econômicas e sociais.

Quem saiu fortalecido após este período foram os detentores dos meios de produção, detemos donos de capital. Estes puderam investir com maior segurança em capital especulativo e produtivo. Com o processo inflacionário descontrolado, tanto o salário dos trabalhadores como o dinheiro do capitalista perdia valor em um espaço curto de tempo. Sobre o capital e o papel do Estado, Harvey (2005, p.84) afirma:

O capital não é nada mais do que dinheiro repostado na produção e na circulação para render mais dinheiro. Se o dinheiro representa valores reais, exige o mesmo tipo de regulação estatal da oferta e do crédito de dinheiro. O mesmo modo, se a margem de lucro precisa ser equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade; o que significa que o Estado deve se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade. Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado.

Como assinala Chesnais (1996), a esfera financeira é um dos campos de valorização do capital, e, como qualquer setor da economia, deve gerar lucros. O problema é de ordem ética e macroeconômica, devido às características da própria moeda em que tais lucros se formam. Uma imensa parte da sociedade fica à margem de todo o processo, alheia a esta lógica econômica, formando o que se convencionou chamar de exército de reserva.

Segundo Harvey (2005, p.92), “a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido”. Nessa contingência, mais do que nunca o Estado começou a agir em favor dos detentores de capital.

Em primeiro lugar, é fácil perceber que uma forma particular de Estado – que podemos chamar de democracia social burguesa – está bem aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é muitíssimo protetor do direito de economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado à custa do Estado e para monopolizar os meios de produção. (HARVEY, 2005, p.86)

A acumulação de capital sempre foi uma ocorrência marcadamente geográfica, pois sem a possibilidade de expansão geográfica do capital, com periódica reorganização espacial - frequentemente marcada pelo desenvolvimento geográfico desigual - o sistema capitalista há muito tempo teria deixado de funcionar.

Os anos de 1980 e, de modo especial, os de 1990, ficaram marcados pelos efeitos da globalização no cotidiano dos bancos e demais instituições financeiras, tanto públicas como privadas. Estes tiveram que criar alternativas para reduzir as despesas com pessoal e demais gastos de manutenção dos quadros funcionais. Neste período é que se inicia a adoção de políticas neoliberais, que previam, entre outros objetivos, a diminuição da proteção do Estado para aqueles que realmente necessitam dele e o enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores,

aumentando desta forma a liberdade do capital para “impor” o que for de seu interesse. Concordamos com Munhoz (2007) quando afirma:

Interessante e paradoxal é o discurso neoliberal que defende o afastamento do Estado das relações trabalhistas, anulando direitos sociais e representação sindical, enaltecendo a flexibilidade e as privatizações das relações de trabalho como condição para uma competitividade sadia, ao mesmo tempo em que buscam no Estado, condições para competitividade do setor privado, reivindicando subsídios, isenções fiscais, créditos e recursos, como o exemplo mencionado no Paraná, que ofereceu diversas vantagens para facilitar a instalação de multinacionais. (MUNHOZ, 2007, p.53)

Como podemos notar nas palavras da autora, o discurso neoliberal é muito contraditório: ao mesmo tempo em que “pressiona” os representantes do poder público para diminuir o tamanho do Estado e sua influência sobre a economia, também exerce “pressão” para que este ofereça subsídios com os quais os capitalistas possam obter lucros com maior facilidade, ou - como pode se perceber nos últimos meses de “crise global” - para evitar ou compensar os seus prejuízos. O Estado neoliberal, ao invés de proteger quem necessita, zela por aqueles que teoricamente não dependem dele.

Assinalamos o período de 1990 a 2007, como aquele em que se registrou uma profunda reestruturação do setor bancário em todo o país. Nos últimos anos esse setor vem passando por constantes mudanças, a fim de se adaptar às exigências desse período. Luz e Videira (2004) mostram que o surgimento dos bancos acompanhou as mudanças econômicas e suas necessidades em outros momentos da história do Brasil, e dizem que no ano de 1940 ocorre uma grande transformação no sistema bancário brasileiro, em função da ação dos vários agentes econômicos e políticos, que necessitavam de uma estrutura bancária que atendesse o crescente processo de industrialização que estava ocorrendo no país.

Após os anos de 1990 assistimos no Brasil a um fenômeno causado pela nova ordem mundial, em que uma grande quantidade de bancos estatais foi privatizada. A privatização dos bancos era parte das reformas recomendadas pelo Banco Mundial, e passou a ser executada pelo Banco Central do Brasil e pelo

Conselho Monetário Nacional. Sobre esta proposta implantada no Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), Silva (2002, p. 4) argumenta:

A proposta divulgada pelo governo era formar uma gestão tripartide, ou seja, o Besc teria suas ações divididas entre governo, empresários catarinenses e funcionários do banco. Esta situação criou um clima de preocupação nas lideranças sindicais, principalmente quando o banco começou a adotar uma política de demissões e transferências de funcionários. Foi assim que se iniciou um movimento de discussão entre os vários segmentos organizados da sociedade, com empresários, políticos e sindicatos de diferentes categorias profissionais.

Aos poucos os bancos públicos começaram a aplicar programas antes usados exclusivamente por empresas privadas. Para diminuir o quadro de funcionários, implantaram os planos de incentivo à demissão voluntária que muitas vezes não era tão voluntária assim, pois ocorria sob pressão para que os funcionários pedissem demissão.

Estes e outros fatores, como a nova ordem mundial advinda a partir da globalização e as sucessivas mudanças na economia brasileira, contribuíram para que no setor bancário houvesse uma nova configuração, através do processo de incorporação ou de privatização, com consequências diretas na região em estudo, vistas no apêndice B. Nessa tabela podemos observar o nome dos bancos e o período de funcionamento em cada município da região analisada.

Os nomes dos municípios estão ordenados em ordem alfabética, para melhor identificação do leitor. Também houve atenção especial para a identificação do ano de abertura de cada banco, para tornar possível identificar a primeira instituição financeira que se instalou no município. Vale aqui salientar o caso do município de Ângulo, em que não houve a instalação de nenhuma agência bancária. Esse município foi criado em 1993, como veremos na última parte desta redação, já em meio aos processos de modificação que estamos analisando.

Pelos anos assinalados de encerramento das atividades da maioria dos bancos, ou seja, após 1990, observamos o peso do processo de reestruturação setorial nas mudanças ocorridas na rede bancária regional. Ressaltamos o caso

do Banco Real, que ficou instalado em Sarandi por apenas um ano, e o do Banco Santander Banespa instalado no mesmo município, o qual ali esteve presente por menos de um ano. Além disso, destacamos o caso do Banrisul em Maringá, que também ficou instalado por apenas um ano, e o do Banco Santander em Mandaguari, que também ali permaneceram por apenas um ano. Observando estes casos, podemos inferir que estas instituições bancárias podem encerrar atividades de forma repentina se isto for conveniente.

As mudanças patrimoniais podem ser divididas a partir de duas ordens: 1) o desaparecimento de vários bancos privados e a sua incorporação por outros maiores, bem como o avanço dos bancos internacionais no Brasil; 2) o processo de privatização dos bancos públicos. O próximo item tem como objetivo detalhar o avanço do capital privado.

2.1.1 – O avanço do capital privado

Um marco deste período foi o início dos anos 1990, quando o governo de Fernando Collor de Melo passou a aplicar políticas neoliberais, no que foi seguido pelos governos que se sucederam. Em seu estudo sobre a territorialização do banco espanhol Santander no Brasil, Videira (2006, p.63) constata que no ano de 1986 o banco passou por um processo de ajustes internos em que “mudou sua sede para Madri e transformou-se numa corporação de capital aberto, passando a Banco Santander S.A.” Estas mudanças ocorridas no banco estão inseridas na lógica da chamada reestruturação gerencial e patrimonial, prática usada pelos grandes grupos econômicos mundiais a partir dos anos 1980, em que ocorreu a estagnação econômica em nível mundial.

Outra mudança no setor bancário que podemos identificar é o processo de privatização, conforme já assinalado, em que as instituições privadas nacionais, ancoradas na recorrente imposição dos órgãos financeiros internacionais, “teceram críticas e pressões em relação aos bancos estaduais, no sentido de diminuir ou mesmo eliminar a participação no mercado, ensejando a privatização dos mesmos.” (MUNHOZ, 2007, p.53). Deste modo, pode-se entender o contexto

em que o Banco do Estado do Paraná, o Banestado, passou por um processo de privatização e foi vendido para o Banco Itaú, na década de 1990.

Em seu estudo sobre a rede bancária, Braga (2004, p.2) nos alerta que o processo de incorporação pode provocar “redução da oferta de créditos a pequenas e médias empresas do lugar, pois os grandes bancos preferem operar com grandes empresas, pois os riscos são menores.”. Desta forma, as empresas que dinamizam as economias locais não têm outra saída a não ser recorrer aos grandes bancos. Pela lógica que os rege, esses bancos dificilmente vão ofertar créditos vantajosos de forma a apoiar estas empresas.

Este processo de incorporação dos pequenos e médios bancos pelas grandes instituições pode ocorrer quando há capacidade de processar e trabalhar com grande volume de recursos financeiros. Assim, formam-se os conglomerados financeiros, definidos por Gomes (2004, p. 4) no excerto abaixo:

O conglomerado financeiro pode ser definido como um conjunto de empresas de natureza e especialidade diversas, composto por distintas formas de monopolização, configurado numa unidade ramificada, dirigida de acordo com uma política comum e a serviço de um interesse financeiro predominante, mas mantendo no interior do conglomerado suas autonomias jurídicas. A constituição dos conglomerados brasileiros remete ao início dos anos 70, quando novas formas jurídicas permitiram a concentração empresarial, criando as bases jurídicas para a formação dos conglomerados financeiros brasileiros.

Desde modo, a base para a formação dos conglomerados financeiros no Brasil foi a necessidade dos bancos de ampliar e diversificar seus serviços para aumentar seus lucros. Sobre os conglomerados e seu surgimento Gomes (2004, p.5) acrescenta que “os conglomerados também surgiram, inicialmente, a partir da necessidade de ampliação e diversificação dos serviços bancários, como forma de ampliar a rentabilidade dos bancos comerciais.”. Segundo o autor, em todos os casos esta diversificação dos investimentos se constituiu da abertura ou incorporação de empresas financeiras, como bancos de investimentos, bem como empresas de seguros, de capitalização, de *leasing*, de turismo, de mercado imobiliário, entre outras.

Fazemos ressalva ao comentário de Castells (1999) ao dizer que as decisões estratégicas de aquisição ou incorporação das redes financeiras são tomadas durante os almoços de negócios e em locais frequentados pela elite econômica, como os campos de golfe, mas essas decisões serão executadas após um processo decisório entre as partes envolvidas, através de computadores conectados pelas telecomunicações, que podem agir e aplicar as decisões para reagir às tendências do mercado.

Sobre o papel da rede financeira na economia capitalista, Medeiros e Sposito (2005) comentam que os bancos possuem papel fundamental na sociedade capitalista, uma vez que estas instituições exercem a função de aglutinar o capital ocioso disponível na economia e colocá-lo à disposição da classe capitalista de produtores, mediante a cobrança de juros.

As instituições bancárias operam como grandes corporações, e nas palavras de Corrêa (2002, p.62), “a grande corporação espacial pode, simplesmente, tomar decisões de investimentos em um ou outro setor ou lugar a partir de estudos de viabilidade técnica e que o pequeno capitalista não está capacitado a fazer”. Assim, podemos ter ideia da influência de uma grande corporação sobre a organização espacial de um território.

Na sequência, vamos discutir as transformações ocorridas no setor bancário público, detalhar suas alterações, suas configurações atuais e a mudança de paradigma efetuada pelos agentes responsáveis por essas instituições, além de considerar as possíveis causas que levaram à sua privatização.

2.2 – Transformações na rede bancária pública

Neste item discutimos os aspectos e transformações na rede bancária pública, utilizando como um dos referenciais teóricos a autora Munhoz (2007), que efetuou uma pesquisa junto ao Banco do Brasil em que enfocou especialmente a sua mudança de paradigma no trato com os funcionários.

Discorreremos ainda sobre o processo de privatização ocorrido no setor bancário público, bem como analisamos o referencial empírico sobre a presença do setor na região.

A partir dos anos de 1980 ocorreram mudanças nos papéis exercidos pelos bancos públicos, principalmente os estaduais. Eles passaram de instrumentos auxiliares dos governos na promoção do desenvolvimento local/regional através da intermediação financeira, do aumento de recursos financeiros direcionados aos investimentos, programas de governo e políticas públicas, para o papel de financiadores dos tesouros estaduais, vindo muitas vezes a socorrer os cofres do tesouro estadual. Assim argumenta Gutiérrez:

O rápido fracasso do Plano Cruzado e a instabilidade econômica decorrente recolocam a crise financeira dos estados como elemento de pressão e desestabilização da situação patrimonial, dos bancos estaduais através da utilização dessas instituições, como financiadores do tesouro estadual. Os estados voltam a recorrer e a depender do apoio financeiro do Banco Central, apesar do conjunto de regras, estabelecidas para impedir tal situação. (GUTIÉRREZ, 2006, p.27)

Este fenômeno, ocorrido na década de 1980, indica que a dinâmica da crise dos bancos estaduais também estava atrelada à crise das finanças públicas estaduais e ao novo papel do Estado Nacional. Nos momentos em que o Governo Federal permitia um maior endividamento dos estados, os bancos estaduais apresentavam uma recuperação relativamente pequena, mas nos momentos em que as políticas públicas restringiam o endividamento dos estados, os bancos estaduais eram prejudicados, pois, se comentou anteriormente, os governos estaduais usavam os bancos sob o seu comando para aplicar suas políticas. Assim, para alguns autores, faltava gestão profissional, pois muitas vezes os empréstimos eram concedidos sem nenhuma garantia de retorno desse dinheiro ao banco.

No início da década de 90, em virtude do conjunto de medidas restritivas adotadas pelo Plano Collor I, todo sistema financeiro apresenta dificuldades financeiras devido ao aperto de liquidez provocado, porém, os bancos estaduais, em razão dos problemas financeiros já acumulados, têm sua fragilidade financeira ampliada. (GUTIÉRREZ, 2006, p.30)

Nessa época os bancos passaram por um período de crise financeira, e com a ajuda do Governo Federal foram alocados recursos orçamentários no sistema bancário, pois havia o risco de uma crise sistêmica em todos os bancos públicos e privados. Neste contexto é que foi criado o programa de recuperação do setor, com empréstimos a longo prazo. Para isso era preciso que o banco interessado enviasse ao Banco Central do Brasil uma carta de apresentação e solicitação de recursos.

Os bancos, para se readequar a um novo ambiente econômico, passaram por um profundo processo de ajuste interno, modificando o foco de sua atuação bem como adequando suas estruturas administrativas e tecnológicas, de modo a compensar as perdas das receitas inflacionárias. Porém, dada a vinculação dos bancos estaduais com a crise fiscal dos estados, a reestruturação via mercado não era uma possibilidade viável, necessitando para isso a ação do governo federal. (GUTIÉRREZ, 2006, p.38)

Historicamente, segundo os defensores da privatização dos bancos públicos, estes bancos usufruíam de alguns privilégios importantes diante das regras que regiam o sistema financeiro nacional da época. Em razão de estarem sob controle de governos estaduais, na prática, sua atuação e regulação eram diferenciadas das dos bancos privados, principalmente no tratamento das crises enfrentadas por estas instituições e pelo encaminhamento dado a elas.

Desde meados da década de 1990 o sistema bancário passou por um processo de mudança no paradigma regulatório, reduzindo a diferença no tratamento dos bancos públicos, os quais passaram a ser submetidos ao conjunto de normas que regulamentava os bancos privados. No governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), alicerçado por políticas neoliberais, é que os bancos públicos foram submetidos a sucessivas críticas.

Foi neste contexto que os bancos estaduais foram privatizados. Este mecanismo de privatização dos bancos públicos estaduais modificou profundamente o quadro existente anteriormente ao Plano Real. Em todas as unidades da federação, com exceção de Tocantins e Mato Grosso, havia um banco estadual sob controle público até o lançamento do Programa. Atualmente,

verifica-se a existência de apenas algumas instituições sob controle de seus respectivos governos estaduais, a exemplo do Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul) e do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). A prolongada crise financeira destas instituições teve como principal consequência a ampla redução de agências bancárias, através das privatizações e liquidações organizadas pelo Governo Federal, que “compensou” os governos estaduais pela perda de instituições bancárias públicas. A compensação ocorreu mediante o apoio do governo central à criação de agências de fomento estaduais.

Juntamente com esse processo de privatização aconteceu o processo de desnacionalização, como a venda do Banespa para o Santander, de capital espanhol. Em seu estudo sobre a rede bancária do Santander, Videira (2006, p.21) comenta que na década de 1980 “o banco começa sua inserção nos países periféricos em busca de novos mercados e de boas oportunidades, postas com a adoção de políticas neoliberais por muitos desses países, onde as políticas de privatizações andavam conjugadas com tais políticas”. Neste contexto, o Banco Santander encontra terreno fértil para se inserir no sistema financeiro nacional. Nesta mesma direção, Gonçalves (1999, p.16) faz o seguinte comentário sobre o processo de globalização e suas consequências:

O processo de globalização pode resultar na desnacionalização econômica, sempre que governos adotam estratégias equivocadas e cometem erros de política econômica. A desnacionalização, por seu turno, provoca um aumento da vulnerabilidade externa dos países, causa determinante da trajetória de instabilidade e crise em que se encontram países, com destaque para o Brasil. Trajetórias de instabilidade e crise levam à desestabilização macroeconômica, à deterioração do aparelho produtivo, ao esgarçamento do tecido social e à degradação política e institucional. Trata-se, na realidade, do comprometimento futuro da atuação do Estado e das instituições nacionais, com repercussões na economia, na sociedade e na política.

Pensando na área em estudo, podemos verificar que o processo ocorrido na escala global teve profundas consequências na escala local, pois não podemos dissociar uma da outra. No quadro 6 visualizamos a alteração patrimonial ocasionada pelas mudanças. Destacamos a rede bancária estrangeira

Santander como um exemplo de fato concreto gerado pelo processo de globalização que teve repercussão na escala local.

Podemos verificar que, após ter-se instalado no território latino-americano, o Banco Santander passou a adquirir, em vários países da região, sucessivas instituições financeiras. Desta forma, o que se viu foi a perda do comando financeiro nacional para instituições financeiras multinacionais.

Quadro 6: América Latina, aquisições do Banco Santander.

<i>País</i>	<i>Ano</i>	<i>Nome do Banco Adquirido</i>
Chile	1995	Banco de Santiago
Chile	1995	Tornquist
Chile	1996	Osorno
Chile	1996	La Unión
México	1996	Inver – México
Venezuela	1996	Banco da Venezuela
Colômbia	1997	Bancoquia
Colômbia	1997	Invercrédito
Porto	1997	BCH
Argentina	1997	Banco Rio de la Plata
Brasil	1997	Banco Geral do Comércio
Brasil	1998	Banco Noroeste
Bolívia	1998	Banco de Santa Cruz
Peru	1999	Banco do Sur
Brasil	2000	Banco Meridional
Brasil	2000	Banco Banespa
México	2000	Banco Serfin

Fonte: Videira, 2006.

O Banco Noroeste estava presente em várias cidades da região em estudo, como podemos verificar no quadro 6, este foi adquirido pelo Santander, banco de capital estrangeiro. O mesmo fato ocorreu com o Banco Meridional e o Banespa, este último de capital público e tema de vários estudos na Geografia e nas Ciências Sociais. A privatização desse banco sofreu forte resistência da sociedade paulista, pois o banco possuía uma territorialidade bastante expressiva e expandia sua presença para além das fronteiras do Estado de São Paulo, tendo inclusive representação em outros países. Tinha também uma agência em Maringá, a qual atualmente pertencente ao Santander. As informações deste

quadro já passaram por modificações, pois no ano de 2007 o Banco Santander adquiriu o Banco Real (que pertencia a outra rede internacional, o ABN AMRO BANK, com sede na Holanda), tornando uma das maiores redes financeiras presentes no Brasil. Todo o processo de incorporação irá se finalizar no ano de 2009.

Como podemos verificar, desde os anos de 1970 até os anos 1990 a rede bancária passou por diversas alterações e o processo de globalização está inserido neste contexto. Houve também uma concentração de instituições no território nacional e regional. Seguindo a tendência atual do dinamismo capitalista financeiro, o que pode ocorrer é uma concentração ainda maior no número de instituições financeiras presentes no Brasil, o que terá implicações na escala regional. Prosseguimos nesta parte com o objetivo de entender as transformações recentes ocorridas na rede bancária.

A Tabela 2 destaca os bancos públicos privatizados no período de 1997 a 2005. Algumas instituições bancárias foram disputadas pelos agentes do mercado financeiro, devido ao grande potencial que o banco, ao ser adquirido, poderia gerar para a instituição compradora, e também pelos benefícios que estas instituições teriam com o recebimento de salários dos funcionários públicos, seja do estado seja dos municípios.

Destaca-se o caso do Banco do Estado do Paraná, o Banestado, que seria vendido, no ano de 2000, pelo preço mínimo de R\$ 403 milhões e foi adquirido pelo Banco Itaú por 1.652 milhões de reais. Destes números podemos inferir que outras instituições bancárias tinham interesse na aquisição do banco paranaense, já que, entre outras vantagens, esta tinha uma ampla rede de agências por diversos municípios.

Tabela 2: Brasil - Bancos Públicos Privatizados, 1997 – 2005.

<i>Nome da Instituição</i>	<i>Ano</i>	<i>Preço Mínimo (R\$) (Milhões)</i>	<i>Preço da Venda (R\$) (Milhões)</i>	<i>Comprador</i>
Banerj – RJ	1997	310	311	Itaú
Credireal – MG	1997	121	127,30	BCN/ Bradesco
Bemge	1998	314	583	Itaú
Bandep – PE	1998	183	183	ABN/Amro
Baneb – BA	1999	252	260	Bradesco
Banestado – PR	2000	403	1.652	Itaú
Banespa – SP	2000	1.850	7050	Santander
Paraiban – PB	2001	50,18	76,50	ABN/Amro
Beg – GO	2001	300,72	665	Itaú
Bea – AM	2002	182,91	182,91	Bradesco
Bem – MA	2004	77,17	78	Bradesco
Bec – CE	2005	576,50	700	Bradesco

Fonte: Banco Central, 2007.

Como podemos notar na referida tabela, houve o predomínio dos bancos Itaú e Bradesco na compra dos bancos públicos, pois nessa época estava em vigor uma regulamentação que impedia a participação de bancos públicos nos leilões de venda dos bancos estatais. Isto mostra que a venda das instituições financeiras veio cumprir as imposições dos órgãos financeiros internacionais, como o FMI e BIRD, e atender ao interesse do setor privado, que usava o discurso de que os bancos públicos eram mal administrados e precisariam ser vendidos com a finalidade de desonerar o Estado. Isto acabou acarretando ainda maior concentração do setor bancário. Foi neste processo que o patrimônio financeiro dos bancos Itaú e Bradesco deu um salto impressionante. Os bancos públicos, ainda que não fossem rentáveis, desempenhavam papéis significativos, como, por exemplo, apoiar determinados segmentos sociais, e assim atenuavam a tendência de concentração espacial da rede bancária como um todo.

Nos dias atuais, os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, têm uma forte influência sobre o cotidiano da população brasileira. O que se observa é que o homem moderno é apenas um mero telespectador do que acontece diariamente, pois ele parece não ter ideias próprias e se vê diante de uma intensa gama de informações que são impostas em sua mente.

No período que antecedeu as privatizações criou-se no imaginário popular a convicção de que as instituições públicas não funcionavam adequadamente - diferentemente do setor privado, que era eficiente - e de que, em função disto, era necessário privatizá-las. (Munhoz, 2007, p. 55):

Desta forma, o discurso que tem permeado as organizações em geral, principalmente a partir dos anos noventa, baseia-se na busca incessante pela modernidade, na qual a adoção de novos instrumentos gerenciais representa a possível solução para os problemas atuais e futuros, problemas estes que, dentro do conceito de modernidade, foram gerados no passado, e que agora ensejam a destruição planejada das práticas anteriormente estabelecidas.

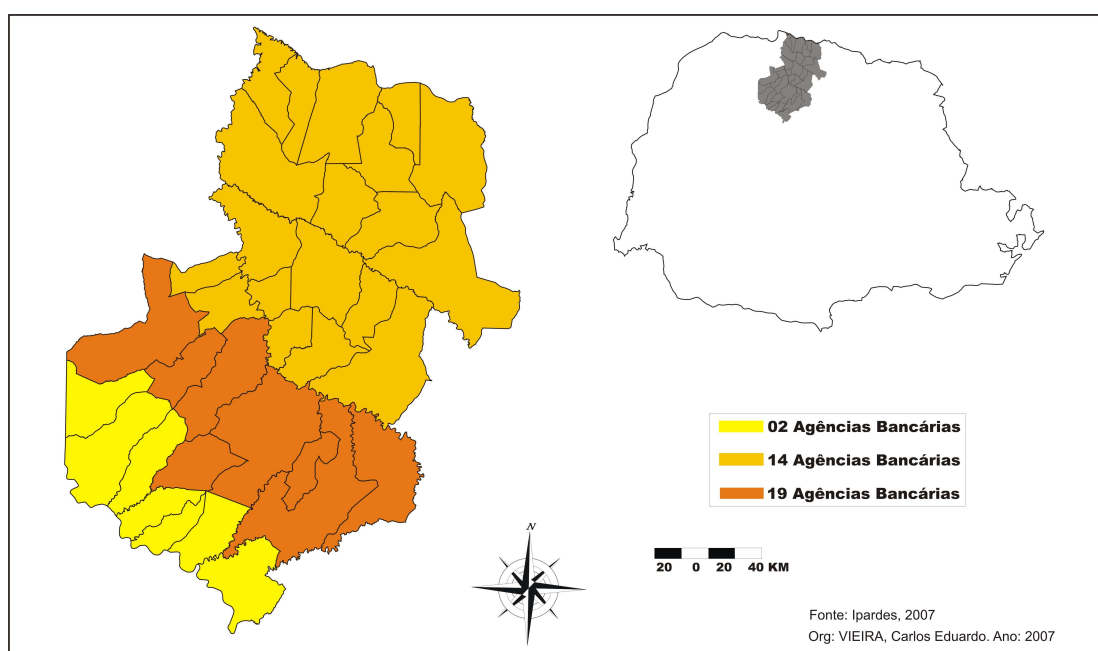
Criou-se a falsa imagem de que os bancos estaduais eram considerados instituições incompatíveis com o equilíbrio nas contas públicas, pois com eles os governos estaduais seriam capazes de ampliar seus gastos correntes e, posteriormente, repassar a conta ao Governo Federal, quando a crise financeira fosse exposta nos prejuízos desses bancos.

Dito de outra forma, os bancos estaduais eram uma barreira para se realizar um ajuste macroeconômico das contas públicas da economia brasileira, como pregavam os organismos financeiros internacionais. Segundo afirma Munhoz (2007), uma das saídas para reduzir custos, fazer os ajustes necessários e melhorar a eficiência do atendimento foi criar o programa denominado *desligamento voluntário* ou *programa de demissão voluntária*.

Desta forma, a panacéia encontrada pelas organizações com interesses na redução do quadro funcional, foi à adoção de programas de incentivo ao desligamento, no quais, oficialmente, eram os empregados que pediam demissão, motivado é claro, pelo valor atraente da rescisão de contrato, nos quais, em média, além dos direitos legais, contavam com um salário a mais por ano trabalhado.

O que se viu foi uma diminuição da quantidade de trabalhadores nas agências bancárias, como vamos discutir no item 2.3. Outro fenômeno observado após os anos 1990 foi o desmantelamento e uma conseqüente drástica redução da espacialização da rede bancária pública (cartograma 4) e predomínio de instituições privadas.

Podemos observar no cartograma 4 que na microrregião geográfica de Florai estão instaladas apenas duas agências de bancos públicos. Na microrregião geográfica de Astorga estão presentes quatorze agências bancárias públicas e na microrregião geográfica de Maringá encontram-se dezenove instituições bancárias estatais. Se comparadas as três microrregiões geográficas, é na de Astorga que se encontra o maior número de municípios sem nenhuma agência bancária.



Cartograma 4 – Microrregiões geográficas de Astorga, Florai e Maringá: espacialização dos bancos públicos, 2007

Com o objetivo de manter instituições financeiras sob domínio do setor público, no ano de 2001 o Conselho Monetário Nacional baixou a Resolução 2.828/2001, pela qual ficava permitida a criação de agências de fomento estaduais, com a finalidade de atender a reivindicação dos governadores dos estados que haviam perdido o controle sobre seus bancos públicos. Esta medida colocou algumas restrições ao funcionamento destas agências de fomento, como a proibição de captarem recursos junto aos bancos públicos e de recorrerem ao redesconto ou à conta de reserva bancária do Banco Central, mantendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela autoridade monetária nacional, isto é, o Banco Central do Brasil.

Com estas restrições de atuação, não restou alternativa às instituições de fomento a não ser recorrer à captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, e a organismos financeiros internacionais. Estas instituições têm como finalidade repassar recursos aos municípios para financiar obras de infraestrutura ou para programas de microcrédito, além de créditos do próprio orçamento da instituição.

Após as considerações sobre o setor bancário público, cabe discorrer sobre a informatização e as mudanças na estrutura de atendimento ocorridas no setor bancário.

2.3 – Informatização e mudanças na estrutura de atendimento

O Brasil é um país que, ao longo da sua história recente, passou por sucessivos planos econômicos entre eles o Plano Cruzado, o Plano Cruzado e o Plano Real, este último implantado no ano de 1994. Este plano provocou impactos profundos na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil. Neste contexto, Corazza (2007) argumenta que os bancos tiveram que se adaptar ao fim do processo inflacionário e readaptar sua estrutura administrativa, reduzindo custos e procurando novas fontes de receitas, antes advindas da inflação. Nesse contexto, além das grandes e médias instituições bancárias, inúmeros pequenos bancos entraram em processo de falência, resultando na redução no número de bancos e numa acentuada concentração bancária, conforme já assinalamos antes.

Ainda sobre o Plano Real, Moretti (2006) argumenta que, com o fim dos altos índices de lucro oriundos das elevadas taxas de inflação que se seguiram aos sucessivos planos econômicos mal sucedidos e a crise pela qual passaram alguns bancos brasileiros, foi implantado o Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER – no ano de 1995, cuja ideia era manter no sistema instituições financeiras que tivessem liquidez, solidez e saúde financeira.

Sentidos os reflexos da estabilização econômica advinda do Plano Real, Munhoz (2007), trazendo o exemplo do Banco do Brasil, refere que este, no ano de 1995, lançou um programa de ajustes definindo as novas estratégias do conglomerado financeiro, a saber: 1) modernização organizacional; 2) desenvolvimento de tecnologia; 3) ajustes na rede de agências; 4) redução do quadro de funcionários; 5) recuperação de créditos vencidos; 6) regularização das pendências com o Tesouro Nacional, objetivando eliminar o desequilíbrio financeiro; 7) redução de custos e, a médio e longo prazo, adaptação do Banco à estabilidade econômica advinda com a implantação do Plano Real.

O referido estudo nos mostra que os bancos públicos passaram a adotar estratégias semelhantes às dos bancos privados. Eles se preparavam para a concorrência que se estabeleceu, diminuindo cada vez mais as diferenças entre as instituições bancárias públicas e as privadas. Estas transformações, ao lado de outras de natureza econômica, estiveram profundamente relacionadas à possibilidade técnica de interação espacial. A esse respeito Braga (2004, p.2) observa:

As novas tecnologias da informação (NTI) têm importância fundamental na atual constituição do espaço geográfico, onde os bancos são um dos principais utilizadores destas novas tecnologias, disponibilizando o território para um melhor fluxo das informações financeiras através destas; por isso utilizam-se das redes corporativas de alta velocidade e capacidade para que o sistema bancário seja rápido, preciso e descentralizado fisicamente (mas centralizado no que se refere à gestão).

Sobre esse mesmo tema Castells (1999, p.87) constitui uma referência fundamental. Ele afirma que a “emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne produto do processo produtivo.”.

Como podemos observar, na atualidade as tecnologias *on-line* de transmissão de dados, como, por exemplo, as possibilidades geradas pelas fibras ópticas e, principalmente, a comunicação via satélite, tornaram-se imprescindíveis para o setor bancário, em função da sua confiabilidade e rapidez.

A crescente necessidade de incorporação de novas tecnologias informacionais e a reserva de mercado para a informática brasileira exigiram que os grandes bancos nacionais investissem na criação de empresas que respondessem a essas necessidades e imposições do sistema capitalista, criando redes técnicas capazes de dar suporte a este novo momento da economia brasileira.

Inseridos em uma economia globalizada, os bancos, como as empresas em geral, não têm muita opção, pois para operar na nova economia globalizada, caracterizada pela onda de novos concorrentes, eles precisam usar novas tecnologias, também com o objetivo de reduzir os custos, para tornar mais dinâmicos e competitivos. (CASTELLS, 1999).

Neste processo constante de desenvolvimento tecnológico, a informática, associada aos meios de telecomunicação, possibilita ao homem pós-moderno, não só usufruir de maior quantidade de informações processadas e divulgadas, mas também uma velocidade cada vez maior, chegando a ser, em alguns casos, instantânea. Não obstante, esse atributo da técnica é apropriado de forma desigual, sendo controlado principalmente pelos grandes grupos econômicos, entre eles, os bancos.

Esta dialética é contemporânea, mas não se pode deixar de lembrar os resquícios das relações anteriores. Não podemos falar em uma mágica realizada por uma “vara de condão”, e sim, devemos reconhecer que o processo de produção de tecnologia passou por sucessivos aperfeiçoamentos e constantes avanços, viabilizando o capitalismo pós-moderno, e de acordo com o enredo deste, passou a organizar o território.

Neste sentido, Videira (2006) observa que um sistema de telecomunicação eficiente é requisito primordial para o funcionamento da economia. A atração de investimentos e capitais tem a finalidade de inserir os grandes centros urbanos do país - como, por exemplo, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo - em uma rede de fluxos cada vez mais global. Este sistema de telecomunicações é responsável por dar suporte à atividade bancária no país, que vinha se

desenvolvendo com grande intensidade e carecia de mecanismos que possibilitassem a integração territorial das agências.

No período recente, ao se fazerem observações atentas do setor bancário dos anos 1990 até os dias atuais, é possível verificar que houve nele uma grande mudança até mesmo no aspecto das agências. Estas mudanças estão intimamente relacionadas à introdução de novas tecnologias e consequente diminuição no número de funcionários. Em seu estudo, Munhoz (2007, p.36) assinala:

Com relação aos Bancos, é interessante lembrar que o processo de trabalho bancário começou, nesta última década, a sofrer as conseqüências da introdução de novas tecnologias de automação e de informação, quais sejam: a intensificação do trabalho de caráter repetitivo e monótono, a desqualificação do trabalho e do trabalhador bancário, a redução de pessoal e a redução salarial.

É fundamental observar que estas mudanças, com amplas implicações socioespaciais, ocorrem em contextos cada vez mais alargados de acumulação por parte do setor bancário, já que apreendemos a partir da mídia, que a cada ano os bancos obtêm maiores lucros. Nesse sentido, lembramos que, por estar articulado e trabalhando em rede, o setor bancário opera cada vez mais como economia de escala, e com isso se torna progressivamente mais lucrativo e de fácil acumulação capitalista (VIEIRA; ENDLICH, 2007).

Videira (2006) nos mostra que a ruptura do paradigma tecnológico também é um elemento determinante na globalização, ou seja, a forma como o homem trabalha sempre foi marcada pela ruptura entre uma época histórica e outra. As inovações da microeletrônica, da informática e das telecomunicações possibilitaram o encurtamento dos horizontes, o surgimento de equipamentos tecnológicos como os computadores, *softwares*, satélites espaciais, aparelhos de telefonia celular e videotexto, centrais e cabos telefônicos de fibras óticas, entre outros. Elemento de grande destaque neste momento é a configuração de uma rede global da informação: a internet. É fundamental lembrar que se alteram também, mediante os amplos processos de mudança, os modelos gerenciais e

organizacionais. Corroborando esta ideia Videira (2006, p. 45) faz a seguinte colocação:

Aliado à tecnologia que tem a informática e as telecomunicações como seus principais elementos, novos modelos gerenciais e organizacionais também são adotados, visando a adaptabilidade e a flexibilidade do sistema produtivo, que tem agora uma maior ênfase no uso da informação, conhecimento e serviços e, não mais no uso intensivo da energia e matéria-prima. Tais elementos são identificados por vários autores como os constituintes de uma reestruturação produtiva ou de um período de acumulação flexível

Este processo, denominado reestruturação produtiva, ocorre em função dos avanços tecnológicos, que alteram o conteúdo, a forma e o ritmo do trabalho, e ainda desenvolvem novos processos de trabalho, novas formas de gestão, maximização da produtividade e do lucro, em conformidade com a lógica de mercado vigente. “Todas estas mudanças têm transformado a natureza do trabalho bancário e o perfil do trabalhador, reduzindo drasticamente o contingente de bancários necessários à execução dos serviços.” (MUNHOZ, 2007, p.68).

Registramos o trabalho de Oliveira (2001, p.69), que faz coro com o trabalho de Munhoz (2007) ao destacar que, além da racionalização da mão-de-obra nas agências bancárias, houve a redução das categorias trabalhistas de gerência nos diversos setores da atividade bancária nos anos de 1989 a 2000, e ainda diminuição e racionalização de procedimentos executados por estes. Muitos bancos centralizaram o gerenciamento do caixa, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos. Neste período verificou-se uma grande especialização dos bancos de pequeno e médio porte, bem como um movimento de incorporação destes aos grandes grupos. O principal reflexo social desta reestruturação foi uma notável redução no número de funcionários nesses estabelecimentos.

Após estas breves considerações sobre o uso da informática e das novas tecnologias e a mudança na estrutura de atendimento bancário, passaremos na a fazer algumas considerações sobre as agências e as novas topologias bancárias.

2.4 – Agências e novas topologias bancárias

A produção no Brasil no que Santos (2005) chamou de meio técnico-científico-informacional possibilitou ao país o desenvolvimento de novos sistemas de objetos e novos produtos bancários. Estes novos fixos acabaram por proporcionar à população brasileira um conjunto de novas formas de acesso aos serviços bancários. Estas novas formas de oferta de serviços bancários estão, portanto, relacionadas à nova realidade que se estabelece em face da concorrência, das novas técnicas e das novas organizações do sistema financeiro nacional. O que tínhamos anteriormente eram formas tradicionais da topologia bancária, estruturadas em agências. Em função desta nova realidade que emergiu nestes últimos anos, os novos fixos geográficos passam a ser os postos de atendimento bancário (PABs), os postos avançados de atendimento, os caixas Eletrônicos e os correspondentes bancários.

Esta nova topologia não exclui o papel das agências bancárias, ela serve para dar suporte a estas tradicionais topologias bancárias. Muitos serviços não podem, por força de lei, ser ofertados nesta nova configuração do setor financeiro. Sobre este novo fenômeno, Contel (2007, p.2) argumenta.

Concomitantemente ao processo de diversificação e capilarização dos fixos geográficos que servem para a realização da intermediação financeira no território, há uma série nova de pontos de atendimento e canais de prestação de serviços financeiros que multiplicaram ainda mais a acessibilidade dos atores econômicos à finança. A essa maior banalização do acesso à finança, permitida pelos novos conteúdos da formação socioespacial brasileira, é que estamos propondo dar o nome de *hipercapilaridade das finanças* no território.

Esta hipercapilaridade que propõe Contel (2007) permitiu que o sistema bancário estivesse presente em quase todos os municípios, mesmo sem as agências bancárias, por meio destes novos fixos e novas topologias. Este é caso da cidade de Santa Inês, um dos municípios em que foi realizado um estudo de campo que constatou ali a presença do Banco Bradesco, através de um posto de atendimento bancário e de um *banco postal*.

O uso do correio como banco postal pelo Bradesco resultou de uma parceria entre estas duas entidades no ano de 2001, com a finalidade de levar os serviços e produtos bancários aos municípios que não tinham agência. O mesmo autor ainda argumenta que esta hipercapilaridade só foi possível após o surgimento dos novos sistemas técnicos, tanto os fixos como os portáteis, que alcançaram os pontos antes “isolados” das redes financeiras. Segundo o autor, estes novos sistemas são os canais eletrônicos financeiros.

São considerados “canais eletrônicos financeiros” todos aqueles meios que permitem que uma operação financeira entre dois ou mais atores seja realizada. Os terminais ou caixas eletrônicos, as redes de *internet banking*, centrais de atendimento telefônico, pontos de recebimento de cartões de crédito e débito, são todos exemplos de novos canais eletrônicos que vêm se somar à topologia tradicional do sistema financeiro brasileiro, conferindo a ela um alcance social e geográfico bastante amplificado. (CONTEL, 2007, p. 2-3)

Para o autor, a evolução das funções dos caixas eletrônicos (Tabela 3) possui grande significado para a nova topologia e organização do setor bancário na atualidade. Em primeiro lugar, esta evolução é resultado das disponibilidades técnicas do momento atual, e em segundo lugar, os caixas eletrônicos alteraram as necessidades de mão-de-obra nas atividades bancárias, permitindo o aumento da produtividade no atendimento ao cliente e a diminuição de funcionários necessários à prestação dos serviços.

Tabela 3: Brasil: evolução dos caixas eletrônicos segundo sua localização comercial (2000-2005)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Em agências bancárias	58.462	70.921	67.654	70.046	45.401	37.767
Em antessalas de autoatendimento	37.329	46.238	38.671	37.644	64.571	77.563
Quiosques em locais públicos	4.094	5.063	7.993	10.132	18.719	19.197
Em postos de atendimento	8.156	9.848	10.113	10.902	12.886	15.209
Total	108.401	132.070	124.431	128.724	141.577	149.736

Fonte: Federação Brasileira dos Bancos, 2006.

O que chama a atenção na tabela 3 é a drástica redução na quantidade de caixas eletrônicos nas agências bancárias: no ano de 2000 havia 58.462 unidades, já no ano de 2005 houve uma queda para 37.767 unidades. Por outro lado, ocorre um aumento na presença de unidades em antessalas de autoatendimento: quando se comparam os dados dos anos de 2000 a 2005, no primeiro havia 37.329, já em 2005 houve um salto para 77.563 unidades.

O funcionamento de um caixa eletrônico envolve um complexo sistema técnico que faz circular informações monetárias e dados dos usuários. A manipulação dos caixas eletrônicos pelos clientes possibilita os seguintes serviços: emitir folhas de cheque, efetuar pagamentos, depósitos, transferências ou saques, além de conhecer o saldo e solicitar o extrato bancário. Enfim, há um amplo conjunto de atividades que antes eram executadas pelos funcionários dos bancos e agora são realizadas na forma de autosserviço pelos próprios clientes. A divulgação das vantagens quando estavam sendo instalados os caixas eletrônicos era que a possibilidade de o cliente realizar essas operações evitava o enfrentamento de filas para o atendimento tradicional nas agências.

Não obstante, observando-se a dinâmica dos caixas eletrônicos mais recentemente, observa-se que ocorreu apenas uma alteração do local onde se formam as filas, pois é comum agora encontrar filas nos caixas eletrônicos e nos correspondentes bancários, - por exemplo, nas casas lotéricas. Ao mesmo tempo em que diminuiu a quantidade de funcionários dentro da agência, aumentou a quantidade de correspondentes bancários e de caixas eletrônicos.

As novas topologias bancárias baseadas em correspondentes bancários geram também um novo tipo de violência, pois aumentou estatisticamente o número de assaltos às casas lotéricas, conforme assinala Bordinhão (2008) em matéria no jornal "O Estado do Paraná", na qual os proprietários desses estabelecimentos cobram segurança da Caixa Econômica Federal desde o final do ano 2007, pois prestam vários serviços à instituição. Esta nova forma de ofertar serviços financeiros faz com que instituições não preparadas do ponto de vista da segurança tenham em seu poder uma grande quantidade de dinheiro.

Os bancos não oferecem a segurança necessária. Os donos é que pagam por ela e pelo transporte do dinheiro. Na mesma matéria, o autor, ainda tratando do tema, menciona outro correspondente bancário – os correios – igualmente alvo de assaltos, e exibe uma estatística alarmante: entre os anos 2003 e 2006 o número de assaltos ocorridos em agências dos correios com banco postal passou de 12 para 86 casos. Como podemos observar na foto 1, os correios também passam a assumir a função de um banco, recebendo o pagamento de contas das concessionárias de serviços públicos, impostos dentre outros. Estes serviços são relevantes em localidades como Guaraci, que dispõe de poucas opções de serviços bancários.



Foto 1: Guaraci – PR, Serviços Bancários Ofertados pelos Correios.

Autor: Carlos Eduardo Vieira, 2008.

Assim, os bancos movimentam mais recursos financeiros, aumentam o número de clientes, ampliam a quantidade destas novas topologias, mas não dão o mínimo de suporte para o funcionamento das novas formas de oferta de serviço bancário. O que se vê é uma transferência de responsabilidade para os pequenos comerciantes, que devem arcar com os custos de transporte de dinheiro, manutenção dos equipamentos e segurança. Não obstante, porém, todo esse

problema não se pode negar que estas novas topologias facilitaram o acesso da população aos serviços bancários, que se tornaram mais acessíveis à população.

No que tange à acessibilidade dos serviços bancários, pode-se dizer que a utilização de centrais de atendimento eletrônicas é também um fator de ampliação da capilaridade do sistema financeiro no território. A incorporação da rede telefônica de forma sistemática à rede de prestação de serviços financeiros permite que praticamente todo o território nacional esteja ao alcance do poder das redes bancárias, já que o uso de telefones (tanto móveis quanto fixos) é um dado também bastante banalizado no espaço nacional. (CONTEL, 2007, p.13)

Dados recentes divulgados pela Febraban, como se observa na tabela 4 mostram que cada vez mais se têm utilizado novas formas de atendimento bancário, como o caso do autoatendimento, em que houve o uso de 32,4% de atendimento, e dos débitos automáticos, em que houve a utilização de 24,5% da clientela.

Tabela 4: Brasil, formas de atendimento bancário, 2008.

<i>Atendimento</i>	<i>Número (milhões)</i>	<i>Total (%)</i>
Caixas de agências	3.799	10,4
Autoatendimento	11.901	32,4
<i>Call Center</i>	1.194	3,3%
Internet Banking	6.163	16,8
Débitos Automáticos	8.995	24,5
Números de cheques	1.709	4,7
Correspondentes bancários e PDV*	2.921	8,0
Total	36.682	100,0

*PDV: Pontos de Vendas

Fonte: Febraban, 2007.

É preciso considerar que a implantação do sistema de telecomunicação no Brasil se deu com muito atraso, após vários países, inclusive da América Latina,

já terem os seus sistemas em pleno funcionamento. O que marca na história do sistema é a rapidez com que ele foi implantado, configurando a rede nacional de telecomunicações, cujo objetivo era recuperar o atraso que o país acumulara desde 1957.

No final dos anos 1960, grandes porções do território nacional ainda não eram integradas pelas redes de telecomunicação. Duas linhas de microondas asseguravam a ligação entre os municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, de uma parte, e Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Goiânia, de outra. Ondas curtas e cabos submarinos com baixa capacidade de transmissão ligavam precariamente o restante do país. A integração progressiva das principais cidades do país pela rede de microondas, a partir de 1969, começou pelo Centro-Sul para terminar no Norte – Nordeste. Em 1972 a rede foi oficialmente reconhecida como nacional, ainda que só integrasse as principais cidades do país – apenas 55% dos municípios brasileiros eram servidos pela telefonia. (DIAS, 2006, p. 31)

Foi importante a modernização do sistema de telecomunicações, pois possibilitou um rearranjo do sistema financeiro nacional. Para as instituições financeiras, tornar-se e permanecer moderno equivale a reduzir o tempo da circulação em todas as escalas em que o setor opera, acelerando a acumulação de capital.

Um dos traços mais marcantes da economia mundial neste início de século é a magnitude e a velocidade crescentes dos fluxos de capitais que atravessam as fronteiras nacionais. Com a progressiva liberalização dos fluxos de capitais e o avanço tecnológico nas telecomunicações, as instituições financeiras operam 24 horas por dia, acelerando a integração econômica. (DIAS, 2006, p.41).

O objetivo é beneficiar de escalas de produtividade, circular e fazer fluir as trocas realizadas. Para Dias (2006), os bancos são um instrumento de integração territorial privilegiado pelo Estado. Estas instituições são atores de primeira grandeza no processo de internacionalização da economia brasileira, pois a financiam os mercados de importação e exportação, e repassam os subsídios à produção agrícola para os produtores.

Juntamente com este papel do poder público federal de criar e administrar novas instituições financeiras, uma das finalidades era ter instituições bancárias nas regiões em que o setor privado não tinha interesse. Nesse momento houve, por parte dos poderes públicos estaduais, a criação de novas instituições bancárias, o que gerou a necessidade de o poder público atuar a no sentido de aumentar a instalação de agências bancárias nos municípios “desassistidos”.

Destarte, na história econômica brasileira recente houve uma diminuição no uso da topologia tradicional, no caso, as agências bancárias. Entretanto, juntamente com este fenômeno, ocorreu um aumento da acessibilidade ao crédito para a população em geral, através de políticas públicas que permitiram aos trabalhadores solicitar crédito junto aos bancos e eles pagarem todos os meses através de desconto na folha de pagamento. Contel (2006, p.220) argumenta que “talvez o exemplo mais expressivo desta maior acessibilidade seja a proliferação dos cartões de crédito”. O que importa destacar é que novas formas geográficas, contemporâneas ao atual período histórico são incorporadas ao território brasileiro, alterando sensivelmente a qualidade e o alcance das novas formas da topologia bancária.

Podemos considerar muito significativo, neste processo da nova topologia, a figura do correspondente bancário. Este não necessita de um aporte grande de recurso financeiro e Localiza geralmente dentro de um estabelecimento comercial, como uma farmácia, uma lanchonete, uma padaria, pequenos supermercados ou outros.

Também pela quantidade de sistemas técnicos envolvidos na instalação de um correspondente, é possível falar que este é um fixo geográfico menos sofisticado (do ponto de vista operacional) que os “tradicionais”. Basicamente, é necessária apenas a existência da rede de energia elétrica, linha(s) telefônica(s), um terminal de atendimento bancário (isto é, um computador do Banco contratante do correspondente) e um funcionário treinado para manipular esse computador. (CONTEL, 2006, p. 236)

Para o banco, é vantajoso financeiramente treinar os interessados em tornar correspondentes bancários, pois o comerciante não é um bancário

tradicionalmente conhecido como tal. Como não tem nenhum vínculo empregatício com o banco, este não precisa pagar-lhe os encargos de um colaborador com carteira assinada. Outra vantagem para o banco é que o correspondente bancário, por não ser um funcionário, não pertence a um sindicato, apesar de exercer uma atividade de bancário, como receber contas dos serviços públicos, cobrança de impostos municipais, estaduais e federais, chegando até a vender produtos financeiros. Segundo Contel (2006, p. 241), há vantagens para o pequeno empresário em ter em seu estabelecimento os serviços dos correspondentes bancários:

Há ainda razões ligadas às vantagens que o correspondente traz para os estabelecimentos comerciais que o abrigam. Podemos dividir estas vantagens em dois tipos principais. Em primeiro lugar, o comerciante que decide abrir um ponto de correspondente bancário em seu estabelecimento aumenta o fluxo de clientes (e das vendas) em seu estabelecimento, já que uma nova função é cumprida, no mesmo imóvel. Em segundo lugar, ele aproveita o capital fixo já existente (o que poderíamos chamar também de “capacidades ociosas”) de seu estabelecimento, como a rede de telefone, de eletricidade, seu espaço físico, assim como a própria localização de seu estabelecimento no espaço urbano, em proveito desta nova função instalada.

Parece que a grande vantagem não é do pequeno proprietário, e sim, do banqueiro. A maior acessibilidade e maior espacialidade a custos muito baixos permitem que suas unidades possam atrair mais pessoas interessadas em abrir contas ou movimentar seus recursos e pagamentos nestas instituições. Ademais, esta estratégia permite a inclusão da população sem atendimento bancário, que no Brasil apresenta um índice assaz elevado. Para a população mais pobre, esta é uma forma de ter acesso aos serviços bancários sem precisar ir a uma agência bancária, o que diminui eventuais constrangimentos causados por estas agências, como ser barrado na porta giratória.

Nesta nova topologia bancária, dois atores viram o seu poder econômico crescer no território: os bancos privados nacionais e os grandes bancos multinacionais, com destaque para o Itaú, o Bradesco e o Santander. Por outro lado, os perdedores foram os funcionários das agências bancárias tradicionais

dos bancos públicos, que se viram pressionados a aderir aos programas de desligamento “voluntário”, como observou Munhoz (2007).

Não obstante é de se perguntar: será que os funcionários dos bancos foram os únicos perdedores neste processo? E os usuários do setor? E as altas taxas e tarifas praticadas pelas instituições financeiras após o processo de reestruturação? E o aumento das reclamações geradas nos órgãos de defesa do consumidor com os autoatendimentos, como os caixas eletrônicos? Estas e outras questões levaram Dias (2006) a perguntar: “Por que os bancos são o melhor negócio no Brasil?”.

Após estas considerações sobre as mudanças setoriais e suas implicações diversas, passaremos agora a abordar os processos observados nas microrregiões geográficas de Astorga, Floraí e Maringá, bem com a centralidade exercida por estas cidades e o papel das agências bancárias nos municípios onde se instalam.

Parte 3

Mudanças na região, a centralidade das cidades e a rede bancária

Nesta parte, consideramos as transformações econômicas na região e as modificações que tal processo acarretou em relação aos papéis urbanos e a centralidade dos vários tipos de núcleos urbanos que compõem a rede bancária atual na região. É neste contexto que procuraremos entender a composição e a dinâmica da rede bancária atual na região em estudo, em especial quanto às pequenas localidades e os serviços bancários.

Utilizamos nesta parte resultados do trabalho de campo, baseado em visitas, levantamentos e entrevistas realizadas em algumas localidades inseridas na área de estudo, como Ângulo, Munhoz de Melo e Guaraci. Lembramos que a opção por estas cidades não se deu por acaso. Elas foram escolhidas a partir de dados do Ipardes representados em um cartograma que será apresentado posteriormente. De acordo com esses dados, cinco localidades da região não possuem nenhuma agência bancária: Uniflor, Ângulo, Munhoz de Melo, Guaraci e Santa Inês. Assim, escolhemos três para verificar como a rede bancária atende a população de localidades desse tipo. Lembramos que o capital financeiro ganha cada vez maior relevância, e em função disto a produção se torna dependente do mercado financeiro. Então, a diminuição de agências bancárias nas pequenas localidades da região acontece ao mesmo tempo em que o processo de creditização do território e financeirização das relações amplia a demanda pelos serviços bancários. Assim,

Novos instrumentos são incorporados ao território na forma de depósitos e de créditos ao consumo. A sociedade, assim, é chamada a consumir produtos financeiros, como poupanças de diversas espécies e mercadorias adquiridas com dinheiro antecipado. Com isso o sistema financeiro, ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo. Eis um dos caminhos da financeirização da sociedade e do território. É um movimento de concentração e dispersão. (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.195).

Como se pode verificar na parte dois, recentemente passou a ocorrer um processo de reestruturação bancária marcado pela redução dos custos de funcionamento e do número de agências, especialmente nas pequenas

localidades. Para atender a demanda, o setor bancário encontra novas formas de estar presente no território, representadas pela criação de novas topologias bancárias, o que também já foi registrado na parte anterior desta dissertação.

É preciso considerar ainda que a região em estudo passou por um amplo processo de modificação econômica, o qual trouxe uma redefinição da rede urbana, acentuando os papéis dos centros regionais, como é o caso do município de Maringá, bem como a perda de centralidade das pequenas localidades. Destarte, para falar das modificações na rede bancária na região é preciso considerar este processo, que será objeto de abordagem nos primeiros subitens desta parte.

3.1 – Transformações econômicas na região

Para falar das transformações ocorridas na região Norte Central Paranaense, temos como referência temporal o final da década de 1960. De fato, este processo ganhou maior intensidade somente na década de 1970, com o início da chamada Revolução Verde, que envolveu a substituição das culturas e o uso intensivo de novas tecnologias no meio rural. Sobre essa questão Moro e Endlich (2003, p.26) assim se expressam:

As políticas nacionais, em obediência a conjuntura internacional ganharam uma atuação consoante a esta política de desestímulo à cafeicultura e incremento ao cultivo de oleaginosas, além de uma política de crédito agrícola subsidiado. Em âmbito regional alguns fatores como as geadas e a situação sanitária das lavouras levaram à aceleração deste processo.

O que se viu foi uma articulação do Estado Nacional com grandes grupos multinacionais que tinham interesse em vender produtos como máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos agrícolas. A denominada Revolução Verde acabou por gerar uma maior dependência do Brasil com o mercado internacional.

Este novo processo de modernização no campo trouxe para a região novos atores sociais, representados pelas cooperativas e agroindústrias. As primeiras tiveram um papel fundamental na organização dos agricultores, principalmente dos produtores de café, valendo aqui destacar o papel da Cocamar (Cooperativa de Cafeicultores de Agropecuaristas de Maringá), fundada na década de 1960.

Com o processo de decadência da cultura do café, que no âmbito regional teve como fator acelerador a ocorrência de geadas, esta cooperativa mudou seu foco de atuação e passou organizar também a produção e cultivo de oleaginosas. Atualmente a Cocamar é uma das maiores do seu setor, atuando na organização e distribuição da produção e oferecendo auxílio técnico aos seus cooperados, além de agregar valor à produção, industrializando e exportando a produção regional.

Outros atores envolvidos nesta transformação econômica ocorrida na região foram outras agroindústrias. Com isto os agricultores da região passaram a produzir sincronizadas com o ritmo da produção das empresas agroindustriais, ou seja, não é mais o campo que dita as regras para a cidade, mas o inverso. Sobre este novo ator na região, Machado (2004, p.69) afirma:

A fertilidade das terras da região possibilitou a implantação de um modelo econômico diversificado e produtivo, com base na agroindústria. A região possui indicadores econômicos que garantem aos investimentos base sólida, estável e confiável quanto a suprimento de insumos, infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e mercado potencial de vendas no Brasil e no Exterior. Responde por uma grande parte da produção agrícola do Paraná e está entre as maiores neste setor em todo o Brasil.

Toda essa transformação econômica ocorrida na região trouxe mais dinamismo ao espaço regional. Não podemos deixar de citar um dos agentes primordiais neste processo, que foram os trabalhadores rurais. A partir do momento que se implantou na região a Revolução Verde, eles foram fortemente afetados, pois foram vítimas de um processo de exclusão social, já que as relações de trabalho não tinham como base o emprego formal, mas sim, um trabalho temporário e informal.

Com o uso das novas tecnologias no campo, promovido pela citada revolução, estes atores sociais foram expulsos do meio rural, já que sua mão-de-obra não era mais necessária, pois as máquinas agrícolas cumpriam a sua função. O que se viu foi um aumento do desemprego rural. Se antes havia o predomínio da população rural, começou então a verificar-se uma radical alteração, passando a população a concentrar nos espaços urbanos, principalmente nos de maior expressão econômica e demográfica (Anexo A).

Podemos observar o caso de Guaraci como exemplo local da inversão do local de residência da população. A população urbana do município, que em 1960 era de 4.274 habitantes, daí até o ano de 2001 caiu para 3.214 habitantes, enquanto a rural chegou a 1.132 habitantes; ou seja, passou a predominar a população urbana no município. Com estes dados podemos verificar o êxodo da população do meio rural para o urbano, decorrente da crise cafeeira e do processo de modernização ocorrido no campo.

O motivo dessa migração do campo para a cidade foi que a partir da segunda metade da década de 1970 até o início da década de 1980 ocorreu um processo intenso de substituição de culturas no Norte Central do Paraná, passando a predominar o cultivo de oleaginosas. Considerando todo o Setentrão Paranaense, podemos dizer que houve uma diversificação da produção, com o predomínio das lavouras temporárias, incluindo, além da soja, o milho, a cana-de-açúcar o trigo e outras culturas.

Tais mudanças trouxeram um amplo conjunto de modificações sociais, além da alteração no local de residência – do campo para a cidade. Em consequência aconteceu também na região o aumento da concentração fundiária. A nova forma de produzir - baseada em insumos industriais e mecanização exigente de tecnologia e capital - tornou comercialmente inviável a produção em pequenas propriedades. Em consequência da fertilidade do solo, das condições favoráveis de mecanização do campo e do crédito rural subsidiado pelo Governo Federal, ocorreu a valorização da terra na região, propiciando ainda maior concentração fundiária.

Uma estrutura fundiária concentrada e a forma de produzir, com intenso uso de tecnologia, representa do ponto de vista demográfico e social, a impossibilidade de um grande contingente de pequenos produtores e trabalhadores rurais reproduzir sua vida nos municípios da região, em especial nas áreas rurais. Houve, então, um grande fluxo migratório do campo para a cidade, dos municípios com pequenas cidades para aqueles que possuíam centros urbanos maiores e, por conseguinte, oportunidades mais amplas de geração de trabalho e renda, além dos fluxos para fora da região e do Estado do Paraná.

A região estudada passou e passa por um processo de mudança no comportamento demográfico. Para compreendermos este processo é necessário levarmos em consideração o que ocorre no contexto nacional e regional, e não somente a região. Sobre o processo demográfico Endlich (2006, 120) assinala:

O comportamento demográfico da região não se explica somente pelo processo de modificação agrícola, como assinalado no primeiro momento. Ela decorre dos ajustes regionais ao capitalismo, mas também se explica pela nova dinâmica industrial que inclui de modo qualitativamente diferente o território paranaense na divisão internacional do trabalho. Enfim, é preciso ter em conta as implicações compartilhadas nesta nova condição de economia-mundo.

Houve, portanto, uma diminuição drástica na densidade demográfica dos municípios da região e, com isso, toda uma mudança nos papéis daquelas localidades, que eram os de localidades centrais, onde se realizava o atendimento ao consumo básico da densa população anteriormente existente. Por isso, a realidade das localidades no âmbito da região está estreitamente vinculada ao conjunto dos processos econômicos e sociais.

3.2 – Os papéis urbanos e a centralidade

Para escrever sobre os papéis urbanos atuais das pequenas localidades é preciso levar em consideração que elas perdem centralidade, e apesar de muitas terem uma ampliação do território urbano, os seus papéis baseiam-se muitas vezes em finalidades não centrais, como a de moradia. Analisando o crescimento das cidades médias paranaenses, Endlich (2006, p.180) comenta que

A vitalidade observada neste tipo de cidade está relacionada ao incremento industrial, em parte motivado pela instalação de novas atividades, mas também decorrente do crescimento do ramo agroindustrial; além das atividades terciárias, referentes ao atendimento de um nível de consumo mais exigente e até mesmo do consumo comum ofertado em estabelecimentos de grandes superfícies comerciais, ampliando significativamente seus papéis e promovendo sua consolidação.

Como se vê, a dinâmica regional está atrelada à atividade agroindustrial, conforme já referimos em partes anteriores. Endlich (2006), comentando as

modificações nas interações interurbanas, fala do surgimento de duas mudanças qualitativas. A primeira diz respeito às possibilidades técnicas e à natureza das relações econômicas, que ampliaram e tornaram comuns os fluxos entre espaços não contíguos, além de trazer novos elementos para se compreender a hierarquia urbana, não mais estreitamente vinculada ao tamanho demográfico. A segunda alteração consiste na qualidade das interações, pois se tornam mais comuns as relações baseadas na cooperação e especialmente na competição, embora permaneçam as interações fundamentadas na hierarquia e na lógica territorial. (ENDLICH, 2006, p. 181)

Segundo (Endlich, 2006), com base nos dados do IBGE, podemos observar, que a estrutura político-administrativa do território brasileiro é formada por 75% de municípios de até vinte mil habitantes e apenas 25% que possuem mais de vinte mil habitantes. Estes números indicam que há uma concentração de municípios de baixa densidade demográfica, como também uma dispersão da territorialidade urbana brasileira.

São significativos os suportes logísticos oferecidos nestas localidades para a agricultura moderna, mas também há um amplo processo de perda de centralidade decorrente destas mudanças ocorridas no campo. Houve um incremento dos papéis dos centros urbanos já criados para terem uma centralidade maior. Estes passaram a concentrar os estabelecimentos do consumo produtivo rural bem como as atividades bancárias, em detrimento da centralidade dos pequenos núcleos urbanos. Evidenciamos nos municípios da região um processo de perda de centralidade, dentro do qual devem ser compreendidas também as mudanças na rede bancária.

A diminuição do número de agências nas cidades menores deve-se, de forma geral, a alguns fatos que é importante mencionar: a) a perda de centralidade ocorre pela diminuição da densidade demográfica regional; b) uso do automóvel e as estradas pavimentadas facilitam a realização dos percursos até os centros maiores; c) por fim, a própria reestruturação do setor, tendo em conta estes processos, encontra formas mais baratas de atender a população, restringindo a instalação de agências.

Segundo Corrêa (2003), a cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais podemos destacar a

acumulação de capital e a reprodução social, que têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.

Para o estudo da cidade no contexto da rede urbana é fundamental considerar que ela mantém uma série de ligações com o mundo exterior a si, ligações que envolvem fluxos de capitais, mercadorias, ideias e pessoas. Para isto ela é um foco de transportes intermunicipais. Conforme foram acontecendo estas mudanças assinaladas, passamos a ter o movimento de circulares intermunicipais e não mais o transporte interurbano tradicional. Isso ocorreu principalmente entre cidades próximas umas das outras, por exemplo, entre Maringá e Mandaguari.

Nas sedes urbanas dos municípios que visitamos (Ângulo, Guaraci e Munhoz de Melo) identificamos algumas pessoas que desloca destas cidades para em busca de serviços urbanos não disponíveis nelas. Constatamos esta questão do deslocamento para cidades de maior centralidade urbana ao perguntar aos moradores para qual cidade teriam que se deslocar em busca dos serviços bancários. As respostas dos habitantes de Ângulo foram Astorga, Iguaçu e Maringá; os moradores de Guaraci dirigem-se às cidades de Jaguapitã, Rolândia e Astorga; e os a população de Munhoz de Melo se desloca para Astorga, Maringá e Iguaçu em busca dos serviços bancários que ali não são ofertados.

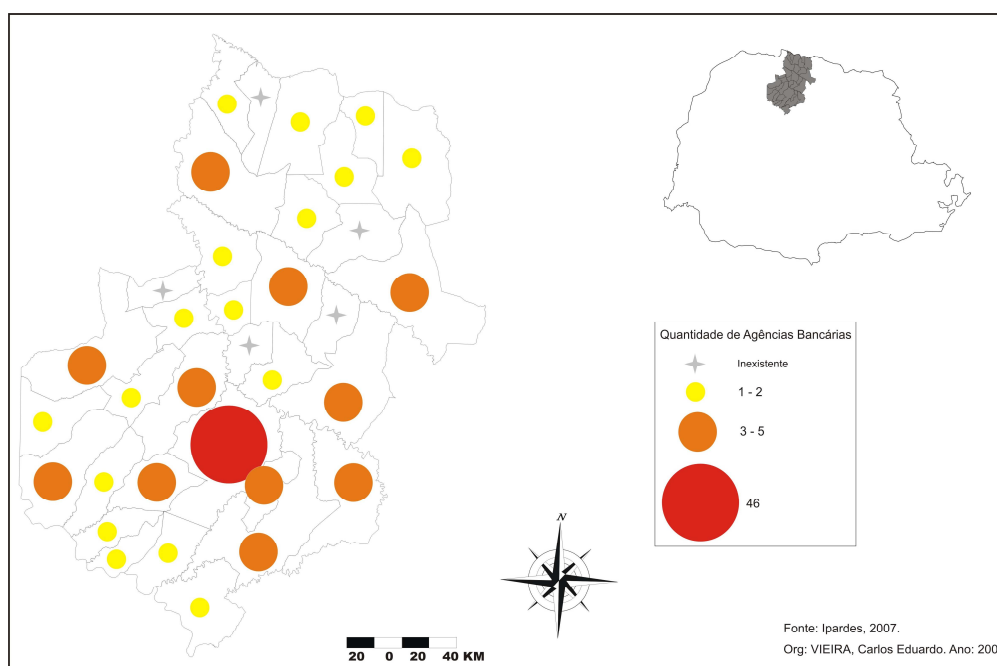
Constatamos também que os moradores não se deslocam exclusivamente para o uso da rede bancária. Eles acabam por realizar outras tarefas, aproveitando a oportunidade de estar presentes nestas cidades de maior centralidade e detentoras de um papel relevante na rede urbana para usufruir dos serviços bancários que elas oferecem.

Após estas breves considerações, passamos a escrever sobre as pequenas localidades e os serviços bancários.

3.3 – Pequenas localidades e os serviços bancários

Procuramos nesta parte olhar com atenção para aqueles municípios de pequena população urbana que passaram de forma ainda mais intensa pelo processo de perda de centralidade e nos quais atualmente não se encontra mais nenhuma agência bancária. Consideramos como guia para esta parte o seguinte questionamento: “Num momento em que se reconhece em âmbito mundial o domínio do capital financeiro e se verifica uma financeirização cada vez mais ampla das relações, como procede a população destas localidades para ter acesso aos serviços bancários e como se dá esta articulação?” Foram também estas as questões que conduziram as observações e levantamentos efetuados no trabalho de campo realizado em três municípios da região estudada.

No cartograma 5 identificamos que, enquanto ocorreu uma grande concentração de agências no âmbito regional na cidade de Maringá, os municípios de Uniflor, Ângulo, Munhoz de Melo, Guaraci, e Santa Inês não possuem nenhuma agência bancária. Destes municípios optamos por três, que são Ângulo, Guaraci e Munhoz de Melo.



Cartograma 5: Microrregiões geográficas de Astorga, Floraí e Maringá: espacialidade da rede bancária, 2006.

A visita a estes municípios foi uma experiência muito enriquecedora, baseada na observação *in loco*, levantamento de informações e consulta à

população, especialmente aos comerciantes e ao pessoal vinculado ao setor. Assim foi possível constatar, mediante o contato direto com os moradores de pequenas localidades, como estes procediam para utilizar os serviços da rede bancária. Aproveitamos a oportunidade para verificar os vínculos da população com os municípios, especialmente com a sede urbana. Procuramos conhecer quais eram as suas principais preocupações.

Abrimos um parêntese para dizer que nos chamaram a atenção os moradores de Munhoz de Melo. Quando lhes perguntamos o que fazia falta na cidade, muitos responderam que nada falta. Em segundo lugar aparece a melhoria no serviço de saúde e em terceiro, o emprego. Na sequência aparece, indústria, escola profissionalizante, estação rodoviária e lazer.

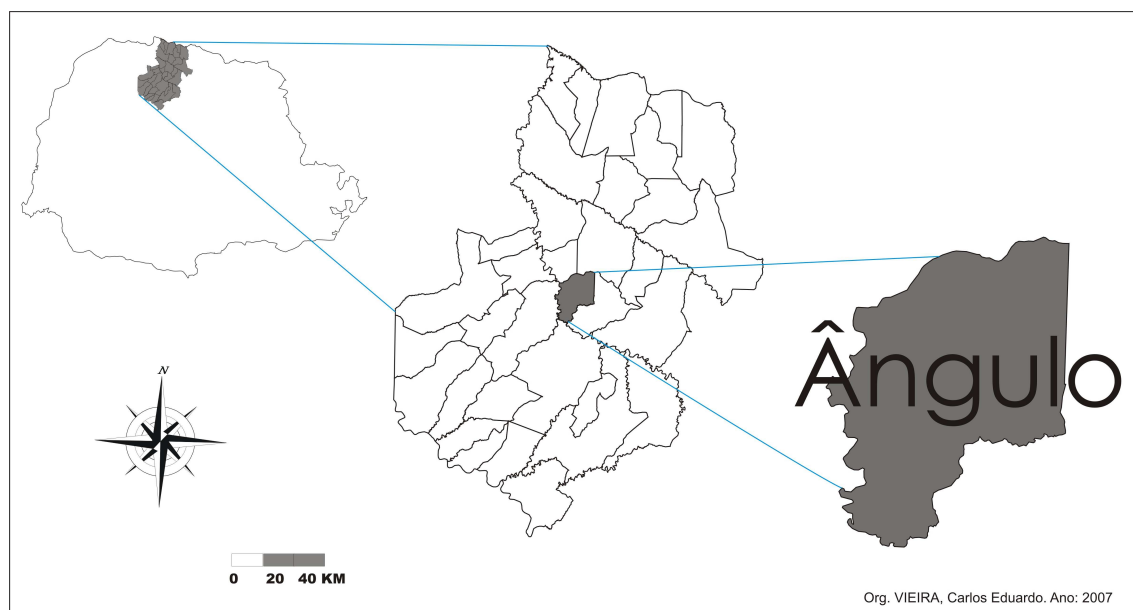
Para os moradores do município de Ângulo o que mais falta são ruas pavimentadas, indústria, emprego, rodoviária, clube de lazer, comércio, instituição de ensino superior e casa mortuária. Como podemos observar, entre os moradores aparece a questão da falta de estação rodoviária na cidade. Durante a visita *in loco* pudemos observar que no local não havia nenhuma estrutura apropriada para receber as pessoas que necessitam sair do município em questão. Alguns reclamaram que quando chove é um transtorno muito grande permanecer no local onde os ônibus param. Quanto ao município de Guaraci, destacaram entre as principais necessidades sinalizadas pela população entrevistada emprego, comércio, hospital, indústrias, uma boa administração pública, rede de esgoto e segurança.

Quando perguntamos sobre o que mais fazia falta nestes municípios, considerando o fato de não existirem agências bancárias, esperávamos que a população pudesse reclamar a falta deste serviço, mas como se pode perceber, isso não aconteceu. Isto pode estar relacionado ao fato de que o deslocamento para outros municípios para suprir este serviço já é considerado “normal”, parte do cotidiano dos seus moradores, juntamente com a busca por serviços de saúde e estabelecimentos comerciais mais amplos e diversificados. Conforme se pode notar na tabela 8, quando analisamos o caso dos municípios selecionados para realizar o estudo, nos anos de 2005 a 2007 não havia agências bancárias naquelas cidades.

Apresentamos na sequência, ainda que de forma breve, os municípios envolvidos mais diretamente nesta análise: Ângulo, Guaraci e Munhoz de Melo.

3.3.1 – Ângulo

A área onde hoje se situa essa cidade foi colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e a localidade recebeu oficialmente esse nome no ano de 1946. A história do município está relacionada a três imigrantes russos que, em sociedade, adquiriram terras para formar uma grande fazenda de café, denominada primeiramente de “Fazenda Três Irmãos”. Após alguns anos, destinaram 30 alqueires para a formação de uma área urbana, que passou a ser chamada de “Ângulo” (Cartograma 6), devido à configuração das estradas que delimitavam a região. O projeto inicial da cidade tinha como base o desenho da cidade de Belo Horizonte.



Cartograma 6: Microrregiões Geográficas de Astorga, Florai e Maringá, localização do município de Ângulo.

Atualmente o município possui uma área de 103,87 km² e o número total de habitantes é de 2.838 dos quais 2.149 moram na zona urbana e 689 residem na zona rural um total de 689 habitantes, segundo dados do IBGE (2000). No que diz respeito à educação, no ensino público fundamental estão matriculados 493 alunos e no ensino médio 72 alunos.

Para mostrar a quantidade de estabelecimentos presentes no município segue a tabela 5.

Tabela 5: Município de Ângulo, quantidade de estabelecimentos, 2007.

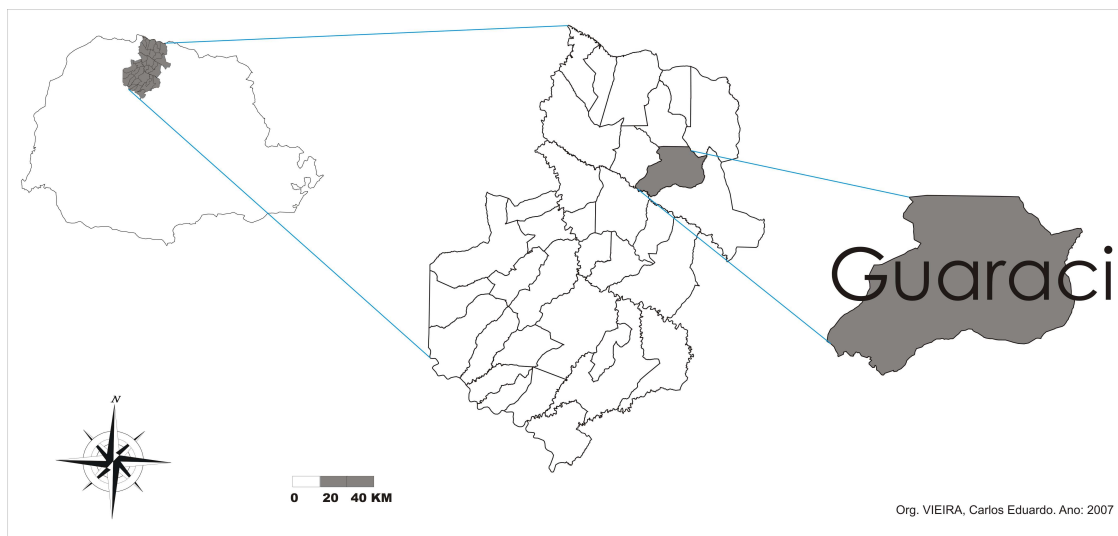
Setor	Quantidade de estabelecimentos no município
Indústria	7
Comércio varejista	25
Comércio Atacadista	1
Serviços	3

Fonte: RAIS, 2007.

No que diz respeito à economia, a agropecuária tem uma participação significativa no produto interno bruto municipal, com 52%. Já o setor de serviços representa 47,28% e a indústria é quase insignificante, com 0,72% da participação (IBGE, 2000). O setor agropecuário é o mais representativo na economia municipal. No ano de 2006 foram produzidas 18.200 toneladas de milho, 8.400 toneladas de soja e 364 toneladas de tomate 384. A pecuária apresentava 7.998 cabeças de bovinos, 285 equinos, 187.304 cabeças de galinhas, 730 ovinos e 1.756 suínos, segundo IBGE (2006). O principal evento da cidade é a Exposição-Feira Agroindustrial, que ocorre no mês de setembro, mas não ocorrem todos os anos e não tem uma regularidade.

3.3.2 – Guaraci

O município teve origem em um povoamento que data do ano de 1947 e denominava-se São Sebastião do Guaraci. Sua atividade inicial foi a produção de café. Esta cultura manteve-se, mas com o seu declínio a pauta de produção passou a contar também com algodão, amendoim, milho, arroz, entre outras culturas, destacando-se também a pecuária. Criado através da Lei Estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, e instalado em 01 de dezembro de 1955, o município de Guaraci (Cartograma 7) foi desmembrado do de Jaguapitã.



Cartograma 7: Microrregiões geográficas de Astorga, Florai e Maringá, localização do município de Guaraci.

Segundo dados do IBGE, no ano de 2000 a população total do município era de 4.291 habitantes, dos quais 3.794 habitavam na zona urbana e 1.127 na zona rural. A população economicamente ativa representa um total de 3.022 habitantes, o setor de serviços representa 61,27% na participação do produto interno bruto, já a agropecuária representa 36,25% e a indústria 2,48% do total. Os principais produtos agrossilvopastoris são aves, cana-de-açúcar e leite. Na indústria se produzem alimentos e produtos têxteis. Na sequência a tabela 6 revela a quantidade de estabelecimentos no ano de 2007.

Pode-se observar através da tabela na sequência, a predominância do comércio varejista na cidade, com 49 estabelecimentos, aparecendo os setores de serviços e a indústria com 8 estabelecimentos cada um.

Tabela 6: Município de Guaraci: quantidade de estabelecimentos, 2007.

Setor	Quantidade de estabelecimentos no
-------	-----------------------------------

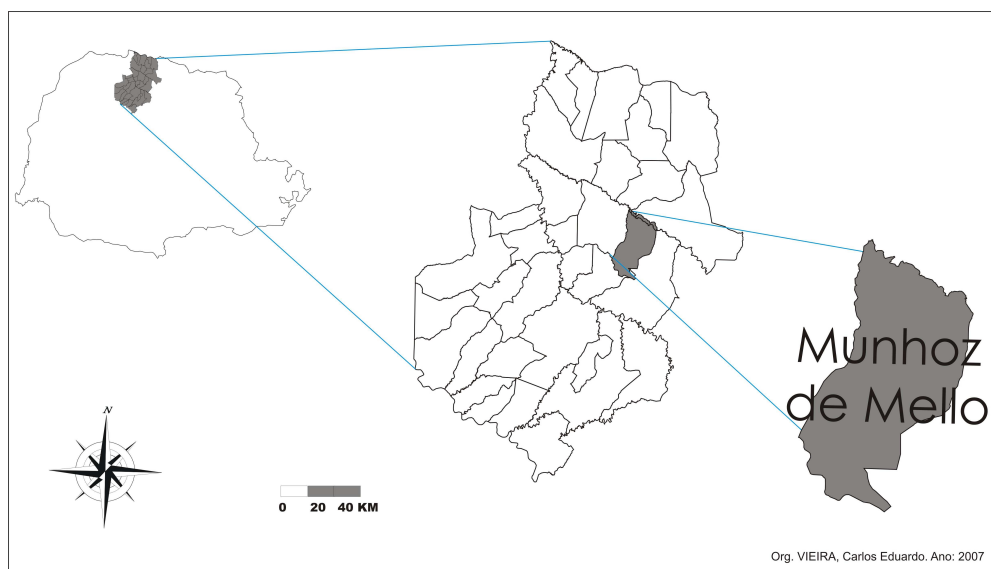
	município
Indústria	8
Comércio varejista	49
Comércio Atacadista	3
Serviços	8

Fonte: RAIS, 2007.

Comparando a tabela 6 com o quadro 4, presente na primeira parte desta redação, podemos dizer que houve uma grande alteração na quantidade de comércio varejista. No ano de 1960 havia 85 estabelecimentos e em 2007 apenas 49, ocorrendo uma redução significativa. Por outro lado, quando se analisa o comércio atacadista, verifica-se que não houve alteração na sua quantidade, permanecendo 3 estabelecimentos para os anos de 1960 e 2007. Os dados referentes ao número de estabelecimentos comerciais varejistas são um claro indicador de como foi afetada a centralidade desta localidade.

3.3.3 – Munhoz de Melo

A cidade, inicialmente denominada “Interventor Manoel Ribas”, foi fundada por moradores que ali se estabeleceram. O terreno era fértil e de fácil acesso. Os fundadores do pequeno povoado foram Olivéiro Balhs, Ricardo Daleski, Arthur Moreira, Raimundo Pedro de Souza e Jorge Ricardo de Lima. Com o corte do café, principal economia da região, houve uma grande evasão da população da zona rural em direção aos grandes centros, caindo o número de habitantes para 4.900 na década de 1980. (PARANACIDADE, 2008)



Cartograma 8: Microrregiões Geográficas de Astorga, Florai e Maringá, localização do município de Munhoz de Melo.

Segundo o IBGE, no ano 2000 a população total era de 3.401 habitantes, sendo que 2.527 moravam na zona urbana e 874 na zona rural. A população economicamente ativa era representada por 1.961 habitantes, o setor de serviços respondia por 49,96% do produto interno bruto, já a agropecuária representava 49,70%, e a indústria, 0,34% do total. Os principais produtos agropastoris são: aves, cana-de-açúcar e bovinos. A indústria produz gêneros alimentares, mobiliário, perfumaria, sabões e velas. Segue a tabela 7, que exhibe a quantidade de estabelecimentos no ano de 2007. (IBGE, 2000)

Tabela 7: Município Munhoz de Melo: quantidade de estabelecimentos, 2007.

Sector	Quantidade de estabelecimentos no município
Indústria	5
Comércio varejista	32
Comércio Atacadista	0
Serviços	5

Fonte: RAIS, 2007.

No que se refere à questão educacional, estão matriculados na rede de ensino fundamental 739 alunos e no ensino médio 212 alunos.

Comparando a tabela 7 com o quadro 4, referentes ao município de Munhoz de Melo, presente na primeira parte desta redação, podemos afirmar que houve alteração na quantidade de comércio varejista. Segundo o quadro 4, havia em 1960 apenas 22 estabelecimentos varejistas, já a Tabela 9 nos mostra que no ano de 2007 havia 32 estabelecimentos varejistas e nenhum estabelecimento atacadista. Nesse caso, diferentemente do município anteriormente mencionado, a centralidade não foi tão afetada quanto à atividade comercial.

3.4 – A rede bancária atual na região: principais modificações

Contrastando com a acentuada redução da rede bancária na maioria das cidades da região e a conseqüente oferta dos serviços bancários nessas áreas, observam-se dois movimentos de capilarização bancária nos últimos anos, com o estabelecimento dos correspondentes bancários e das sociedades cooperativas e associações de microcrédito, como, por exemplo, a presença do Sicredi na região (foto 2).



Foto 2 – Cooperativa de Crédito, Sicredi, com forte presença na região em estudo e presente na cidade de Munhoz de Melo – PR. Autor: Carlos Eduardo Vieira, 07/2008.

Através dos correspondentes bancários (foto 3), os grandes bancos, principalmente o Bradesco, através de um banco postal, e a Caixa, por meio das casas lotéricas, desenvolveram mecanismos para oferecer seus serviços. Trata-se de prestadores de serviços com ampla capilarização, como os correios ou as casas lotéricas. Contratados ou conveniados com uma instituição bancária, os correspondentes bancários, a partir de 1999, tornaram-se um recurso de competitividade importante para a ampliação de escala e redução de custos de serviços pouco lucrativos para a estrutura dos bancos. Este processo significou principalmente a transferência de trabalho, pois tais unidades iniciam os processos de abertura de contas e empréstimos, realizam análise cadastral, efetuam recebimentos e pagamentos diversos, executam a cobrança de títulos e processam os dados referentes às operações contratadas.

Pague suas contas aqui.

Pague suas contas com toda a comodidade, mesmo após o expediente bancário:

Os pagamentos devem ser efetuados em dinheiro considerando-se o valor máximo de R\$ 1000,00, por boleto bancário ou conta de concessionária.

Os pagamentos de boletos bancários só serão aceitos até a data do vencimento.

Verifique o horário máximo para efetuar seus pagamentos no estabelecimento credenciado.

Eventuais encargos ou multas serão cobrados na próxima fatura de sua concessionária. Este estabelecimento atua como prestador de serviço de Correspondente do BRBIC Bank Brasil S.A. Banco Multig, conforme regulamento pelo regulamento vigente.

Mantenha sua conta em

Foto 3: Propaganda de um correspondente bancário.

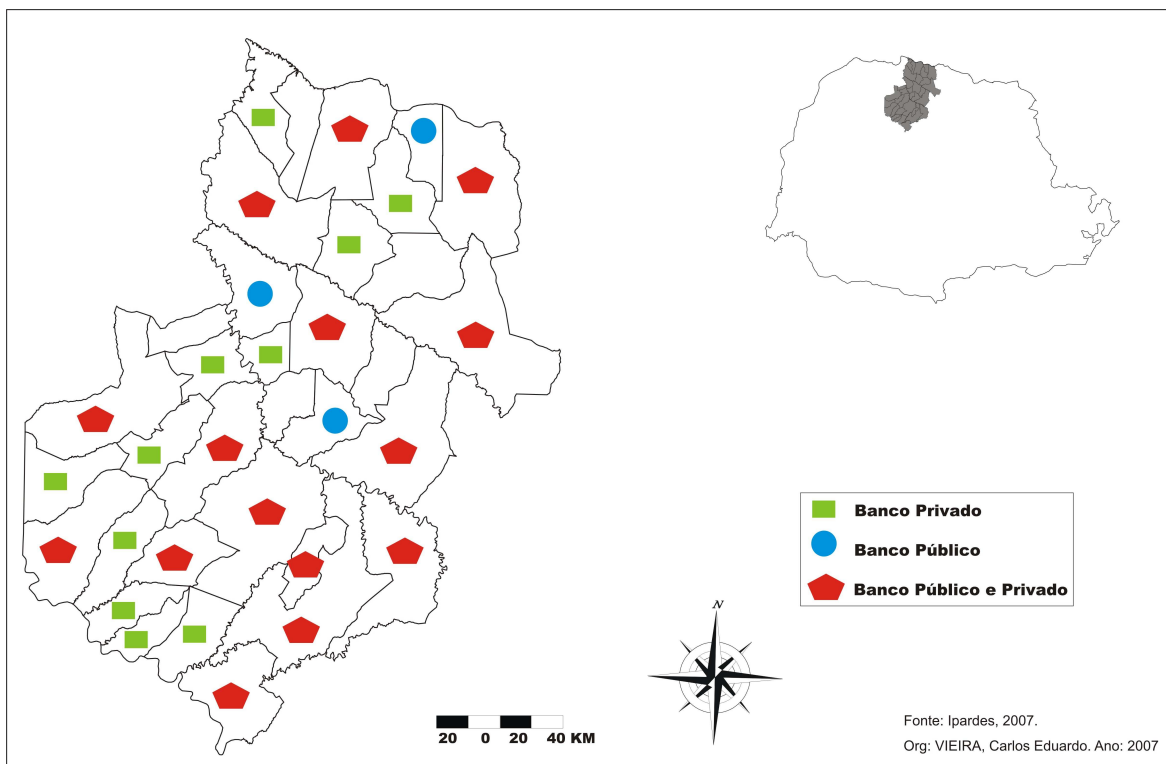
Como podemos observar na foto 3, o grande “chamariz” dos correspondentes bancários é a facilidade e a comodidade no atendimento, já que atendem em horário comercial, e ao oferecerem os serviços bancários em seus estabelecimentos, acabam por oferecer os produtos que ali vendem. Segundo a

regulamentação do setor em vigor, os correspondentes bancários só podem receber valores inferiores a mil reais, seja pagamento por boleto bancário seja conta de concessionária de serviços públicos.

A conveniência dessa modalidade de atendimento pode ser dimensionada pelo amplo e rápido crescimento dos correspondentes bancários em todas as regiões do país. Segundo dados do Banco Central do Brasil, no ano de 2005 existiam 30.112 pontos de atendimento de correspondentes bancários. Junto com as modificações ocorridas no setor bancário, verificamos nos municípios a presença de postos de atendimento bancário, os chamados PABs, e também dos postos avançados de atendimento (PAAs). Segundo Videira (2006), os PABs funcionam como uma alternativa econômica para manter a baixos custos um ponto e para captar e reger os fluxos do capital em um determinado lugar. A autora complementa afirmando que, juridicamente, eles são a extensão da matriz e da rede de agência da instituição financeira, e têm como características básicas instalar-se em locais fechados dentro de empresa pública ou privada, não possuindo contabilidade própria, mas vinculada à agência a que são subordinados. Sobre os PAAs, Videira (2006, p.191) afirma:

Em 1997, por meio da Resolução nº 2.396 de 25/06/1997, são instituídos os Postos de Atendimento Avançado – PAAs, podendo ser instalados em município que seja desassistido de atendimento bancário prestado por agência ou PAA. Este, embora regulado pela agência a que está vinculado de cidade mais próxima, terá contabilidade própria. Na hipótese de implantação de agência bancária no município, mesmo que seja de outro banco, o PAA deverá ser transformado em agência.

Todo o processo de modificação ocorrido na rede bancária teve reflexo na rede urbana estudada. Foi possível constatar, através dos dados levantados junto ao Ipardes, uma presença maior de bancos privados nas cidades, além de uma presença combinada dos dois tipos de banco (público e privado), atuando nas cidades estudadas, conforme se observa no cartograma 9.



Cartograma 9: Microrregiões geográficas de Astorga, Florai e Maringá: espacialização dos bancos públicos e privados, 2006.

Até o ano de 2001 havia uma presença maior do setor público na região, já que era significativa presença ali do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Conforme já referido nos capítulos anteriores, esse banco foi privatizado e adquirido pelo banco privado Itaú. Após a sua aquisição pelo referido banco, uma grande quantidade de agências bancárias passou a funcionar sob a bandeira Itaú.

Com a finalidade de mostrar a presença das agências bancárias na região construiu-se a Tabela 8, na qual é possível comparar a evolução mais recente no número de agências na região em estudo. Esta tabela, por um lado, mostra que para a maioria dos municípios foram aparentemente poucas modificações, mas por outro, aquelas que ocorreram são significativas para o objetivo deste trabalho.

Chama-nos a atenção, na referida tabela, que a cidade de Maringá teve um aumento do número de agências bancárias nos anos de 2006 e 2007, quando se compara com o ano de 2005, enquanto no ano de 2008 já aparece novamente um decréscimo. Isto mostra uma instabilidade do setor também quando se analisa o município polo da região.

Tabela 8: Microrregiões Geográficas de Astorga, Floráí e Maringá: quantidade de agências bancárias, 2005 a 2007.

<i>Municípios</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Ângulo	-	-	-
Astorga	5	5	5
Atalaia	1	1	-
Cafeara	1	1	-
Centenário do Sul	2	2	2
Colorado	4	4	4
Doutor Camargo	1	1	1
Floráí	2	2	2
Floresta	1	1	1
Florida	1	1	1
Guaraci	-	-	-
Iguaraçu	1	1	1
Itaguajé	1	1	1
Itambé	2	2	2
Ivatuba	1	1	-
Jaguapitã	3	3	3
Lobato	1	1	1
Lupionópolis	1	1	1
Mandaguaçu	4	4	4
Mandaguari	5	5	5
Marialva	5	5	5
Maringá	43	46	48
Munhoz de Melo	-	-	-
Nossa Senhora das Graças	1	1	-
Nova Esperança	5	5	5
Ourizona	1	1	-
Paçandu	3	3	3
Presidente Castelo Branco	1	1	-
Santa Fé	3	3	3
Santa Inês	-	-	-
Santo Inácio	2	2	2
São Jorge do Ivaí	3	3	2
Sarandi	5	5	5
Uniflor	-	-	-

Fonte: Ipardes, 2008.

Nesse período observamos que, entre os municípios que não possuem nenhuma agência bancária, destacamos que em alguns a extinção da agência é bem recente – caso de Atalaia, Cafeara, Ivatuba, Nossa Senhora das Graças, Ourizona e Presidente Castelo Branco. No caso de São Jorge do Ivaí, embora

mantenha agências, observamos que houve uma redução de três para duas, com o fechamento de uma agência bancária do Itaú. Quando se analisam os demais municípios que compõem a região verifica-se que esta instabilidade não ocorre, já que é possível constatar uma alteração menos significativa na sua quantidade.

Procuramos entender como os moradores das pequenas localidades sem nenhuma agência procedem para ter acesso aos serviços bancários. Quanto aos bancos predominantemente utilizados pelos moradores destas localidades assinalamos o seguinte¹: no município de Ângulo, os habitantes utilizam o Banco do Brasil, o Sicredi e o Bradesco; em Guaraci aparecem o HSBC, o Bradesco e Banco do Brasil. Quando realizamos a mesma questão para os moradores de Munhoz de Melo, identificamos que estes utilizam mais o Sicredi, a Caixa, o Bradesco, o Banco do Brasil e o HSBC.

1 Afirmação não está baseada em levantamento que represente uma amostra estatística da população, mas em consultas a parte dela dentro do que foi possível realizar em um dia de visita ao município, o que mostra uma tendência.

Tendo em vista a inexistência de agências bancárias, procuramos saber se havia uso de correspondentes bancários e quais os mais usados, e observamos o que segue como tendência predominante nos municípios em foco, conforme quadro 7.

Quadro 7: Ângulo, Guaraci e Munhoz de Melo: correspondentes bancários mais utilizados, 2008.

<i>Municípios</i>	<i>Banco</i>
Ângulo	Casa lotérica, Banco postal
Guaraci	Casa lotérica, Banco postal
Munhoz de Melo	Banco postal, Casa lotérica

Fonte: Consulta a população, 2008.

Os moradores do município de Ângulo utilizam casa lotérica e o banco postal. Em Guaraci os habitantes fazem uso da casa lotérica e do banco postal. Já em Munhoz de Melo, aparece o banco postal em primeiro lugar.

A partir das questões levantadas ficou evidente que, mesmo sem a presença de agências bancárias nessas localidades, os habitantes utilizam outros meios para fazer uso dos serviços bancários, que são as novas topologias

bancárias aí inseridas: as casas lotéricas e o banco postal. Foi interessante notar, durante a visita aos municípios estudados, que nessas localidades havia fila nos correspondentes bancários (lotéricas, correios) em alguns momentos do dia. Isto indicava uma significativa frequência de deslocamento até esses locais.

Conforme Quadro 8, alguns moradores de Guaraci declararam que se deslocam para Jaguapitã, Rolândia e Astorga (também considerada pequena localidade) para fazer uso do Banco do Brasil. Já os moradores de Ângulo e Munhoz de Melo informaram que deslocam para Astorga, Iguaçu e Maringá, em busca de serviços bancários.

Quadro 8: Ângulo, Guaraci e Munhoz de Melo. Síntese “Para qual cidade você teve que se deslocar em busca dos serviços bancários?”, 2008

Municípios	Cidade de Destino
Ângulo	Astorga, Iguaçu, Maringá
Guaraci	Jaguapitã, Rolândia, Astorga
Munhoz de Melo	Astorga, Maringá, Iguaçu

Fonte: Consulta a população, 2008.

Isso mostra que, em meio ao amplo conjunto de pequenas localidades também se estabelecem relações interurbanas e de complementaridade. Os moradores afirmam que são frequentes os deslocamentos efetuados com essa finalidade, embora, conforme já se observou antes, eles sejam motivados por múltiplas finalidades, além do uso da rede bancária. Parte da população utiliza automóvel próprio e os demais utilizam ônibus para os deslocamentos interurbanos necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou mostrar que houve uma modificação quantitativa e qualitativa no tocante à rede bancária na região. Estas modificações estiveram pautadas pelas mudanças econômicas ocorridas na própria região e pelas transformações setoriais. Estes dois processos, embora independentes, precisam ser entendidos em conjunto para explicar a distribuição e localização das agências bancárias assim como das novas topologias bancárias, ou seja, das novas formas encontradas pelo setor bancário para ofertar seus serviços. Verificamos que nos municípios desprovidos de agências bancárias estas novas topologias são os meios utilizados pelos moradores para usufruir dos serviços ofertados pelas instituições em questão, além dos constantes deslocamentos que foram se tornando necessários para serviços que aquelas topologias não podem oferecer.

Verificamos que o processo de mudança na rede bancária possui as suas especificidades, mas está relacionado, também, com as alterações ocorridas na rede de cidades em decorrência da transformação econômica ocorrida nesses municípios. Isto nos permitiu entender o processo pelo qual passaram as cidades estudadas e compreender a centralidade urbana exercida por alguns municípios da região bem como o papel da rede bancária nesse contexto.

Dentro das transformações setoriais destacamos as mudanças patrimoniais ocorridas no setor, como as privatizações iniciadas no período em que se implantou no Brasil o pensamento neoliberal, além do processo de fusões e aquisições, marcado pela diminuição quantitativa de instituições no território nacional e o início do período de concentração setorial, que persiste até os dias atuais.

Já quanto aos bancos públicos, chamou a atenção o fato de que as transformações na rede bancária pública passam cada vez mais a funcionar nos moldes do setor privado, como é o caso do Banco do Brasil, que instituiu o Plano de Desligamento Voluntário. Como vimos nesse plano o desligamento não foi “tão voluntário assim”, pois ocorreu uma forte pressão por parte do alto escalão da instituição para o desligamento dos funcionários considerados ineficientes (Munhoz, 2007).

A informatização e as mudanças na estrutura de atendimento do setor constituem outro ponto significativo, como o caso do uso cada vez maior dos caixas eletrônicos, que acabou reduzindo a quantidade de funcionários nas agências bancárias. Assim, os depósitos, saques e outros serviços passaram a ser realizados por equipamentos computadorizados.

Como foi possível perceber, as mudanças na rede bancária estão relacionadas à dinâmica regional, mas são também impulsionadas pela reestruturação setorial. Julgamos ter sido fundamental realizar este trabalho, pois possibilitou o entendimento das alterações ocorridas no setor bancário bem como na rede urbana estudada. Ficou evidente que o setor financeiro, ao perceber que uma grande parte da população brasileira não tinha acesso aos seus serviços, criou mecanismos para facilitar esse acesso, como foi o caso das novas topologias bancárias, criadas principalmente a partir dos anos de 1990. Verificamos que esse setor passou por diversas alterações desde o período em que iniciou o processo de informatização das agências bancárias até o momento em que ocorreram as fusões, aquisições e privatização das instituições, marcando, assim, um período de forte reestruturação setorial.

Concluimos, também, que a rede de localidades vem sendo igualmente redefinida, tanto no tocante à forma de articulação quanto aos papéis das localidades, tendo sofrido grande transformação desde o período de sua criação e implantação.

Entendendo os limites de uma pesquisa, especialmente no caso do Mestrado, que tem o prazo de apenas dois anos, consideramos que, para ser mais amplamente entendido, o tema aqui abordado precisa ser muito mais desenvolvido. Assim sendo, concluimos este trabalho apontando outras possibilidades de estudo, como:

- m estudo comparativo entre a área de estudo desta dissertação e outras mesorregiões geográficas do Paraná ou de outras unidades da federação brasileira;
- análise do papel dos grupos econômicos locais na instalação de novas agências bancárias nos municípios da região, bem como a importância destas instituições para as cidades onde elas se estabeleceram.
- o papel das novas topologias bancárias no comércio e na oferta de serviços nas pequenas cidades.

Para finalizar, afirmamos que este trabalho possibilitou um grande amadurecimento científico-acadêmico e pessoal e esperamos que esta pesquisa venha contribuir para a ciência geográfica, que muito prezamos e com a qual nos identificamos. Ela nos fez crer que, sem esforço, dedicação e concentração, não somos capazes de atingir novos objetivos na vida.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, Edu Silvestre de. *Que País é esse?* São Paulo: Globo, 2005.
- ANJOS, Flávio Sacco; ET ALL. *O Banco da terra no extremo sul gaúcho: estudo sobre a situação socioeconômica das famílias beneficiadas*. Redes. Santa Cruz do Sul, nº 2, v.12, p. 234 – 256, 2007.
- BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1980.
- BENADUCE, Gilda Maria Cabral. *Reestruturação produtiva, redes de informação e novas espacialidades para Maringá*. IN: Maringá Espaço e Tempo. Ensaio de Geografia Urbana. MORO, Dalton Áureo (Org.). Maringá, Programa de Pós – Graduação em Geografia - UEM, 2003.
- BORDINHÃO, Andrea. *Lotéricos cobram segurança bancária da CEF*. O Estado do Paraná. 20/02/2008. Disponível em <<http://www.parana-online.com.br/noticias/index.php?op=ver&id=332348&caderno=3>>. Acesso em 20/02/2008.
- BRAGA, Vanderlei. *Bancos, NTI e uso do território brasileiro – o caso do banco Bradesco/Banco Postal*. IN: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiás. Anais. Goiás: VI CBG, 2004. [CD-ROM]
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva. 1992.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo no século XVXVIII*. Volume I. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes. 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *A reprodução da cidade como “negócio”*. IN: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. CARLOS, Ana Fani A.; CARRERAS, Carles. São Paulo: Contexto, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: USP. 2006. Tese (Doutorado em Geografia).

_____. *Finanças e território: análise da evolução recente das normas, técnicas e topologias bancárias no Brasil*. IN: VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007, Niterói. Anais. Niterói: VII ENA, 2007. [CD – ROM]

CORAZZA, Gentil. *Crise e reestruturação bancária no Brasil*. Disponível online em: www.googleacademico.com.br. Acesso em 21/09/2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A Rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Espaço: um conceito – chave da Geografia*. IN: Geografia: conceitos e temas. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo G. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ORG). Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

_____. *Interações espaciais*. IN: Explorações geográficas. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Leila Christina. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo. C. C. e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro*. IN: Brasil: questões atuais da reorganização do território. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Por que os bancos são o melhor negócio no país?* IN: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *Que País é Esse?* São Paulo: Ed. Globo, 2006, p. 27 – 62.

ENDLICH, Ângela Maria. *Maringá e a rede urbana regional: resgate histórico – geográfico*. Boletim de Geografia. Maringá: UEM/Departamento de Geografia, ano 17, p. 01 – 22, 1999.

ENDLICH, Ângela Maria, MORO, Dalton Áureo. *Maringá e a produção do espaço regional*. IN: Maringá espaço e tempo. Ensaio de Geografia Urbana. MORO, Dalton Áureo (Org.). Maringá: Programa de Pós – Graduação em Geografia - UEM, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná*. Presidente Prudente: Unesp. 2006. Tese (Doutorado em Geografia).

_____. *Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? Redes*. Santa Cruz do Sul, nº 2, v.12, p. 5 – 35, 2007.

_____. *Formação socioespacial da região Noroeste do Paraná e as pequenas cidades*. Boletim de Geografia. Maringá: UEM/Departamento de Geografia, ano 25, p. 37 – 58, 2007.

FONTENLA, Vicente Paz. *História dos bancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Cop Editora, 1965.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984.

FRESCA, Tânia Maria. *A Rede urbana do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004.

GOFF, Jacques Le. *Mercadores e banqueiros da idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES, Marcio Fernando. *Formação dos conglomerados financeiros brasileiros*. IN: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiás. Anais. Goiás: VI CBG, 2004. [CD-ROM]

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GUTIÉRREZ, Cláudio Tito Gutiérrez. *A reestruturação dos bancos estaduais pós – Proes análise do caso banrisul*. Niterói: UFF. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia).

HARVEY, David. *A Produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005

LAGO, Pedro Aranha Corrêa do. *A Sumoc como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica 1945–1965*. Rio de Janeiro: PUC–RJ, 1983. Dissertação (Mestrado em Economia)

LEMONS, Amália Inês G. de. *São Paulo: metrópole financeira da América do Sul*. IN: Geografia de São Paulo: a metrópole do século XXI. CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org). São Paulo: Contexto, 2004.

LUZ, Ivoir da & VIDEIRA, Sandra Lúcia. *A financeirização do território paranaense: o papel do banco Itaú*. IN: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiás. Anais. Goiás: VI CBG, 2004. [CD-ROM]

MACHADO, José Roberto. *As centralidades e as (des)centralidades: um olhar geográfico sobre a espacialidade dos serviços da saúde na cidade de Maringá*. Maringá: UEM. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia).

MEDEIROS, Daniel de Souza; SPOSITO, Eliseu Savério. *A Territorialização do sistema bancário na metrópole paulistana*. IN: Geosp – Espaço e Tempo. São Paulo, nº 17, 2005. P. 121 – 132.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORETTI, Simone Daniella. *A emergência de novos formatos organizacionais no sistema bancário brasileiro: um estudo preliminar sobre a geografia do crédito consignado*. Florianópolis: UFSC. 2006. Monografia (Bacharel em Geografia).

MORO, Dalton Áureo. *Aspectos geográficos da modernização agrícola, no norte do Paraná*. Boletim de Geografia. Maringá: UEM/Departamento de Geografia, ano 13, p.79 – 83, 1995.

_____. *Maringá: espaço e tempo*. IN: Maringá espaço e tempo. Ensaio de Geografia Urbana. MORO, Dalton Áureo (Org.). Maringá: Programa de Pós – Graduação em Geografia - UEM, 2003.

MUNHOZ, Glaucia de Souza. *O espaço ceifado e o reconstruído: a trajetória dos egressos do Banco do Brasil em Maringá (PR)*. Presidente Prudente: Unesp. 2007. Tese (Doutorado em Geografia).

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Araújo. *Adaptação estratégica no setor bancário: o caso do Banco do Brasil no período 1986 a 2000*. Florianópolis: UFSC. 2001. Dissertação (Mestre em Engenharia da Produção).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX*. IN: Geografia do Brasil. ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org). São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. IN: Território: globalização e fragmentação. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org). São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XX*. São Paulo: Record, 2005.

SCHIFFER, Sueli Ramos. *A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas*. IN: Território: globalização e fragmentação. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org). São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, José Carlos da. *A reestruturação produtiva no setor bancário em Santa Catarina*. Revista de Ciências da Administração. Florianópolis: UFSC, ano 08, p. 01 – 13, 2002.

SILVA, William Ribeiro da. *Para além das cidades. Centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá*. Presidente Prudente: UNESP. 2006. Tese (Doutorado em Geografia).

SILVEIRA, Márcio Rogério; SILVA, Márcia da. *Concessão de serviços públicos urbanos à iniciativa privada no Brasil*. Formação. Presidente Prudente: UNESP/FCT, ano 8, p. 99 – 105, 2001.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas*. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial*. IN: Explorações geográficas. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TAVARES, Celso Vicente M.. *Padrões de localização de bancos privados no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação (Mestrado em Economia)

UEDA, Vanda. *Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul*. IN: Redes, sociedades e territórios. DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

VENÁ, Viviane de Souza. *A (des) construção da paisagem nos itinerários Maringá – Londrina: ferrovia, BR 376 e BR 369*. Maringá: UEM. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia).

VIDEIRA, Sandra. *A territorialização dos bancos estrangeiros no Brasil: o caso da rede do Santander*. Presidente Prudente: Unesp. 2006. Tese (Doutorado em Geografia).

VIEIRA, Carlos Eduardo; ENDLICH, Ângela M. *Instituições bancárias no Norte Central paranaense: implicações na rede urbana*. IN: VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007, Niterói. Anais. Niterói: VII ENA, 2007. [CD-ROM]

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. *A logística de distribuição e organização produtiva do território*. IN: VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007, Niterói. Anais. Niterói: VII ENA, 2007. [CD – ROM]

ANEXO

Anexo A: Microrregiões Geográficas de Astorga, Floráí e Maringá, Evolução da População Rural e Urbana, 1960-2000.

Nome do Município	1960			1970			1980			1991			2000					
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana			
Ângulo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	2.407	867	1.540	2.839	690	2.149			
Astorga	25.445	17.475	7.970	25.018	14.326	10.692	20.678	6.513	14.165	22.458	3.924	18.534	6	3.157	20.489			
Cafeara	7.754	6.513	1.241	4.882	3.803	1.079	3.150	1.969	1.181	2.398	795	1.603	2.486	704	1782			
Centenário do Sul	23.485	17.350	6.135	19.543	13.725	5.818	16.390	8.549	7.841	14.269	4.279	9.990	2	2.580	9.222			
Colorado	21.702	18.908	2.794	16.088	10.957	5.131	17.056	6.720	10.336	18.972	3.356	15.616	20.95	2.184	18.767			
Doutor Camargo	X	X	X	9.223	6.766	2.457	6.628	3.408	3.220	5.942	1.563	4.379	1	5.743	1.081	4.662		
Floráí	13.566	11.811	1.755	11.022	7.487	3.535	6.638	2.754	3.884	5.500	1.260	4.240	5.280	775	4.505			
Floresta	X	X	X	8.303	7.014	1.289	4.296	2.138	2.158	4.527	1.058	3.469	5.129	736	4.393			
Flórida	X	X	X	2.976	2.139	837	1.989	930	1.059	2.096	444	1.652	2.433	253	2.180			
Guaraci	17.437	13.163	4.274	7.678	4.979	2.699	5.679	2.472	3.207	5.549	1.490	4.059	4.346	1.132	3.214			
Iguaraçu	15.631	13.065	2.566	9.855	8.144	1.711	6.526	4.443	2.083	3.284	795	2.489	3.590	783	2.807			
Itaguajé	17.735	14.196	3.539	8.563	5.281	3.282	5.224	2.253	2.971	5.054	1.581	3.473	4.768	1.186	3.582			
Itambé	X	X	X	15.044	12.229	2.815	6.555	3.199	3.356	6.169	1.458	4.711	5.952	578	5.374			
Ivatuba	X	X	X	13.921	12.122	1.799	2.545	1.132	1.413	2.508	729	1.779	2.785	870	1.915			
Jaguapitã	21.873	16.826	5.047	16.710	12.281	4.429	12.001	6.781	5.220	10.613	3.139	7.474	10.91	1	2.199	8.712		
Lobato	10.174	9.015	1.159	6.178	4.663	1.515	3.409	1.681	1.728	3.762	935	2.827	4.064	698	3.366			
Lupionópolis	8.482	6.409	2.073	5.898	3.322	2.576	5.100	1.978	3.122	4.459	782	3.677	16.79	4.322	768	3.554		
Mandaguacu	26.721	23.405	3.316	16.662	12.179	4.483	14.021	6.857	7.164	14.697	3.575	11.122	8	2.707	14.091			
Mandaguari	24.630	16.420	8.210	30.410	18.949	11.461	24.479	9.783	14.696	28.086	6.836	21.250	31.35	9	3.105	28.254		
Marialva	35.866	30.333	5.533	37.496	27.922	9.574	42.354	8	31.246	22.625	6.448	16.177	28.72	8	6.633	22.095		
Maringá	104.131	56.539	47.592	121.374	21.274	100.100	168.239	7.550	160.689	240.292	6.213	234.079	288.4	65	4.673	283.792		
Munhoz de Melo	6.931	5.910	1.021	7.376	6.022	1.354	4.898	3.373	1.525	3.628	1.634	1.994	3.401	874	2.527			
Nossa Sra das Graças	X	X	X	6.288	4.787	1.501	4.260	2.681	1.579	3.480	1.258	2.222	25.71	3.833	985	2.848		
N. Esperança	43.095	33.120	9.975	29.379	15.697	13.682	23.947	8.216	15.731	24.189	6.248	17.941	30.72	3	3.934	21.779		
Ourizona	X	X	X	8.272	6.624	1.648	4.881	3.114	1.767	3.750	1.167	2.583	7	3.412	698	2.714		
Paiçandu	X	X	X	12.093	8.687	3.406	11.955	3.116	8.839	22.197	1.200	20.997	7	1.143	29.584			
Pres. Castelo Branco	X	X	X	5.789	5.084	705	4.747	3.371	1.376	3.633	1.446	2.187	4.304	1.058	3.246			
Sta. Fé	12.797	11.041	1.756	11.527	8.579	2.948	9.505	4.569	4.936	8.708	2.256	6.452	8.868	1.597	7.271			
Sta. Inês	X	X	X	4.862	4.191	671	2.897	1.942	955	2.044	1.032	1.012	2.099	906	1.193			
Sto. Inácio	11.420	9.811	1.609	8.353	6.083	2.270	5.612	2.716	2.896	5.514	1.479	4.035	5.191	1.230	3.961			
S. Jorge do Ivaí	22.361	19.802	2.559	17.912	14.704	3.208	9.136	5.599	3.537	6.087	1.790	4.297	71.39	5.567	1.025	4.542		
Sarandi	X	X	X	X	X	X	X	X	X	47.981	1.773	46.208	2	1.924	69.468			
Uniflor	X	X	X	4.176	3.475	701	3.076	2.043	1.033	2.662	1.122	1.540	2.360	702	1.658			
TOTAL	471.236	351.112	120.124	502.871	293.495	209.376	457.871	132.9	58	324.913	559.540	73.93	2	485.608	653.2	53.56	8	599.696

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Adaptado de: ENDLICH, 2006.

APËNDICE

Apêndice A: Microrregiões geográficas de Astorga, Floráí e Maringá. Banco que encerraram atividades e ano de fechamento das agências bancárias.

<i>Municípios</i>	<i>Nome do Banco e Ano de Fechamento</i>
Ângulo	-
Astorga	Banco Sul Brasileiro (1985); Banco Itaú (1988); Banco Santander Banespa (1990); Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Atalaia	Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007)
Cafeara	Banco Real (1988); Banco Bamerindus (1991); Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007)
Centenário do Sul	Banco Banestado (2001)
Colorado	Banco Mercantil (1986); Banco Bamerindus (1997); Banco HSBC (1998)
Doutor Camargo	Banco Bamerindus (1997); Banco do Brasil (1997); Banco HSBC (2002); Banco Banestado (2004)
Floráí	Banco Mercantil (1986); Banco Banestado (2004)
Floresta	Banco Banestado (2004)
Florida	Banco Bradesco (1987); Banco Bamerindus (1993); Banco Banestado (2004)
Guaraci	Banco Bamerindus (1997); Banco HSBC (1998)
Iguaraçu	Banco Bamerindus (1996)
Itaguajé	Banco Banestado (2004)
Itambé	Banco Bamerindus (1997); Banco HSBC (2002)
Ivatuba	Banco Nacional (1986); Banco Bamerindus (1996); Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007)
Jaguapitã	Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Lobato	Banco Bamerindus (1997); Banco HSBC (1998)
Lupionópolis	Banco Bamerindus (1997); Banco HSBC (2002)
Mandaguaçu	Banco Nacional (1986); Caixa Econômica Federal (1987); Banco Mercantil (1988)
Mandaguari	Banco Sul Brasileiro (1985); Banco Santander Banespa (1986); Banco Unibanco (1986); Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Marialva	Banco Sul Brasileiro (1981); Banco Bamerindus (1986); Banco Itaú (1991); Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Maringá	Banco Itaú (1980, 1993, 1996); Banco Finacial (1983); Banco Real (1983, 2000); Banco Auxiliar (1985); Banco Comercial e Industrial e São Paulo (1985); Banco Sul Brasileiro (1985); Banco BCN (1986, 2004); Banco Habitasul (1986); Banco BMC (1987); Banco HSBC (1988, 1998 e 2001); Banco Banestado (1988, 2001); Banco Calyon (1988); Banco Santander Noroeste (1989, 1999, 2006); Banco Banorte (1991); Banco Bradesco (1991, 2005); Banrisul (1992); Banco Nacional (1995); Paraná Banco (1996); Banco Econômico (1996); Banco Unibanco (1996); Banco Bamerindus (1997);

	Banco BMG (1999); Banco Industrial e Comercial (2001); Banco Sudameris (2000); Banco Boa Vista (2001); Banco Unicard (2001); Banco Alvorada (2003); Banco Mercantil (2003); Banco Banespa (2006)
Munhoz de Melo	Banco Unicard (1986); Banco Bamerindus (1993); Banco Banestado (2004)
Nossa Senhora das Graças	Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007)
Nova Esperança	Banco Mercantil (1991); Banco Itaú (1991); Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001).
Ourizona	Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007)
Paiçandu	Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Presidente Castelo Branco	Banco BCN (1986); Banco Bamerindus (1993); Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007)
Santa Fé	Banco Mercantil (1986); Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Santa Inês	Banco Santander Noroeste (1987); Banco Bamerindus (1991); Banco Banestado (1999)
Santo Inácio	Banco Bamerindus (1996); Banco Banestado (2004)
São Jorge do Ivaí	Banco Nacional (1980); Banco Bamerindus (1997); Banco Nacional (1980); Banco Banestado (2004); Banco Itaú (2007).
Sarandi	Banco Real (1983); Banco Habitasul (1986); Banco Santander Banespa (1986); Banco Bamerindus (1997); Banco Banestado (2001)
Uniflor	Banco Real (1986); Banco Bamerindus (1991); Banco Banestado (1999).

Fonte: Banco Central, 2007.

Apêndice B: Microrregiões geográficas de Astorga, Floráí e Maringá. Nome do banco e período de funcionamento, 1949 – 2007.

<i>Municípios</i>	<i>Nome do Banco e Período de Funcionamento</i>
Ângulo	-
Astorga	Banco Sul Brasileiro (1949 – 1985); Banco Bamerindus (1952 – 1997); Banco Banestado (1974 – 2001); Banco Itaú (1985 – 1988); Banco Santander Banespa (1985 – 1990)
Atalaia	Banco Banestado (1963 – 2004); Banco Itaú (2004 – 2007)
Cafeara	Banco Real (1974); Banco Banestado (1989 – 2004); Banco Bamerindus (1989 – 1991); Banco Itaú (2004 – 2007)
Centenário do Sul	Banco Banestado (1952 – 2001)
Colorado	Banco Bamerindus (1957 – 1997); Banco Mercantil (1960 – 1986); Banco Banestado (1974 – 2001); Banco HSBC (1997 – 1998)
Doutor Camargo	Banco Banestado (1965 – 2004); Banco Bamerindus (1976 – 1997); Banco do Brasil (1991 – 1997); Banco HSBC (1997 – 2002)
Floráí	Banco Mercantil de São Paulo (1962 – 1986); Banco Banestado (1990 – 2004).
Floresta	Banco Banestado (1963 – 2004)
Florida	Banco Bradesco (1978 – 1987); Banco Bamerindus (1989 – 1993); Banco Banestado (1989 – 2004);
Guaraci	Banco Bamerindus (1955 – 1997); Banco HSBC (1997 – 1998)
Iguaraçu	Banco Bamerindus (1955 – 1997); Banco Bamerindus (1960 – 1996)
Itaguajé	Banco Banestado (1974 – 2004)
Itambé	Banco Bamerindus (1960 – 1997); Banco HSBC (1997 – 2002)
Ivatuba	Banco Nacional (1963 – 1986); Banco Banestado (1989 – 2004); Banco Bamerindus (1989 – 1996); Banco Itaú (2004 – 2007)
Jaguapitã	Banco Bamerindus (1958 – 1997); Banco Banestado (1959 – 2001)
Lobato	Banco Bamerindus (1964 – 1997); Banco HSBC (1997 – 1998)
Lupionópolis	Banco Bamerindus (1955 – 1997); Banco HSBC (1997 – 2002)
Mandaguaçu	Banco Bamerindus (1954 – 1997); Banco Mercantil (1955 – 1988); Banco Nacional (1956 – 1986); Caixa Econômica Federal (1981 – 1987); Banco Banestado (1991 – 2001)
Mandaguari	Banco Sul Brasileiro (1948 – 1985); Banco Bamerindus (1952 – 1997); Banco Unibanco (1953 – 1986); Banco Santander (1985 – 1986); Banco Banestado (1974 – 2001)
Marialva	Banco Sul Brasileiro (1949 – 1981); Banco Bamerindus (1952 – 1997); Banco Itaú (1952 – 1991); Banco Banestado (1974 – 2001); Banco Bamerindus (1979 – 1986)
Maringá	Banco Banestado (1949 – 2001, 1976 – 2001, 1981 – 1988, 1989 – 2004, 1988 – 2001, 1990 – 2001); Banco Santander Noroeste (1949 – 1999); Banco Mercantil (1949 – 2003); Banco Nacional (1953 – 1995); Banco Industrial e Comercial (1953 - 2001); Banco Sudameris (1955 – 2000); Banco Bamerindus (1956 – 1997, 1974 – 1997, 1975 – 1981, 1975 – 1997, 1988 –

	1997, 1989 – 1997, 1989 – 2004, 1992 - 1997); Banco Real (1960 – 2000); Banco Banespa (1964 – 2006); Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1967 – 1995); Banco Financial (1977 – 1983); Banco Sul Brasileiro (1974 – 1985); Banco Itaú (1977 – 1980, 1986 – 1993); Banco Unicard (1978 – 2001); Banco BCN (1978 – 2004, 1985 – 1986, 2001 - 2004); Banco Real (1981 – 1983); Banco Econômico (1982 – 1996); Banco Auxiliar (1982 – 1985); Banco Habitasul (1983 – 1986); Banco Calyon (1985 – 1988); Banco Bradesco (1987 – 1991, 2004 - 2005); Banco Santander (1987 – 1989, 1999 – 2006, 2001 – 2006); Banco HSBC (1985 – 1988, 1997 – 1998, 1997 – 2001); Banco BMC (1986 – 1987); Banco Banorte (1988 – 1991); Banrisul (1991 – 1992); Banco Paraná (1993 – 1996); Banco Unibanco (1995 – 1996); Banco Boavista (1995 – 2001); Banco Alvorada (1996 – 2003); Banco BMG (1997 – 1999);
Munhoz de Melo	Banco Unicard (1975 – 1986), Banco Bamerindus (1989 – 1993), Banco Banestado (1989 – 2004)
Nossa Senhora das Graças	Banco Banestado (1967 – 2004), Banco Itaú (2004 – 2007)
Nova Esperança	Banco Banestado (1936 – 2001), Banco Itaú (1955 – 1991), Banco Banestado (1989 – 1997)
Ourizona	Banco Banestado (1963 – 2004), Banco Itaú (2004 – 2007)
Paiçandu	Banco Banestado (1964 – 2001), Banco Bamerindus (1976 – 1997)
Presidente Castelo Branco	Banco BCN (1980 -1986), Banco Bamerindus (1989 – 1993), Banco Banestado (1989 – 2004), Banco Itaú (2004 – 2007)
Santa Fé	Banco Bamerindus (1955 – 1997), Banco Mercantil (1960 – 1986), Banco Banestado (1980 – 2001)
Santa Inês	Banco Santander Noroeste (1980 – 1987), Banco Bamerindus (1989 – 1991), Banco Banestado (1989 – 1999)
Santo Inácio	Banco Bamerindus (1955 – 1996), Banco Banestado (1982 – 2004)
São Jorge do Ivaí	Banco Nacional (1956 – 1980), Banco Bamerindus (1960 – 1997), Banco Banestado (1966 – 2004), Caixa Econômica Federal (1981 – 1987), Banco Itaú (2004 - 2007)
Sarandi	Banco Real (1982 – 1983), Banco Habitasul (1983 – 1986), Banco Santander Banespa (1986), Banco Bamerindus (1988 – 1997), Banco Banestado (1993 – 2001)
Uniflor	Banco Real (1978 – 1986), Banco Bamerindus (1989 – 1991), Banco Banestado (1989 – 1999)

Fonte: Banco Central do Brasil, 2007.